



EUROJUST

Relatório Anual 2014



© Eurojust, 2015

Esta publicação abrange o período de 1 de janeiro 2014 a 31 de dezembro de 2014

Catalogue number: QP-AA-15-001-PT-N

ISBN: 978-92-9490-013-5

ISSN: 2443-6615

DOI: 10.2812/60360

Para pedidos de informações:

Telephone: + 31 70 412 5000

E-mail: info@eurojust.europa.eu

Sítio Web: www.eurojust.europa.eu



Relatório Anual 2014

O Relatório Anual Eurojust 2014 foi traduzido da versão original em Inglês
para Português



O objetivo da Eurojust é estimular e melhorar a coordenação das investigações e procedimentos penais e a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros em relação às formas graves de criminalidade transfronteiriça

Índice

Nota sobre a Decisão Eurojust	5
Acrónimos e abreviaturas	5
Preâmbulo.....	7
Síntese.....	8
1. BREVE SÍNTESE SOBRE A EUROJUST / EUROJUST FERRAMENTAS	12
1.1 Breve síntese sobre a Eurojust.....	13
1.2 Eurojust ferramentas	13
1.2.1 Reuniões de coordenação.....	13
1.2.2 Centros de coordenação.....	17
1.2.3 Troca de informações e o CMS (Sistema de Gestão de Casos) da Eurojust.....	19
1.2.4 A Eurojust e as EICs	21
2. CASOS DA EUROJUST	26
2.1 Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritária	27
2.1.1 Fraude	28
2.1.2 Corrupção	29
2.1.3 Infrações penais, lesivas dos interesses financeiros da UE (infrações PIF)	29
2.1.4 GOCIs.....	30
2.1.5 Tráfico de drogas.....	31
2.1.6 Cibercriminalidade	33
2.1.7 Imigração ilegal.....	35
2.1.8 Terrorismo.....	35
2.1.9 TSH (Tráfico de Seres Humanos).....	36
2.2 Assistência da Eurojust noutros campos de atividade criminal.....	38
2.2.1 Branqueamento de capitais.....	38
2.2.2 Crime ambiental.....	38
2.2.3 Pirataria marítima	38
2.2.4 Ponto de Contacto da Eurojust para a Proteção das Crianças	38
Operação BlackShades: Caso do ano	39
2.3 Os parceiros da Eurojust	42
2.3.1 Parceiro de cooperação : Europol.....	42
2.3.2 Parceiro de cooperação: OLAF.....	42
2.3.3 Cooperação de Agências na área JAI (Justiça e Assuntos Internos).....	43
2.3.4 Estados Terceiros e organizações fora da União Europeia	44
3. DESAFIOS E BOAS PRÁTICAS	48
3.1 Introdução	49
3.2 Tráfico de drogas	49
3.3 Cibercriminalidade	51
4. ASSUNTO DO ANO NA EUROJUST: O MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU	52
5. ADMINISTRAÇÃO DA EUROJUST	58

6. A EUROJUST E AS REDES DE PROFISSIONAIS	62
6.1 RJE	63
6.2 Rede de EICs	63
6.3 A Rede Genocídio	64
6.4 Fórum Consultivo	64
AVALIAÇÃO E PERSPETIVAS FUTURAS	66
ACOMPANHAMENTO DAS CONCLUSÕES DO CONSELHO	68
ACESSO PÚBLICO A DOCUMENTOS	70
QUADROS E FIGURAS	
<i>Casos Eurojust 2002 - 2014</i>	<i>9</i>
<i>Casos Bilaterais/multilaterais 2010 - 2014</i>	<i>9</i>
<i>Casos Bilaterais/multilaterais por Estado-Membro</i>	<i>10</i>
<i>Estados-Membros Requerentes/requeridos</i>	<i>10</i>
<i>Reuniões de coordenação</i>	<i>16</i>
<i>Estados terceiros, parceiros da UE e organizações internacionais envolvidos em reuniões de coordenação</i>	<i>16</i>
<i>Centros de coordenação</i>	<i>18</i>
<i>Número de casos ao abrigo do Artigo 13.º</i>	<i>20</i>
<i>EICs apoiadas pela Eurojust e os principais tipos de crime</i>	<i>21</i>
<i>Financiamento das EIC pela Eurojust (2009/12 - 2014/8)</i>	<i>23</i>
<i>Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritária</i>	<i>27</i>
<i>International cooperation in the BlackShades case</i>	<i>39</i>
<i>Principais tipos de criminalidade envolvendo Estados terceiros</i>	<i>44</i>
<i>Os dez Estados terceiros mais visados em casos da Eurojust</i>	<i>45</i>
<i>Casos por Magistrados de Ligação 2010 a 2014</i>	<i>45</i>
<i>Cobertura internacional dos media</i>	<i>61</i>
<i>Visitas ao web site</i>	<i>61</i>

Nota sobre a Decisão Eurojust

Decisão Eurojust – A Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao

reforço da Eurojust, é adiante designada por «Decisão Eurojust». Encontra-se disponível na Internet [uma versão consolidada da Decisão Eurojust](#), preparada pelo Secretariado Geral do Conselho apenas para efeitos de informação, em www.eurojust.europa.eu.

Acrónimos e abreviaturas

CMS	Sistema de Gestão de Casos
COSI	Comité Permanente de Cooperação Operacional em Segurança Interna
MDE	Mandado de Detenção Europeu
RJE	Rede Judiciária Europeia
SNCE	Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust
EMPACT	Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminais
EPPO	Procuradoria Europeia
EIC	Equipa de Investigação Conjunta
JSB	Instância Comum de Controlo da Eurojust
PEP	Plano Estratégico Plurianual
MLA	Auxílio Judiciário Mútuo
GCOI	Grupo de criminalidade organizada (itinerante)
MPJM	Monitorização Judicial da Pirataria Marítima («Maritime Piracy Judicial Monitor»)
MTIC	Fraude intracomunitária de «operadores fictícios» (Missing Trader Intra-Community)
PAO	Plano de Ação Operacional
CP	Coordenação Permanente
GCO	Grupo de criminalidade organizada
PIF	Proteção dos interesses financeiros da União Europeia
SOCTA	Avaliação da Ameaça da Criminalidade Organizada Grave
TCM	Monitorização de Condenações por Terrorismo
TE-SAT	Relatório sobre a Avaliação do Terrorismo e suas Tendências
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TSH	Tráfico de seres humanos



A Eurojust, como ator da UE, está empenhada em desempenhar o seu papel como um centro de especialização jurídica e judiciária e cooperar estreitamente com todos os parceiros envolvidos.

Preâmbulo

É com grande prazer que apresento o décimo terceiro relatório anual da Eurojust. O relatório fornece uma visão geral das evoluções e atividades estratégicas da Eurojust e do seu contributo e apoio para melhorar a cooperação judiciária entre os Estados-Membros em 2014. O número de casos da Eurojust tem crescido de ano para ano, e este não foi exceção.

O número de casos em que os Estados-Membros requereram a assistência da Eurojust teve um aumento de 14,5 % para 1.804 casos. Instrumento fundamental da Eurojust, as reuniões de coordenação trouxeram 1.882 profissionais externos à Eurojust – incluindo juízes, procuradores, e agentes policiais - para agilizar as operações, facilitar a coordenação e cooperação em ações estratégicas e operacionais e resolver as dificuldades jurídicas e práticas resultantes das diferenças nos 30 sistemas jurídicos da União Europeia. Para além disso, os centros de coordenação forneceram apoio eficaz em tempo real.

As EICs, juntamente com as reuniões de coordenação e os centros de coordenação, auxiliaram os Estados-Membros na recolha e interligação de informações vitais relacionadas com os casos. Estes instrumentos fornecem uma cooperação rápida, orientada para os resultados.

A Eurojust continua a apoiar a constituição e operacionalização das EICs, cujo número das que são por si diretamente apoiadas aumentou em mais de 20 %. O número de EICs financiadas pela Eurojust também aumentou substancialmente, mostrando que este instrumento é cada vez mais usado pelos Estados-Membros.

O relatório deste ano incide essencialmente sobre a RJE, bem como sobre os desafios e boas práticas nos casos de tráfico de drogas e cibercrime. A Eurojust realizou três seminários sobre tráfico de drogas, cibercriminalidade e a RJE. O seminário sobre tráfico de drogas foi dedicado às entregas controladas, novas substâncias psicoativas e (pre)precursores. O seminário

sobre cibercriminalidade foi dedicado à admissibilidade da prova e o seminário sobre a RJE aos problemas e boas práticas na operacionalização da RJE. Estas áreas levantam consideráveis desafios e dificuldades para os profissionais, e devemos por isso continuar a trabalhar em conjunto para, relativamente a elas, encontrar soluções eficazes.

Também nos focámos num caso de cibercriminalidade, (*BlackShades*), uma das várias histórias de sucesso em 2014.

Estes sucessos resultam do maior reconhecimento e recurso por parte das autoridades ao papel da Eurojust, o que é testemunhado pelo aumento do número de casos. Assiste-se, com efeito, a um progresso contínuo no apoio fornecido pela Eurojust ao reforço da coordenação e cooperação entre os Ministérios Públicos dos Estados-Membros no decurso das investigações de casos graves de criminalidade transfronteiriça, e também em matéria de reforço da cooperação destas com Estados terceiros. Em 2014, a Eurojust assinou um acordo de cooperação com a Moldávia, fortaleceu a sua relação com as agências de Justiça e Assuntos Internos (JHA) e assinou dois Memorandos de Entendimento, com a ADF e o EMCDDA.

A Sexta Ronda de Avaliações Mútuas foi finalizada e a Eurojust adotou um Plano de Ação para abordar as respetivas recomendações. Em 2014 foram iniciados os trabalhos da avaliação externa. Estas avaliações irão contribuir para o funcionamento mais eficaz e eficiente da Eurojust.

A Eurojust deu as boas vindas a seis novos Membros Nacionais aguardando já a prevista chegada do novo Magistrado de Ligação da Suíça em 2015.

Para efetivamente prevenir e lutar contra as formas graves de criminalidade transfronteiriça e terrorismo, é, porém, essencial uma abordagem multidisciplinar baseada numa troca de informações reforçada entre diferentes atores e um aumento da utilização dos instrumentos disponíveis. A Eurojust, como agência interveniente da UE, está empenhada em desempenhar o seu papel como centro de especialização jurídica e judiciária e em cooperar estreitamente com todos os parceiros envolvidos.

Espero que a leitura deste relatório seja do seu agrado.

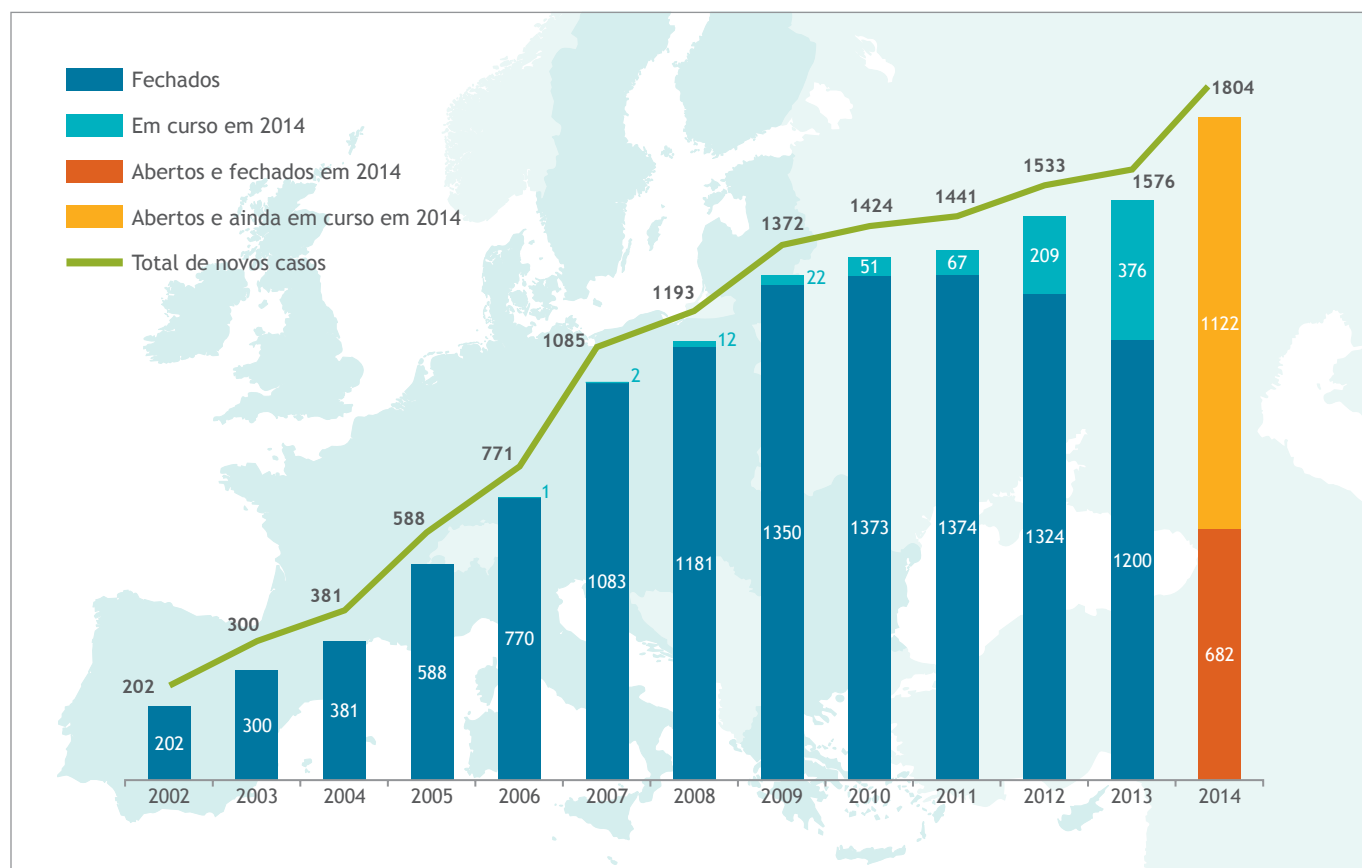


Michèle CONINSX
Presidente da Eurojust

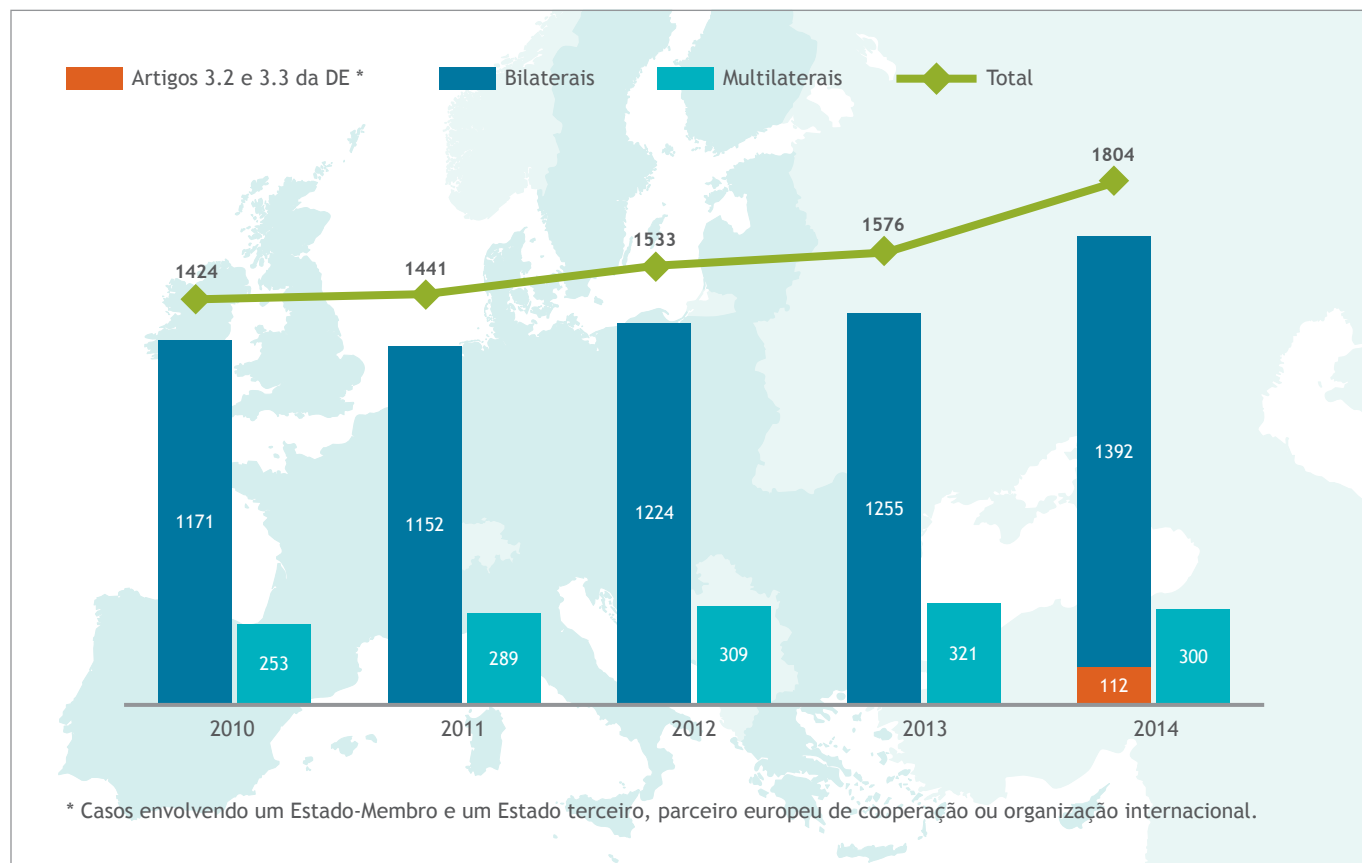


- ▶ O **número de casos** em que os Estados-Membros requereram a assistência da Eurojust no combate a formas graves de criminalidade transfronteiriça teve um aumento de 14,5%, de 1.576 casos em 2013 para 1.804 em 2014.
- ▶ Para dar suporte à coordenação e cooperação entre as autoridades nacionais, utilizaram-se **reuniões de coordenação** (197), **centros de coordenação** (10) e **equipas de investigação conjuntas**, e aumentou a participação da Europol (98) e do OLAF (3) nas reuniões de coordenação da Eurojust.
- ▶ O número de EICs apoiadas pela Eurojust foi de 122, tendo sido iniciadas 45 no ano de 2014. A Eurojust também deu apoio financeiro a 67 EICs.
- ▶ Pôde notar-se um aumento no número de **casos da Eurojust** nas seguintes áreas de criminalidade: tráfico de drogas, fraude, cibercriminalidade, crimes **PIF**, imigração ilegal, corrupção e branqueamento de capitais.
- ▶ Em 266 ocasiões a assistência da Eurojust foi solicitada para a execução de **Mandados de Detenção Europeus**. Além disso, a Eurojust concentrou as suas atividades na execução de MDE e produziu relatórios sobre os diferentes casos e seu tratamento, organizando um seminário estratégico sobre o assunto.
- ▶ Foram estabelecidas **Ligações de Rede Seguras** com seis Estados-Membros - elevando o total para 11 ligações - para facilitar o intercâmbio seguro de informações.
- ▶ A Eurojust participou no desenvolvimento do ciclo de políticas para 2014-2017 e **Planos de Ação Operacionais** para 2015. A Eurojust também colocou um membro do Colégio no EC3 em julho.
- ▶ A Eurojust organizou dois **seminários estratégicos** em combinação com **as reuniões do Fórum Consultivo** sob as Presidências Grega e Italiana:
 - *O Mandado de Detenção Europeu: qual o caminho a seguir? e a 7ª reunião do Fórum Consultivo em 10 e 11 de junho.*
 - *No Sentido de uma maior Cooperação na Apreensão e Confisco de Produtos do Crime: uma Abordagem por Profissionais e a 8ª reunião do Fórum Consultivo em 11 e 12 de dezembro.*
- ▶ A Eurojust também organizou três **reuniões estratégicas** e **uma reunião tática**:
 - *Reunião estratégica anual sobre o terrorismo em 4 de junho e a reunião tática sobre o terrorismo em 5 de junho.*
 - *Reunião estratégica sobre tráfico de drogas em 29 e 30 de setembro.*
 - *Reunião estratégica, Cibercriminalidade – levantamento para os desafios do século XXI, em 19 e 20 de novembro.*
- ▶ A Eurojust realizou uma reunião dos Pontos de Contacto da Eurojust e de Magistrados de Ligação em 16 e 17 de outubro e a 2ª reunião dos Correspondentes Nacionais para a Eurojust em 27 de novembro.
- ▶ A Eurojust publicou, entre outros, o manual do CBRN-E, o TCM e o Relatório sobre o Projeto Estratégico em Crime Ambiental.
- ▶ A Eurojust também lida neste relatório anual com os desafios e as boas práticas identificadas em relação às entregas controladas, novas substâncias psicoativas e (pre) precursores e a recolha e admissibilidade de prova em casos de cibercriminalidade.
- ▶ A Eurojust assinou um **Acordo de Cooperação** com a Moldávia em 10 de julho e **Memorandos de Entendimento** com o EMCDDA (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência) em 15 de julho e ADF (Agência para Direitos Fundamentais) em 3 de novembro.
- ▶ O **orçamento da Eurojust** para 2014 foi de 33.6 milhões de euros. A execução orçamental foi de 99.82%.
- ▶ Concluiu-se a Sexta Ronda de Avaliações Mútuas e o relatório final foi aprovado pelo Conselho em dezembro.
- ▶ O projeto de avaliação externa, em conformidade com o Artigo 41º da Decisão Eurojust, foi iniciado em 2014.
- ▶ A Eurojust publicou a sua nova **Estratégia Plurianual 2016-2018**.
- ▶ O Colégio em abril contribuiu por escrito para o projeto de Regulamento da Eurojust. O Conselho aprovou a abordagem parcial geral sobre este projeto em dezembro.

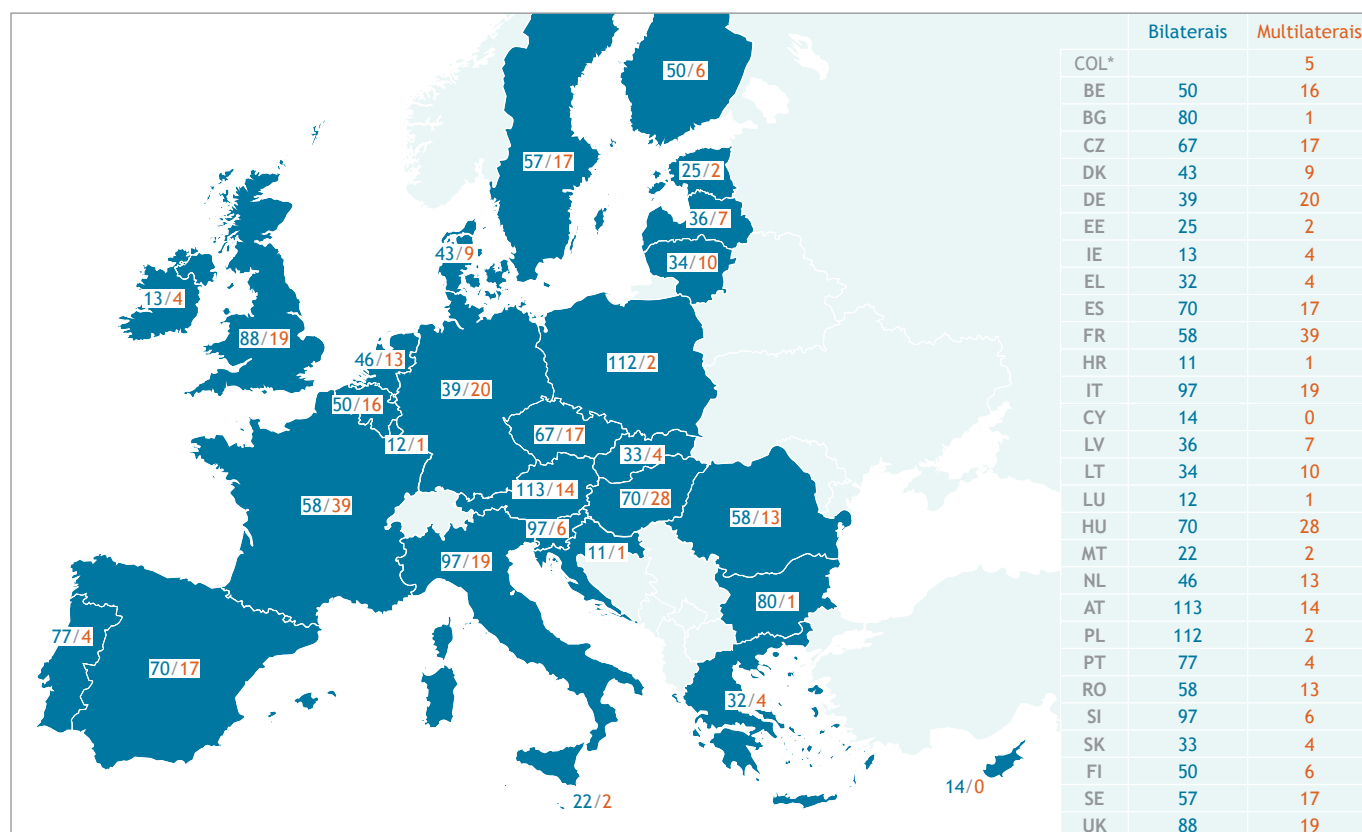
Casos Eurojust 2002 - 2014



Casos Bilaterais/multilaterais 2010 - 2014

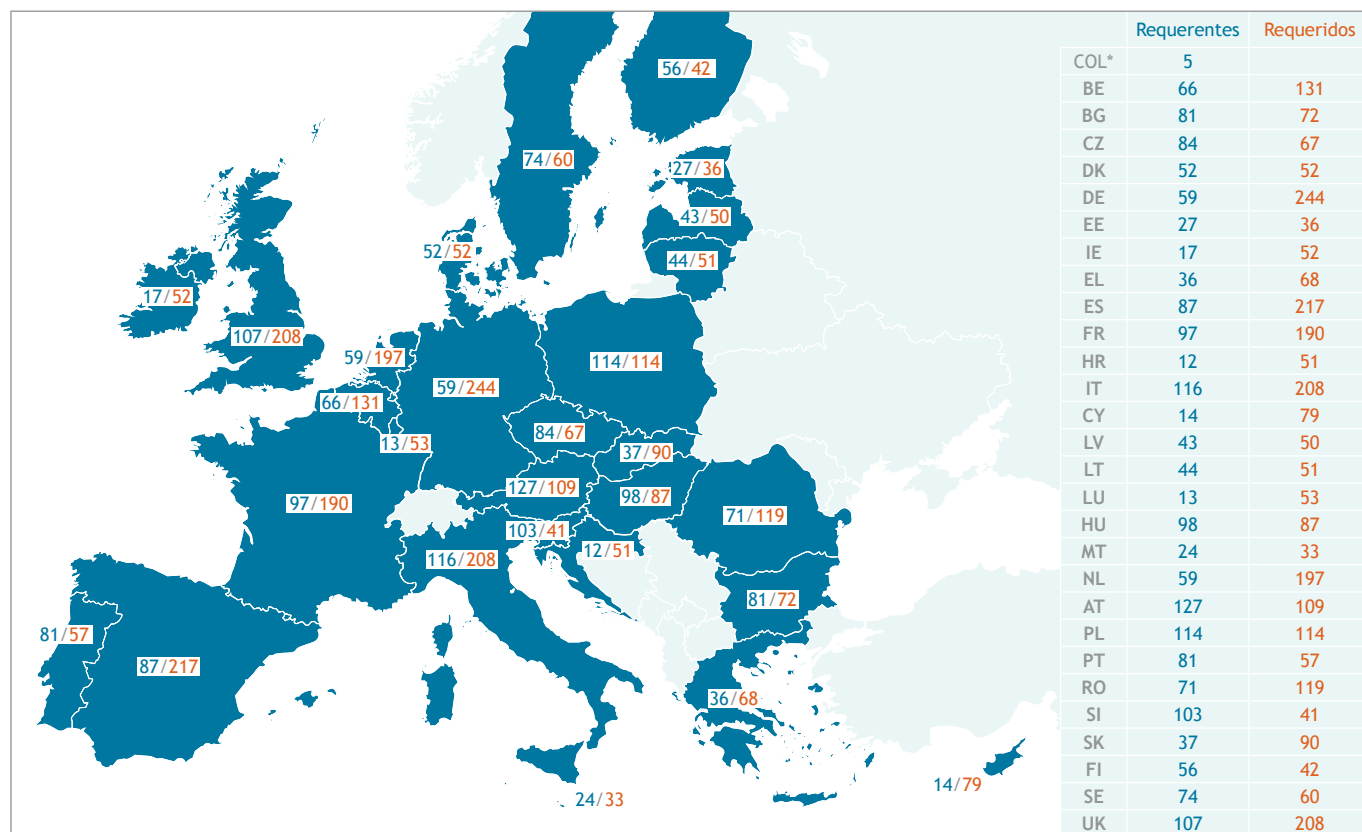


Casos Bilaterais/multilaterais por Estado-Membro



* Os casos registados pelo Colégio não estão incluídos no mapa, só na tabela ao lado

Estados-Membros Requerentes/requeridos



* Os casos registados pelo Colégio não estão incluídos no mapa, só na tabela ao lado

Eurojust College of National Members 2014



Michèle Coninsx, Belgium



Kamen Mihov, Bulgaria



Lukáš Starý, Czech Republic



Jesper Hjortenber, Denmark



Klaus Meyer-Cabri, Germany



Raivo Sepp, Estonia



Frank Cassidy, Ireland



Nikolaos Ornerakis, Greece



Francisco Jiménez-Villarejo, Spain



Frédéric Baab, France



Josip Čule, Croatia



Francesco Lo Voi, Italy



Katerina Loizou, Cyprus



Gunārs Bundzis, Latvia



Laima Čekelienė, Lithuania



Olivier Lenert, Luxembourg



László Venczl, Hungary



Donatella Frendo Dimech, Malta



Han Moraal, Netherlands



Ingrid Maschl-Clausen, Austria



Mariusz Skowroński, Poland



António Cluny, Portugal



Daniela Buruiană, Romania



Malči Gabrijelčič, Slovenia



Ladislav Hamran, Slovak Republic



Harri Tiesmaa, Finland



Leif Görts, Sweden



Frances Kennah, UK



Breve síntese sobre a Eurojust / Eurojust ferramentas

1.1 Breve síntese sobre a Eurojust

O que é? A Eurojust é a Unidade de Cooperação Judiciária da União Europeia. Como organismo da União Europeia criada em 2002, o objetivo da Eurojust é estimular e melhorar a coordenação das investigações e procedimentos penais e a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros em relação às formas graves de criminalidade transfronteiriça, particularmente da criminalidade organizada. A pedido de um Estado-membro, a Eurojust pode também auxiliar investigações e procedimentos penais que envolvam um Estado-Membro e um Estado terceiro, se tiver sido celebrado um acordo de cooperação entre a Eurojust e esse Estado terceiro, ou se existir um interesse essencial na prestação dessa assistência. A pedido de um Estado-membro ou da Comissão, a Eurojust pode também auxiliar nas investigações e procedimentos penais relativos apenas a esse Estado-Membro e à Comunidade.

Quem? O Colégio da Eurojust (o Colégio) é composto por 28 Membros Nacionais que são juízes, procuradores ou agentes policiais de competência equivalente, destacados por cada Estado-Membro. Os Membros Nacionais estão sediados na Eurojust em Haia.

A maioria dos Membros Nacionais são, em geral, assistidos por um Adjunto e/ou um Assistente. A Eurojust é apoiada por uma administração e acolhe os Secretariados da Rede Judiciária Europeia (a RJE), da Rede de Peritos das Equipas de Investigação Conjuntas (a Rede de EICs) e da Rede Europeia de Pontos de Contacto relativa às pessoas responsáveis por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (a Rede Genocídio). Além disso, os EUA e a Noruega destacaram também para a Eurojust Magistrados de Ligação. O número total de pessoas que trabalham na Eurojust, incluindo os membros do Colégio, é de aproximadamente 350.

Como? As funções e poderes chave da Eurojust incluem a resposta aos pedidos de assistência das autoridades nacionais competentes dos Estados-Membros. Por seu turno, a Eurojust poderá solicitar aos Estados-Membros que iniciem uma investigação penal relativamente a uma situação específica. Os Membros Nacionais cumprem o mandado da Eurojust coordenando o trabalho das autoridades dos respetivos países em todas as fases da investigação criminal e do processo penal.

Reuniões de Coordenação: As reuniões de coordenação são uma ferramenta única e eficaz na cooperação judiciária. Põem em contacto as autoridades judiciárias e policiais dos Estados-Membros e de Estados terceiros, e permitem operações bem informadas e orientadas em casos de criminalidade transfronteiriça. Durante as reuniões de coordenação, podem ser resolvidas as dificuldades jurídicas e práticas resultantes das diferenças legais existentes entre os 30 sistemas jurídicos da União Europeia.

Centros de Coordenação: Os centros de coordenação desempenham um papel altamente relevante nas operações, promovendo apoio em tempo real durante os dias de ação conjunta, permitindo ainda a coordenação e acompanhamento imediato de apreensões, detenções, buscas domiciliárias ou a empresas, decisões de apreensão e depoimentos de testemunhas.

Equipas de Investigação Conjunta: Uma EIC é uma equipa de juízes, procuradores e autoridades policiais. A Eurojust fornece financiamento e apoio especializado para a constituição e as necessidades operacionais das EICs. Estabelecidas por um período fixo e com uma finalidade específica, por meio de um acordo escrito entre os Estados envolvidos, as EICs permitem que as investigações criminais sejam levadas a cabo de modo muito mais eficaz num ou mais dos Estados envolvidos.

Relações externas: O trabalho da Eurojust é baseado em relações institucionalmente consolidadas com uma série de parceiros. Com base nesses acordos, desenvolve-se uma cooperação particularmente estreita com as autoridades nacionais e as instituições e parceiros da UE: a Comissão Europeia; a Rede Judiciária Europeia (a RJE); a Europol; o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF); a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex); o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA); a Academia Europeia de Polícia (CEPOL); a Rede Europeia de Formação Judiciária (a REFJ); a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (a ADF). Além disso a Eurojust coopera também com diversos organismos internacionais: INTERPOL, a Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica internacional (IberRed) e o Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). A Eurojust assinou ainda acordos de cooperação com o Liechtenstein, a Suíça, a antiga República Jugoslava da Macedónia, os EUA, a Noruega, a Islândia e a Moldávia.

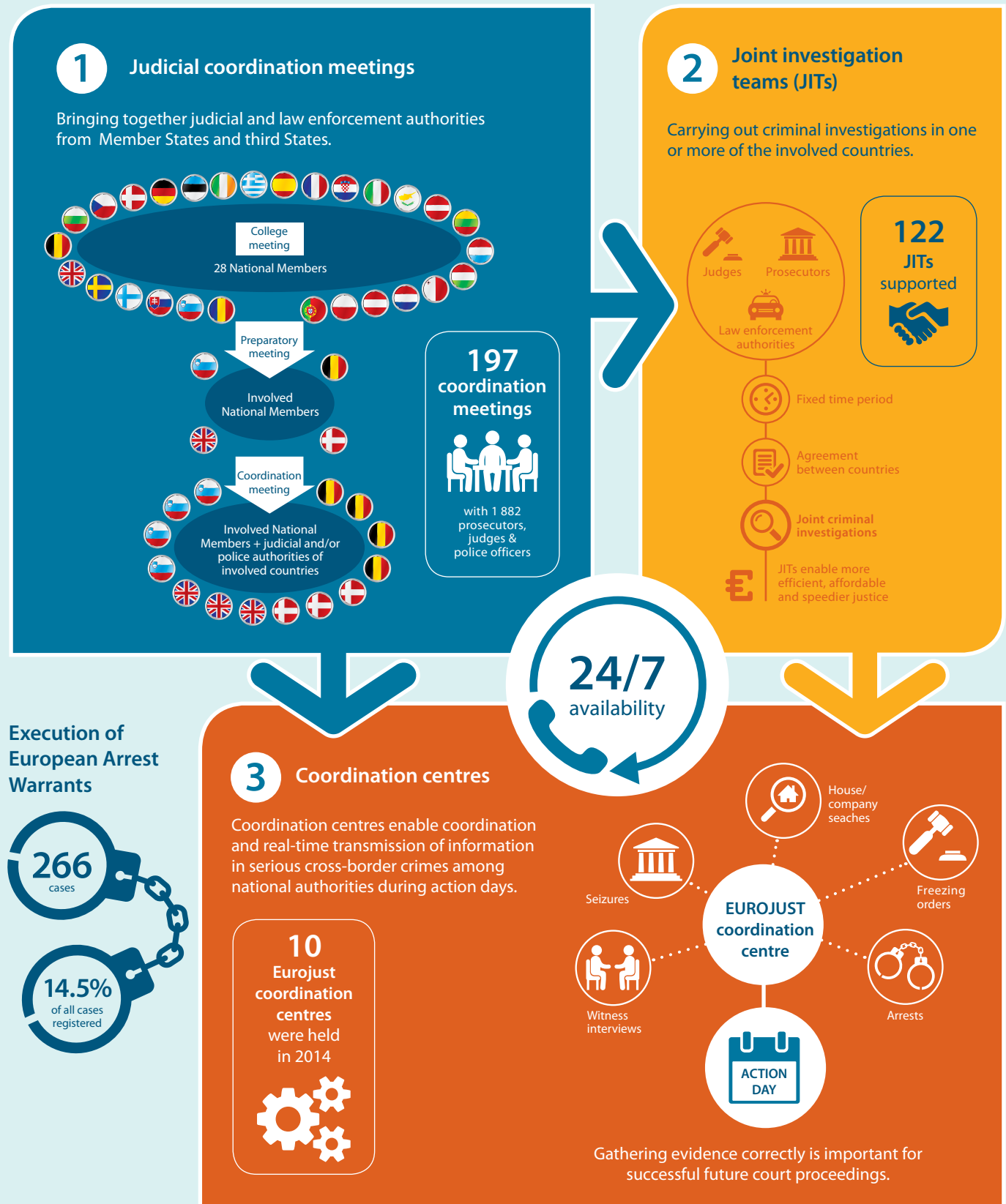
1.2 Eurojust ferramentas

1.2.1 Reuniões de coordenação

As reuniões de coordenação da Eurojust são um instrumento único no campo da cooperação internacional em matéria penal. Ao fornecer conhecimentos especializados jurídicos e práticos, juntamente com o material de apoio (por exemplo, salas de reuniões, serviços de intérpretes de alta qualidade, reembolso de viagens para até dois participantes por Estado, alojamento), a Eurojust junta as autoridades judiciárias e de investigação dos Estados-Membros e também de Estados terceiros. Com isso se dá um passo que ultrapassa o princípio, em tempos revolucionário, da

Eurojust at work

Eurojust's core business is to assist the competent authorities of EU Member States when they deal with serious cross-border organised crime.



comunicação direta entre as autoridades judiciais e se fomenta a confiança mútua.

Num ambiente de trabalho informal, mas no entanto muito profissional, investigadores, juizes e procuradores podem trocar diretamente informações sobre investigações conexas e, livres de barreiras linguísticas, podem discutir e acordar na hora as estratégias para melhor coordenar

Casos Ilustrativos

Um GCO (Grupo de Criminalidade Organizada) era suspeito de atividades de desfalque (usurpação de dados de cartões de pagamento em pontos de venda (POS) e terminais multibanco em diferentes Estados Europeus) e levantamentos fraudulentos de dinheiro usando cartões em branco (fabricados, entre outros lugares, no Camboja, Panamá, Equador e Colômbia). A Delegação Romena na Eurojust organizou uma reunião de coordenação para verificar se o referido GCO estava ativo na França, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Noruega e Espanha e se estavam em curso investigações nesses Estados. Devido ao facto de os dois casos Romanos estarem interligados, a investigação decorreu sob alguma pressão temporal; para se ter uma acusação bem-sucedida, a estreita cooperação e coordenação de ações com os outros Estados envolvidos era importante.

Durante a reunião de coordenação, foram trocadas informações sobre os casos nos Estados-Membros e discutiram-se etapas adicionais para habilitar a execução de solicitações de MLA enviadas da Roménia. No que se refere aos pedidos de MLA ao Reino Unido para localizar os suspeitos e realizar escutas telefónicas, as autoridades britânicas esclareceram que seria necessário uma solicitação adicional de MLA. As autoridades Alemãs explicaram que o caso precisava de ser aberto por um procurador na Alemanha para garantir que as informações trocadas ao nível policial poderiam ser usadas no processo judicial Romeno. Essa informação foi de grande valor para o processo Romeno.

Na reunião de coordenação, a Eurojust destacou os movimentos do GCO na Europa e os Estados que só recentemente tinham sido alvo da ação do grupo, sublinhando a necessidade de investigações adicionais.

O caso ainda estava em curso em 2014.

as investigações (por exemplo, planeando um dia de ação conjunta, possivelmente apoiado por um centro de coordenação, constituindo uma EIC, identificando conflitos de jurisdição e concordando sobre como evitar ou resolver esses conflitos pela eventual transferência de procedimentos, ou simplesmente explorando maneiras de prevenir ou remover problemas na execução de pedidos de MLA (Auxílio Judiciário Mútuo) ou instrumentos de reconhecimento mútuo). Para além de questões operacionais, os desafios jurídicos são abordados ou eficazmente resolvidos (por exemplo, uso judicial de informações trocadas pela polícia, regras de sigilo bancário, aconselhamento jurídico em depoimentos).

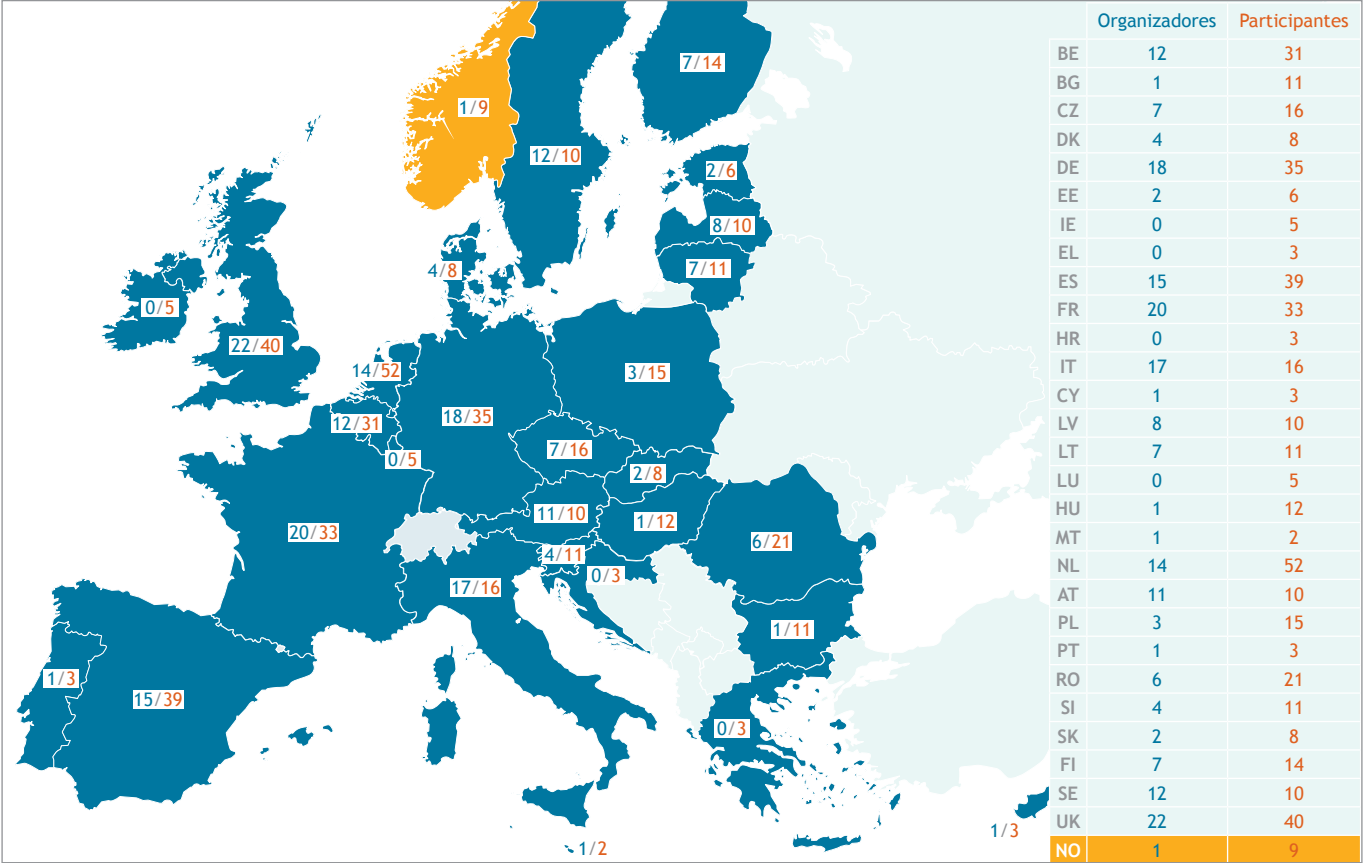
Ao fazê-lo, as autoridades nacionais são auxiliadas por profissionais altamente qualificados, eles próprios na sua maioria juizes e procuradores, que podem fornecer os conhecimentos especializados que coligiram. Trabalhando na Eurojust e apoiando as autoridades nacionais com uma análise detalhada das diferentes investigações, o que permite desenhar o quadro geral em que se encaixa cada peça do puzzle, tais profissionais desenvolvem uma atividade intensa, mas hoje pouco conhecida.

A Eurojust, ciente da singularidade e da eficácia deste instrumento, tem vindo constantemente a trabalhar na sua promoção e melhoria. Em 2014, o número de reuniões de coordenação realizadas na Eurojust manteve-se estável após o aumento significativo em 2011. O Reino Unido, França e Alemanha foram os Estados-Membros que mais as solicitaram, enquanto a Holanda, Reino Unido e Espanha foram os Estados-Membros mais frequentemente solicitados para participar. Das 41 reuniões de coordenação, envolvendo Estados terceiros, a maioria foi referente aos EUA, Suíça e Noruega. A Europol participou em 98 dessas reuniões, a OLAF em três e a INTERPOL em uma.

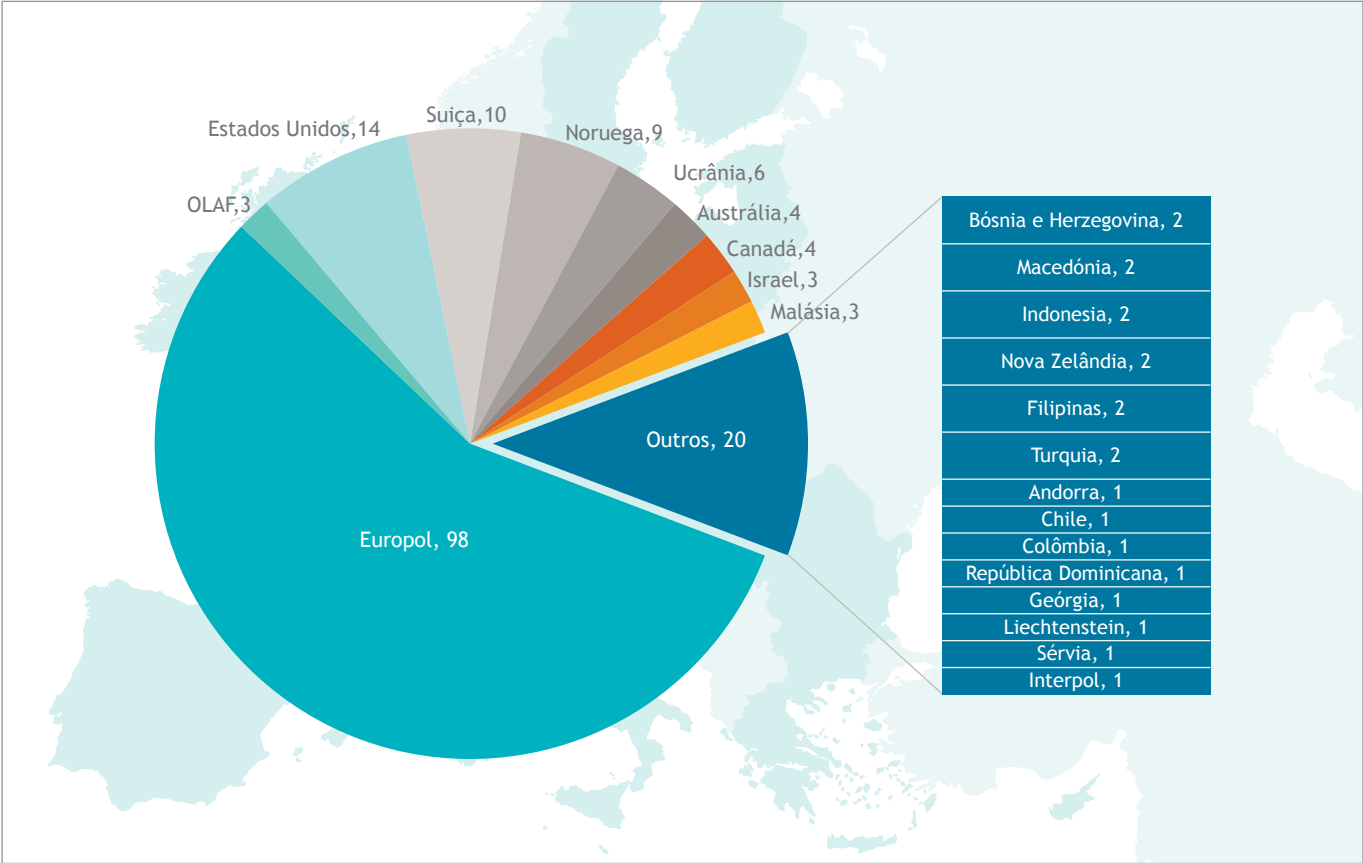
O facto de ter sido realizado um número ligeiramente inferior de reuniões de coordenação enquanto mais casos foram registados na Eurojust reflete o esforço contínuo da Eurojust para promover e melhorar este instrumento, fazendo uma seleção dos casos para os quais uma reunião de coordenação é adequada. A melhor decisão sobre como lidar com um caso não consiste sempre em organizar uma reunião de coordenação, porque os objetivos da Eurojust podem ser alcançados através de opções menos dispendiosas.

Ao mesmo tempo, quando é necessária uma reunião de coordenação, são muitas vezes utilizados instrumentos organizacionais e de gestão de custo, tais como: (a) reuniões co-presididas em que duas Delegações Nacionais mantêm uma reunião conjunta e lidam com casos conexos; (b) reuniões realizadas por uma única Delegação Nacional para debater simultaneamente vários casos relacionados; e (c) videoconferências, que em 2014 permitiram aos participantes estar presentes em nove reuniões de coordenação.

Reuniões de coordenação



Estados terceiros, parceiros da UE e organizações internacionais envolvidos em reuniões de coordenação



Casos Ilustrativos

As autoridades belgas investigaram um GCO operando na Bélgica, Bulgária, Holanda e Roménia. Este GCO alegadamente cometeu fraudes em grande escala, incluindo infrações à lei da segurança social. Desde 2007, aproximadamente 100 trabalhadores romenos tinham sido ilegalmente contratados por cidadãos Holandeses e Romenos no sector da construção civil Belga, com um carrossel de empresas Belgas e Búlgaras envolvidas. Várias empresas de construção Belgas eram suspeitas de usar estes trabalhadores Romenos em violação da proibição de contratação temporária de trabalhadores. Os trabalhadores Romenos foram ficticiamente destacados pelas empresas Holandesas através de empresas Búlgaras ou falsamente registados como trabalhadores independentes em empresas Belgas.

A pedido da Bélgica, a Eurojust acolheu duas reuniões de coordenação. Durante a primeira reunião em maio de 2013, as autoridades Belgas informaram sobre a investigação belga em curso. Enquanto vários Estados foram envolvidos no caso, a reunião esclareceu que as investigações só estavam em curso na Bélgica e, consequentemente, os processos penais não seriam suscetíveis de ocorrer noutros Estados. Além disso, a execução de um pedido Belga de MLA à Holanda foi sujeito a modificação. As autoridades Holandesas deram esclarecimentos quanto às informações adicionais necessárias. As autoridades Búlgaras explicaram que qualquer pedido de informações sobre contas bancárias Búlgaras requeria a autorização do Supremo Tribunal antes da sua execução, devido às regras de sigilo aplicáveis na Bulgária.

Durante a segunda reunião em fevereiro de 2014, foi feita uma avaliação dos desafios práticos e jurídicos envolvidos na condução simultâneas de inquéritos e buscas em todos os Estados-Membros envolvidos num só dia. Um dos possíveis obstáculos jurídicos em causa teve a ver com os depoimentos na Holanda que teriam de ser realizados na presença de um inspetor judicial belga. Esse requisito deu origem a preocupações sobre a conformidade da medida com a jurisprudência, conforme estabelecido pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos no caso de Salduz e em conformidade com a lei Belga Salduz. De acordo com esta legislação, o suspeito tem direito a um advogado no primeiro interrogatório (policial).

Reconhecendo as possíveis consequências desta legislação sobre o uso dos testemunhos como prova, os participantes concordaram que seria feito um pedido *ex officio* para a presença de um advogado durante os interrogatórios pelo juiz de instrução Belga. Tendo avaliado o resultado possível de ações simultâneas, os participantes também decidiram organizar um dia de ação conjunta em abril de 2014 e constituir um centro de coordenação na Eurojust.

O objetivo da operação conjunta foi evitar o conluio e a destruição de provas e conter perdas adicionais para a Bélgica e Holanda. O resultado das ações simultâneas traduziu-se em 19 buscas domiciliárias, 30 buscas em estaleiros de construção e 42 pessoas interrogadas.

O Colégio adotou *Diretrizes sobre confidencialidade e divulgação de dados no enquadramento* das reuniões de coordenação da Eurojust em 8 de abril para auxiliar na forma de melhor lidar com questões jurídicas sensíveis decorrentes das reuniões de coordenação.

1.2.2 Centros de coordenação

Os centros de coordenação fornecem uma oportunidade única para troca de informações em tempo real, permitindo a coordenação centralizada e a execução simultânea de, inter alia, mandados de detenção, buscas e apreensões em diferentes Estados. Os centros de coordenação agilizam a

transmissão oportuna de informação adicional urgente e necessária para executar tais medidas e solicitações de MLA recém-emitidas.

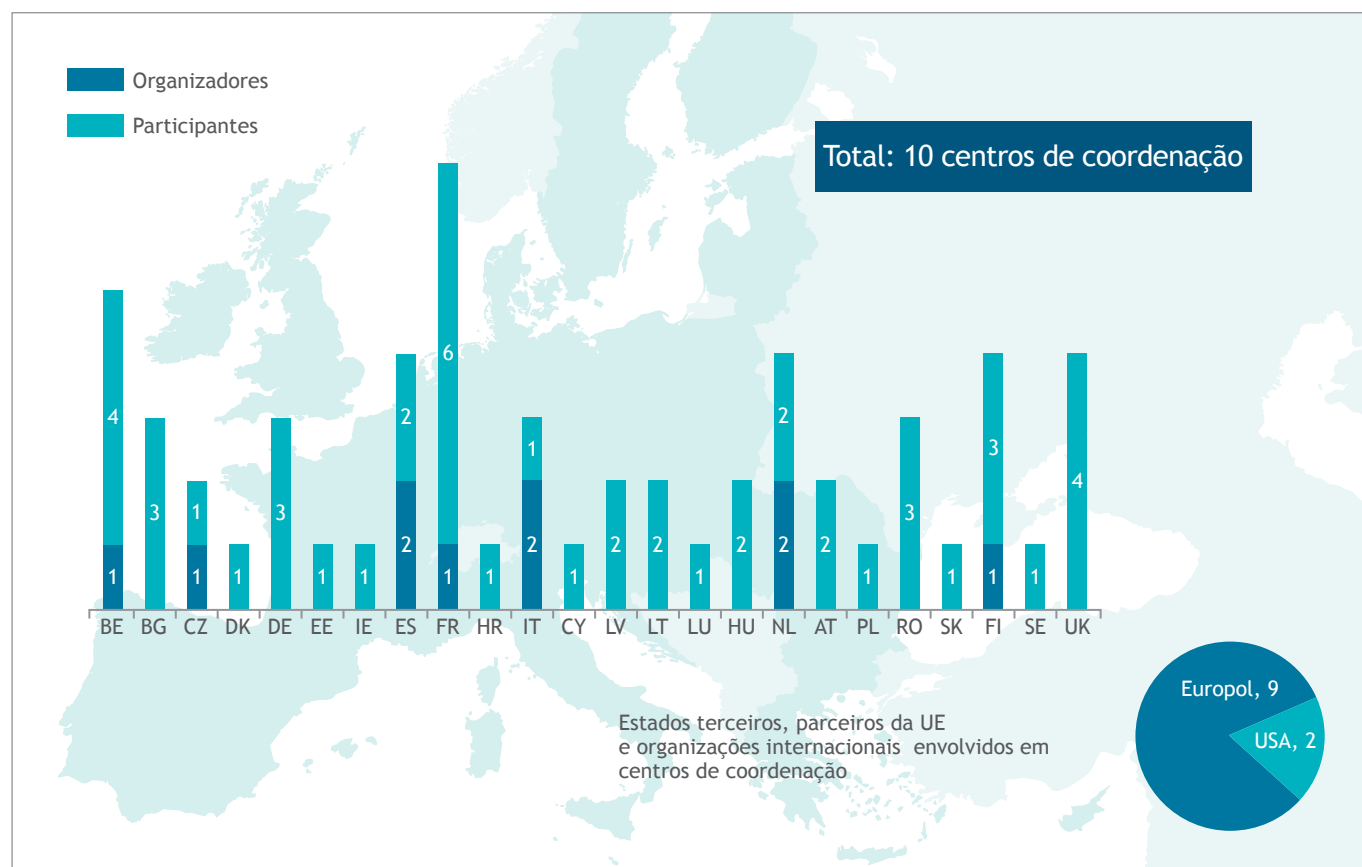
Dez centros de coordenação foram constituídos na Eurojust para suportar ações conjuntas. Estes foram organizados pela Bélgica (1), França (1), Finlândia (1), República Checa (1), Espanha (2), Itália (2) e Holanda (2), com a participação de outros Estados-Membros, incluindo a Bélgica (4) e o Reino Unido (4). A Europol (9) e os EUA (2) também participaram em vários destes dias de ação conjunta. Os tipos de crime em causa incluíram burla e fraude, cibercriminalidade, imigração ilegal e tráfico de drogas.

Os 10 centros de coordenação realizados em 2014, em comparação com os sete em 2013, demonstram o incremento de utilização deste instrumento operacional entre as autoridades nacionais e as Delegações Nacionais da Eurojust na luta contra a criminalidade transfronteiriça na Europa.

Estas operações conjuntas, envolvendo as autoridades nacionais do Ministério Público, são mais uma confirmação do valor acrescentado da Eurojust.

Além de sua inerente mais-valia operacional, os centros de coordenação também podem desempenhar um papel significativo no desenvolvimento da dimensão judicial do caso, nomeadamente facilitando a antecipação e a resolução atempada das complexas questões jurídicas decorrentes quer antes quer durante as ações conjuntas, tais como as que resultam dos diferentes enquadramentos jurídicos nacionais de confisco e apreensão de ativos, ou relativas aos requisitos processuais estabelecidos a nível nacional para a execução de MDEs.

Centros de coordenação



Casos Ilustrativos

Foi descoberta uma rede de vários GCOs a operar num sofisticado esquema de fraude carrossel envolvendo bebidas alcoólicas nos diferentes Estados-Membros. Foram negociadas bebidas alcoólicas por toda a Europa através de transações espelho ou movimentos fantasma sancionados por falsos Documentos eletrónicos de Acompanhamento (e-ADs) para ocultar o seu verdadeiro destino final, na maioria dos casos o Reino Unido, onde as bebidas foram colocadas no mercado. O montante de impostos ilegalmente contornados é estimado em dezenas de milhões de euros.

O caso italiano (operação Cocktail) foi registado em abril de 2013 e envolveu a Bélgica, França, Alemanha, Holanda, Roménia, Espanha e Reino Unido.

O caso evoluiu em duas fases. Durante a primeira fase em 2013, a Eurojust recolheu e analisou informações operacionais das autoridades nacionais (por exemplo, alfândegas e autoridades policiais) para detetar o *modus operandi* e os padrões criminais dos GCOs e apresentar opções possíveis para a resposta judicial. Além disso, a Eurojust coordenou a emissão e a execução dos pedidos de MLA e organizou duas reuniões de coordenação.

Durante a segunda fase em 2014, a Eurojust coordenou a resposta judicial conduzida a nível nacional contra os GCOs através da organização de dois centros de coordenação que sustentaram duas ações conjuntas, com um intervalo de seis meses entre si.

Ao primeiro centro de coordenação em maio de 2014 seguiu-se uma série de detenções, buscas e apreensões em França e na Alemanha, bem como investigações na Bélgica, que resultaram em cinco detenções, incluindo os cabecilhas do GCO Belga. Outros resultados foram o congelamento de três contas bancárias na Letónia, 23 buscas e a apreensão de quantias em dinheiro, computadores, portáteis, telemóveis, veículos e outros itens de valor elevado. O segundo centro de coordenação em novembro de 2014 focou-se em processos penais Italianos e resultou na detenção de 20 membros dos GCOs, incluindo os cabecilhas. As detenções foram feitas com base em 14 mandados de prisão nacional executados na Itália e seis MDEs executados na Alemanha, Roménia e Reino Unido. Além disso, 30 instalações foram sujeitas a buscas e diversos ativos financeiros e imobiliários (incluindo várias contas bancárias), armas, computadores, veículos, telemóveis e documentos foram apreendidos.

O valor acrescentado deste centro de coordenação torna-se evidente se olharmos para as circunstâncias que rodeiam a execução de um MDE emitido contra um dos alvos principais, neste caso, um cidadão italiano residente no Reino Unido. Todos os preparativos para esta detenção foram feitos em território do Reino Unido durante o dia da ação conjunta. No entanto, quando as operações conjuntas começaram, o centro de coordenação soube que ele tinha viajado para Espanha na noite anterior e, prontamente, informou a Delegação Espanhola da Eurojust que, por sua vez, de imediato envolveu as autoridades Espanholas na tentativa de localizar o alvo. As autoridades espanholas procuraram-no ativamente, mas o alvo não foi localizado. Nas primeiras horas do dia seguinte, as autoridades Britânicas souberam que o alvo constava da lista de passageiros de um voo de ligação para o Reino Unido proveniente de Espanha, escalado para aterrar no aeroporto de Gatwick. Esta informação foi direcionada, através do centro de coordenação, para as autoridades Italianas e Espanholas. O ciclo agora estava completo, e o alvo foi detido no aeroporto de Gatwick, ao chegar de Espanha.

Os desafios enfrentados neste caso foram a complexidade do esquema fraudulento usado pelos GCOs, a sua capacidade de movimentar grandes quantidades de bebidas alcoólicas nos Estados-Membros quase sem serem detetados pelas autoridades policiais investigadoras e os diferentes sistemas jurídicos envolvidos. Através dos centros de coordenação, a Eurojust apoiou a execução oportuna e conjunta de ações tais como detenções e apreensões, respeitando os prazos processuais e os requisitos próprios de cada Estado-Membro. Em ambos os centros de coordenação, a Europol implementou um escritório móvel para suporte adicional à operação no local.

1.2.3 Troca de informações e o CMS (Sistema de Gestão de Casos) da Eurojust

Desenvolvimento e adoção de políticas relacionadas com o CMS

Em 2014, foram desenvolvidas duas versões atualizadas do CMS para melhorar as capacidades operacionais e a facilidade de utilização. No primeiro semestre de 2014, foi lançada a versão 3.5 do CMS para fornecer uma ampla gama de funções de introdução e processamento de

dados e para aumentar a conformidade com as regras de proteção de dados. Durante o segundo semestre de 2014 foi desenvolvida e testada uma segunda atualização, versão 4.0. O CMS 4.0, que se espera seja lançado no início de 2015, oferece a possibilidade de acesso flexível ao CMS por diferentes grupos de utilizadores criando as condições prévias para o acesso ao CMS dos utilizadores do ENCS. Atualiza a importação automática do formulário “inteligente” do artigo 13º e melhora o tempo de resposta do sistema. A próxima versão do CMS, o CMS 4.1, que também será implementado em

2015, inclui uma atualização importante para permitir a gravação das decisões com base no Artigo 19º das *Regras de procedimento sobre o tratamento e proteção de dados pessoais na Eurojust*.

Novas políticas, relacionadas com o uso e manutenção do CMS, foram acordadas pelo Colégio em 2014. A ‘abordagem à introdução de dados’, aprovada em julho, introduziu normas comuns para a introdução de dados e métodos de trabalho uniformes a serem aplicados pelas Delegações Nacionais. A abordagem adotada em outubro permitiu expandir o conceito do CMS possibilitando a inclusão de componentes que foram adicionados ao sistema durante diferentes fases do seu desenvolvimento e forneceu a base para a gestão e alteração dos vários componentes do sistema de forma unificada.

O formulário ‘Inteligente’ referente ao Artigo 13º

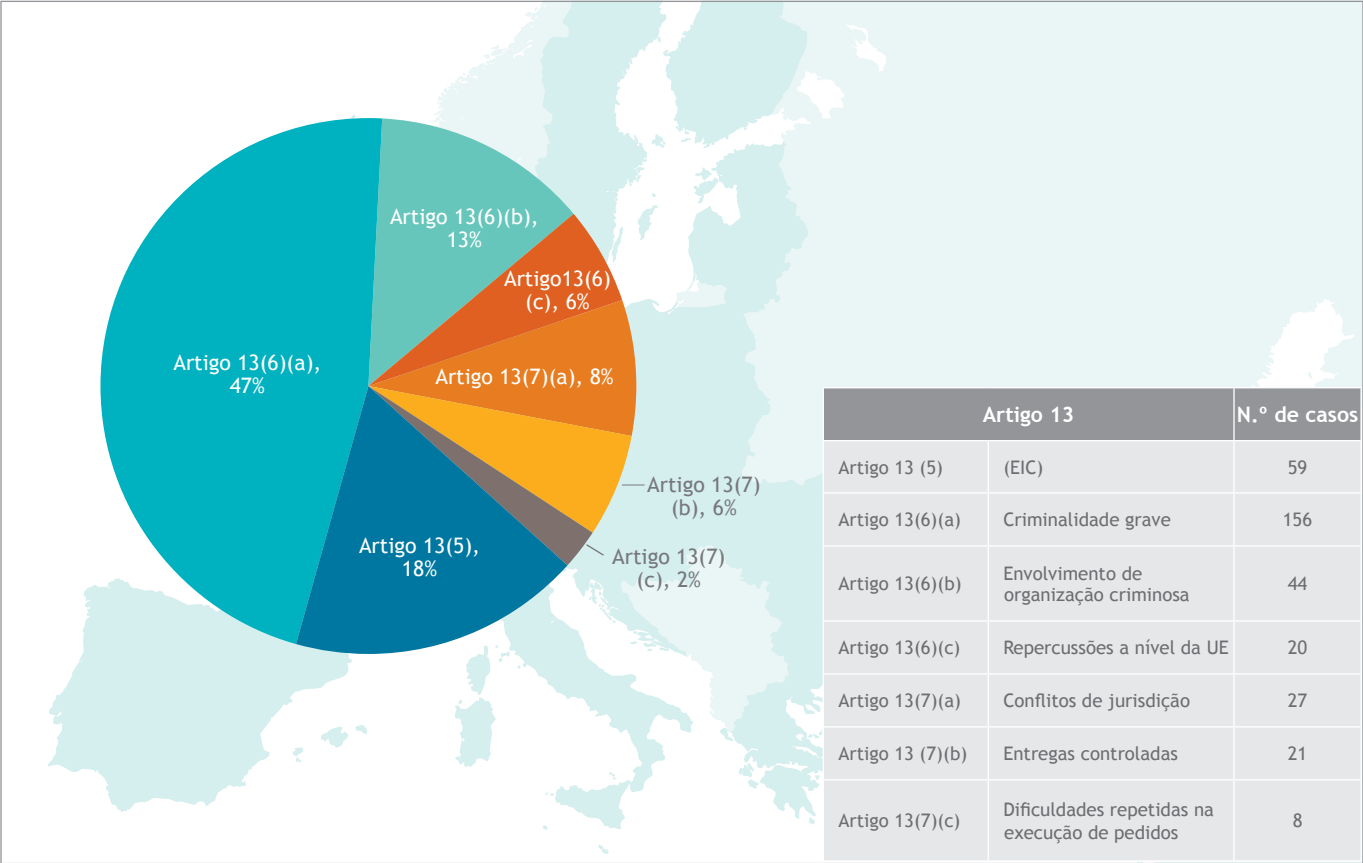
O Artigo 13º. da Decisão Eurojust exige que as autoridades nacionais forneçam todas as informações necessárias para o desempenho de tarefas operacionais da Eurojust. O formulário ‘inteligente’ do Artigo 13º. é um modelo eletrónico desenvolvido pela Eurojust para permitir a transmissão estruturada de tais informações pelas autoridades nacionais da Eurojust. Em 2014, o Colégio reviu o processo utilizado e a experiência acumulada e discutiu uma possível evolução com a implementação pela Eurojust do Artigo 13º da Decisão Eurojust. A necessidade

de tornar o formulário do Artigo 13º mais amigável para as autoridades nacionais foi destacada durante a Sexta Ronda de Avaliações Mútuas e constituiu um dos resultados da 2ª reunião dos Correspondentes Nacionais da Eurojust em novembro de 2014. Foram publicadas três atualizações do formulário em 2014. As atualizações permitiram à Croácia iniciar e importar o formulário para o CMS e introduziram uma série de ajustes no texto do formulário que melhoraram a sua clareza. A Eurojust emitiu um procedimento para simplificar o formulário no final de 2014.

Ligações entre o SNCE e o CMS

Em 2014 continuaram os trabalhos sobre a implementação do projeto de Ligação Segura em Rede. Este projeto centra-se na constituição de uma rede segura de conectividade entre a Eurojust e cada um dos 28 Estados-Membros. As conexões com a Bélgica, Hungria, Polónia, Eslovénia, Finlândia e Suécia ficaram operacionais, elevando para 11 o número total de Estados-Membros com uma conexão segura estabelecida e operacional (as conexões com a Bulgária, República Checa, Letónia, Holanda e Roménia já estavam ativas). As ligações de segurança permitem a implementação das exigências decorrentes do Artigo 12º (apetrechando o SNCE em cada Estado-Membro com acesso ao CMS) e do Artigo 13º (troca de formulários ‘inteligentes’ em PDF por e-mail) da Decisão Eurojust e melhoram a troca segura de informações entre a Eurojust e os Estados-Membros.

Número de casos ao abrigo do Artigo 13.º



1.2.4 A Eurojust e as EICs

As EICs são uma ferramenta operacional eficaz para as forças policiais e autoridades judiciárias facilitando a assistência jurídica em investigações transfronteiriças. A capacidade dos membros das EICs de diretamente partilharem informações, sem a necessidade de pedidos formais e de solicitarem medidas de investigação entre si, bem como o envolvimento da Eurojust, a título de apoio direto e assistência, demonstraram a sua mais-valia. Em 2014, 122 EICs foram apoiadas pelos Membros Nacionais, 45 dos quais foram formados recentemente em 2014. Os Membros Nacionais participaram ou na sua qualidade de autoridades nacionais competentes ou em nome da Eurojust, em conformidade com o Artigo 9f da Decisão Eurojust.

Nos termos do artigo 13º(5) da Decisão Eurojust, os Estados-Membros assegurarão que os Membros Nacionais sejam informados da constituição de EICs e dos resultados do trabalho de tais equipas. A Eurojust recebeu 59 notificações. A assistência da Eurojust incluiu: (i) elaboração de acordos de EIC ou extensões aos acordos já existentes; (ii), aconselhamento sobre os enquadramentos jurídicos da UE e internacionais na constituição de uma EIC; (iii) prestação de informações sobre diferentes sistemas processuais; (iv) identificação de casos apropriados para as EICs; (v) organização

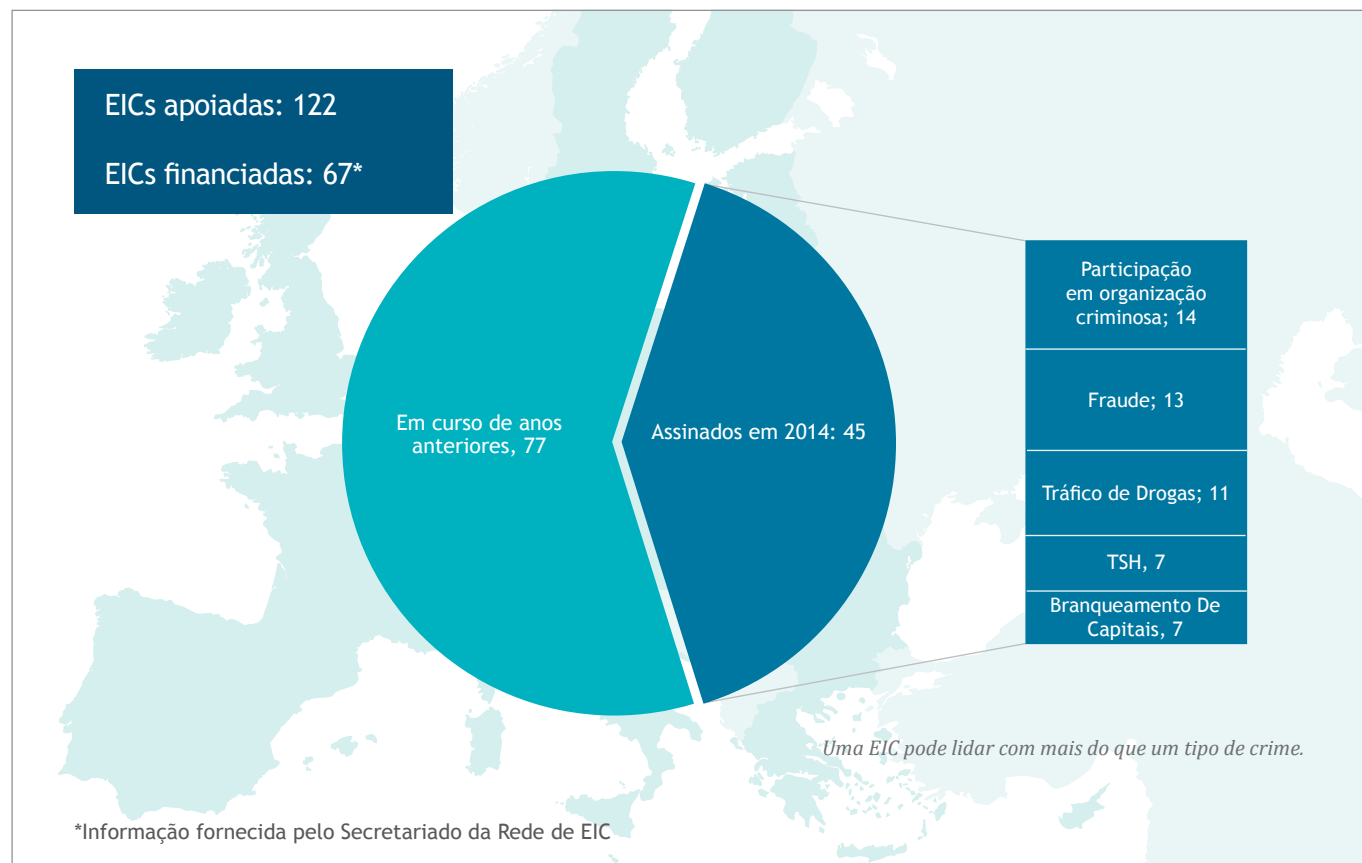
As Fiches Suédoises

As *Fiches Suédoises* fornecem uma visão geral da estrutura e funcionamento do SNCE por Estado-Membro. Esta ferramenta é atualizada regularmente pela Eurojust para apoiar a implementação do SNCE e a troca de experiências e boas práticas. Desde novembro, as *Fiches* incluem uma secção que fornece um conjunto de diretrizes nacionais disponíveis relativas à implementação do Artigo 13º da Decisão Eurojust e da distribuição de casos entre a Eurojust e a RJE.

de reuniões de coordenação para apoio às EICs; e (vi) prestação de assistência relativa a uma ação coordenada.

As reuniões de coordenação organizadas para facilitar o trabalho das EICs contribuíram para a resolução de obstáculos recorrentes, tais como: i) diferenças nos sistemas jurídicos em matéria de regras sobre a recolha de provas; ii) admissibilidade das provas; iii) divulgação de informações; e iv) prazos para retenção de dados.

EICs apoiadas pela Eurojust e os principais tipos de crime



As EICs evoluíram como um instrumento rápido e flexível para a cooperação com Estados terceiros. A Eurojust forneceu suporte para o decurso de sete EICs envolvendo Estados terceiros, três das quais foram recentemente criadas em 2014. A Eurojust ajudou a superar os obstáculos jurídicos e práticos que se colocam com a participação de Estados terceiros.

Em junho de 2014, reconhecendo a necessidade de refletir sobre os desafios de uma maior cooperação com Estados terceiros, a Eurojust acolheu a 10ª Reunião Anual da Rede de Peritos Nacionais sobre EICs, organizada pelo Secretariado da Rede de EICs. O encontro, intitulado *[EICs Para além da UE: No sentido de uma maior utilização das EICs com Estados extra Comunitários](#)*, focou-se, inter alia, sobre os aspetos jurídicos e práticos da constituição e funcionamento de EICs com Estados terceiros, sobre questões específicas relacionadas com o intercâmbio de informações e provas com Estados terceiros e sobre a contribuição do Secretariado da Rede de EICs para a promoção e desenvolvimento de EICs com países vizinhos.

Os especialistas concordaram com a importância da assistência prestada pela Eurojust em situações de envolvimento de Estados terceiros nas EICs, designadamente quando se tratou de identificar os casos apropriados, iniciar e facilitar os contactos e ao fornecer análises que contribuem para a decisão de instituir a própria EIC. Devido às diferenças existentes entre os sistemas jurídicos, o modelo da UE para o acordo sobre EICs é, porém, considerado pelos peritos como não

completamente adequado em relação a Estados terceiros e pode precisar de alguns ajustes. Os peritos recomendaram que todos os Estados-Membros implementassem o Segundo protocolo adicional à Convenção de 1959 sobre Assistência Mútua em Matéria Penal. Os especialistas também destacaram a importância do intercâmbio seguro de informações com Estados terceiros no âmbito das EICs. A esse propósito, o empréstimo de equipamento técnico pela Eurojust permite um canal seguro de comunicação entre os parceiros das EICs.

A questão do uso de informações e provas precisa de ser abordada com extremo cuidado, especialmente em relação a Estados terceiros que aplicam a pena de morte. Para além disso, o Secretariado da Rede de EICs deve facilitar o estabelecimento de contacto com parceiros (por exemplo, Europol, CEPOL, a REFJ e o Secretariado da Convenção sobre a Cooperação Policial para a Europa do Sudeste) para a realização de formação e sensibilização sobre as EICs fora da União Europeia.

Os profissionais avaliaram os resultados alcançados, questões jurídicas e dificuldades práticas encontradas em diferentes estágios de uma EIC. Um número de avaliações de EIC foi apresentado ao Secretariado da rede das EICs (ver Secção 6.2).

Apoio financeiro da Eurojust a operações de EIC

A Eurojust continuou a fornecer ajuda financeira e logística do seu orçamento regular para operações das EIC apoiando 67 EICs, 48 das quais foram financiadas pela primeira vez.

Vários ajustamentos ao procedimento de financiamento das EICs foram introduzidos em 2014, incluindo a disponibilização de assistência financeira a Estados terceiros envolvidos em EICs com os Estados-Membros. Durante o ano, a Eurojust recebeu 12 candidaturas de EICs em que estiveram envolvidos Estados terceiros. Além disso, foi concedido financiamento a EICs constituídas sob outros instrumentos jurídicos que não a Convenção Europeia de 2000 sobre Assistência Mútua em Matéria Penal entre os Estados-membros da União Europeia e a Decisão-Quadro 2002/465/JHA sobre EICs.

Casos Ilustrativos

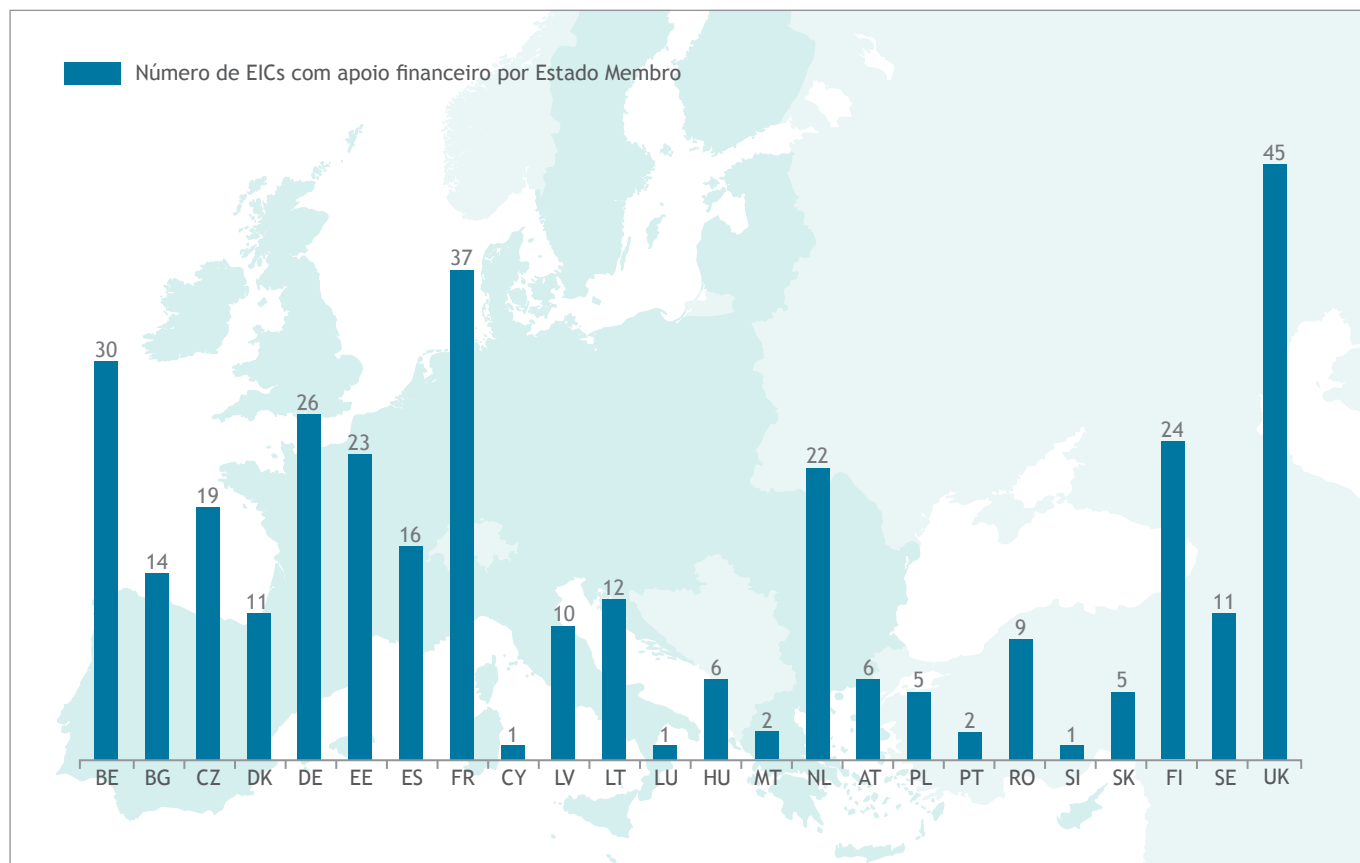
Em relação ao acidente do voo MH17 na Ucrânia, em 17 de julho de 2014, foi constituída com a assistência da Eurojust uma EIC entre a Holanda, Bélgica, Austrália e Ucrânia, com a participação da Malásia. Os membros da EIC decidiram numa fase posterior que a Malásia também se tornaria membro da EIC. A Eurojust acolheu três reuniões de coordenação e prestou assistência na i) determinação da base jurídica para a EIC no que diz respeito aos Estados terceiros envolvidos; ii) clarificação do papel dos Estados terceiros na qualidade de participantes ou membros da EIC; iii) elaboração do acordo de EIC; e iv) definição da elegibilidade dos Estados terceiros que sejam membros ou participantes numa EIC para financiamento através do Eurojust.

Case illustration

Foi constituída uma EIC para dismantelar vários GCOs provenientes da antiga República Jugoslava da Macedónia que estavam envolvidos em tráfico de grandes quantidades principalmente de heroína e cocaína para a Holanda, Áustria e Alemanha. Como resultado desta EIC, as atividades do GCO foram significativamente reduzidas. A cooperação neste caso resultou em numerosas detenções e condenações na Áustria, Alemanha, Holanda e na antiga República Jugoslava da Macedónia, bem como no confisco de quantidades substanciais de heroína, cocaína, substâncias de corte, cannabis e dinheiro.

A Eurojust desempenhou um papel essencial neste caso através da coordenação de investigações nos Estados-Membros e promovendo o início de investigações e procedimentos penais na antiga República Jugoslava da Macedónia e na Holanda. Foram organizadas pela Eurojust um total de oito reuniões de coordenação, durante um período de quatro anos, que facilitaram as discussões sobre as investigações em curso, a adequação da constituição de uma EIC e as atividades realizadas. Esta forma de cooperação foi considerada muito proveitosa dado que suprimiu a exigência dos pedidos de MLA (AJM) entre os Estados-Membros participantes e o Estado terceiro. Também permitiu às autoridades da antiga República Jugoslava da Macedónia informar os Estados-Membros participantes dos resultados das intercetações telefónicas à medida que estavam a decorrer. Tal possibilidade não existia quando era apresentado um pedido regular de MLA. A Eurojust participou na elaboração do esboço do acordo sobre EIC e prestou apoio relativo à clarificação dos requisitos legais e das disposições especiais contidas no acordo de EIC. Em colaboração com as autoridades envolvidas, a Eurojust preparou uma panorâmica geral dos suspeitos e a situação dos processos nos Estados-Membros envolvidos. Além disso, a Eurojust concedeu apoio financeiro à EIC.

Financiamento das EIC pela Eurojust (2009/12 - 2014/8)



2014

Cronograma de

4-5 junho Haia

Reunião estratégica sobre terrorismo



10 -11 junho Haia

Seminário estratégico sobre o Mandado de Detenção Europeu e Reunião do Fórum Consultivo

11-12 junho

Seminário de Marketing na França



24 de março Haia

A Eurojust participa na Conferência de Segurança Nuclear



25-26 junho Haia

10º encontro anual dos especialistas nacionais em EIC

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

APRIL

MAIO

JUNHO



14 de fevereiro Haia

Visita do MEP Axel Voss, Relator para o Regulamento da Eurojust



26 de fevereiro Haia

35ª reunião ordinária dos Pontos de Contacto da Rede Judiciária Europeia (RJE)



21-22 de maio Haia

16ª reunião da Rede Europeia para a investigação e ação penal de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra

15-16 de maio

Seminário de Marketing na Polónia

26-27 de maio

Seminário de Marketing na Hungria



3 de novembro Valeta

Memorando de Entendimento entre a Eurojust e a Agência Europeia de Direitos Fundamentais (ADF)

21 de setembro
7º Dia Internacional de Haia



29-30 de setembro Haia
Reunião estratégica sobre tráfico de drogas



19-20 de novembro Haia
Reunião, Cibercriminalidade: levantamento para os desafios do século XXI



21 de novembro Bruxelas

Reunião com os media e apresentação do Relatório da Eurojust sobre o Projeto Estratégico em Crime Ambiental

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO



10 de julho Haia

Acordo de Cooperação entre a Eurojust e a República da Moldávia



16-17 de outubro Haia

Reunião de pontos de contacto da Eurojust e Magistrados de Ligação: Complementaridade, sinergias e cooperação



11-12 dezembro Haia

Seminário estratégico sobre a apreensão e confisco de produtos do crime e reunião do Fórum Consultivo



15 de julho Haia

Memorando de Entendimento entre a Eurojust e o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA)



Casos da Eurojust



2.1 Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritária

As prioridades operacionais da Eurojust, para o período 2014-2017 espelham substancialmente as prioridades da UE na luta contra a criminalidade grave e organizada, de acordo com o estabelecido pelo Conselho da União Europeia, com exceção do tráfico ilegal de armas de fogo. No entanto, as prioridades da Eurojust incluem certos tipos de crimes que não foram definidos como prioridades no ciclo político da UE, nomeadamente a corrupção, os crimes que afetam os interesses financeiros da UE e o terrorismo.

EMPACT

Cada uma das prioridades acordadas pelo Conselho da UE para o período 2014-2017 foi traduzida em Planos Estratégicos Plurianuais (MASP) definindo os objetivos estratégicos a alcançar. Para atingir estes objetivos estratégicos, foram lançados nove projetos EMPACT (um para cada uma das prioridades do Conselho) para coordenar as ações dos Estados Membros e das organizações da UE contra as ameaças identificadas. Numa base anual, os projetos EMPACT estabelecem os seus Planos de Ação Operacionais (PAOs) para atingir esses objetivos estratégicos.

A Eurojust participou ativamente na preparação e elaboração dos PAOs para o ano de 2015. Os representantes da Eurojust participaram em 33 reuniões realizadas em todas as nove áreas prioritárias de criminalidade no âmbito da EMPACT, incluindo a reunião de Coordenadores Nacionais da EMPACT em novembro (ver Documento 15930/14 do Conselho): facilitação da imigração ilegal; TSH (Tráfico de Seres Humanos); fraudes nos impostos especiais de consumo e de MTIC; drogas sintéticas; cocaína e heroína; tráfico ilícito de armas de fogo; crime organizado contra a propriedade; e cibercriminalidade.

A participação da Eurojust no desenvolvimento dos PAOs de 2015 foi guiada pela posição comum adotada pelo Colégio, em 2013, que tinha previsto o envolvimento da Eurojust nas seguintes seis áreas: cooperação com Estados terceiros; investigações financeiras (incluindo a recuperação de ativos); sensibilização; formação; obstáculos legais/práticos; e aumento de investigações coordenadas e processos penais.

Lidando com os produtos do crime

Os esforços da Eurojust no apoio aos profissionais para lidar com crimes graves incluem a identificação, congelamento, confisco e partilha e retorno de produtos do crime.

A Decisão-Quadro do Conselho 2003/577/JHA de 22 de julho de 2003 sobre a execução na União Europeia das decisões de congelamento e apreensão de bens ou elementos de prova e a Decisão-Quadro do Conselho 2006/783/JHA de 6 de outubro de 2006 sobre a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo das decisões de perda, constituem ferramentas jurídicas importantes destinadas a garantir que o crime não compensa. Cada Decisão fornece aos profissionais um certificado padrão.

Para facilitar a aplicação e a conformidade com as Decisões, a Eurojust disponibilizou no seu site [formatos editáveis](#) dos certificados para os profissionais.

Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritária



Estatística geral

Criminalidade prioritária	Casos		Reuniões de coordenação		EICs	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Fraude	449	560	60	60	21	32
Corrupção	52	55	16	9	3	4
Infrações PIF	31	70	8	7	1	2
GOCMs	257	128	66	13	8	13

Criminalidade prioritária	Casos		Reuniões de coordenação		EICs	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Tráfico de drogas	239	283	56	52	26	31
Cibercriminalidade	29	42	10	15	9	6
Imigração ilegal	25	32	5	10	7	9
Terrorismo	17	14	3	4	1	2
TSH	84	71	24	12	15	18

2.1.1 Fraude

Manteve-se o crescimento significativo dos casos de fraude, de acordo com uma tendência iniciada em 2012. Com um total de 560 casos, os casos de fraude representam quase um terço dos casos Eurojust registrados em 2014. Comparado com 2013, o número de reuniões de coordenação permaneceu inalterado (60), enquanto o de EICs aumentou consideravelmente (32).

Os casos de fraude foram tratados principalmente como delitos isolados (348) ou através da categoria genérica 'outros tipos de fraude'. Das suas subcategorias, os mais relatados são a burla (157) e fraude no IVA (141). A fraude está tipicamente associada ao branqueamento de capitais (83), participação numa organização criminosa (48) e falsificação de documentos administrativos (41).

Os casos na Eurojust mostram que os principais Estados requerentes foram a Hungria, a Áustria e a Eslovénia, enquanto que os requeridos foram, principalmente, o Reino Unido, a Alemanha e a Espanha.

Além de seu trabalho operacional com os casos, a Eurojust intensificou a sua contribuição para os esforços empreendidos a nível da UE para combater todas as formas de fraude. Sobre este pano de fundo, a Eurojust acolheu encontros com delegações do Tribunal de Contas Europeu para avaliar a eficácia da UE na luta contra as fraudes transfronteiriças no IVA, e com representantes da Comissão Europeia da Direção Geral da Saúde e da Defesa do Consumidor, DG SANTE (antes designada DG SANCO), para discutir métodos de reforço da cooperação nas áreas da fraude relacionadas com comida, álcool, pesticidas e rotulagem de produtos.

A Eurojust trabalhou com a Arcádia Internacional, um membro do Consórcio de Avaliação de Cadeia Alimentar, que a DG SANTE já tinha comissionado anteriormente em 2014, para realizar um estudo sobre o comércio ilegal e contrafação de pesticidas e um estudo ad-hoc sobre o impacto nos controlos oficiais e ações de reforço do atual quadro jurídico aplicável à fraude alimentar. Estes estudos destinam-se a auxiliar nos trabalhos em curso da Comissão

para intensificar a luta contra práticas fraudulentas na cadeia alimentar e, em particular, para avaliar se a política comunitária relevante e o quadro jurídico respetivo são eficazes e suficientes, ou se são necessárias ações adicionais.

Casos Ilustrativos

Empresas suspeitas de envolvimento em fraudes complexas ao IVA estavam sob investigação há vários anos pelas autoridades Alemãs. Os Gabinetes do Ministério Público Alemão em Colónia e Augsburg enviaram pedidos de MLA às autoridades Holandesas para a realização de buscas. Em conformidade com o Código de Processo Penal Holandês, é necessária uma decisão do tribunal para permitir que documentos apreendidos na Holanda sejam entregues a uma autoridade estrangeira. O Código do Processo Penal Holandês também permite a possibilidade de serem apresentadas reclamações pelas partes interessadas. Devido a este procedimento, certos alvos, alguns dos quais tiveram aconselhamento jurídico, apresentaram queixa e ganharam um recurso contra as apreensões.

Como resultado, para acelerar a execução de várias solicitações de MLA contra as mesmas pessoas e/ou corporações, foi solicitada a assistência da Eurojust e foi registado um caso bilateral.

Uma reunião de coordenação realizada na Eurojust em fevereiro de 2014 centrou-se nas possibilidades de tornar mais expedito o processo de execução, embora reconhecendo as restrições sobre os procedimentos envolvidos.

As autoridades Alemãs e Holandeses presentes na reunião concordaram em métodos de reforço da cooperação através de:

- ▶ Envio de solicitações separadas de MLA para uma apreensão de documentos e buscas a armazéns de uma série de empresas, em vez de processar dois pedidos no mesmo documento;
- ▶ Indagação junto das autoridades nacionais sobre se documentos importantes para a investigação em Augsburg tinham sido apreendidos pelas autoridades Holandesas durante investigações anteriores nessas corporações e envio de uma solicitação de MLA para fins de transferência desses documentos; e
- ▶ Cancelamento dos pedidos de MLA de Colónia e execução apenas das duas solicitações enviadas pelo PPO (Gabinete do Ministério Público) em Augsburg. Numa fase posterior, o PPO (Gabinete do Ministério Público) em Colónia pôde solicitar as informações obtidas com vista aos casos de Augsburg.

O interesse comum e o diálogo construtivo das autoridades nacionais participantes foram fatores-chave para assegurar uma cooperação judicial entre os dois Estados-Membros, respeitando os requisitos processuais existentes.

2.1.2 Corrupção

O número de casos de corrupção (55) e as EICs dentro desse tipo de crime (4) aumentaram ligeiramente ao longo do ano anterior, e o número de reuniões de coordenação relacionadas diminuiu significativamente (9).

A corrupção é muitas vezes abordada como crime isolado (26), ou em conjunto com o branqueamento de capitais (14) ou burla e fraude (10).

No que diz respeito a casos de corrupção, os Estados-Membros requerentes foram, principalmente, a Espanha, a Grécia, a Croácia, a Itália e a Letónia. Os Estados-Membros requeridos foram, principalmente, o Reino Unido, a Alemanha e a Holanda.

Para reforçar o seu envolvimento no campo da luta contra a corrupção, estão em curso os procedimentos relevantes para

a associação da Eurojust com os seguintes Pontos Focais: Corrupção no Desporto e Recuperação de Ativos.

Além disso, a Eurojust participou e fez uma apresentação numa conferência organizada pela Taskforce de Suborno Transfronteiriço da UE. A Taskforce é constituída por profissionais das forças policiais e procuradores de Justiça dos Estados-Membros e é liderada pela Unidade de Anticorrupção Exterior no seio da Polícia da Cidade de Londres. Foi projetada para reunir as agências da UE com atribuições semelhantes com o objetivo de partilhar informações sobre casos práticos e casos de estudo, identificando oportunidades para investigações conjuntas, e desenvolver redes e construir relações de trabalho com profissionais anticorrupção, assim melhorando o conhecimento alargado dos parâmetros jurídicos, jurisdicionais e operacionais das diferentes agências.

2.1.3 Infrações penais, lesivas dos interesses financeiros da UE (infrações PIF)

As infrações PIF, introduzidas como criminalidade prioritária em 2014, aumentaram comparativamente ao período prévio. O número de casos referentes a infrações PIF registadas em 2014 (70) mais do que duplicou relativamente a 2013 (31). Sete reuniões de coordenação e duas EICs lidaram com infrações PIF.

No âmbito do enquadramento dos casos da Eurojust, as infrações PIF incluem os crimes de contrabando e contrafação de tabaco e todos os delitos que afetam estritamente os interesses financeiros da UE. As infrações PIF são muitas vezes abordadas como um conjunto autónomo de delitos, ou em conjunto com burla e fraude (35) ou branqueamento de capitais (8).

Nestes casos, os Estados-Membros requerentes foram, principalmente, a Hungria, a Bulgária, Malta e a Polónia. Os Estados-Membros requeridos foram, principalmente, a Alemanha, o Reino Unido e a República Eslovaca.

A proteção dos interesses financeiros da União Europeia também foi objeto de um questionário distribuído a todos os Estados-Membros. A compilação das respostas foi apresentada ao Colégio em dezembro de 2014. As respostas dos Estados-Membros destacaram os seguintes fatores como os principais desafios prático/jurídicos na cooperação transfronteiriça neste campo: as tensões inerentes a sistemas jurídicos diferentes (por exemplo, exigências diferentes relativas à admissibilidade de prova em tribunal); atrasos ou falhas na execução de solicitações de MLA; e execução não coordenada de mandados de busca.

As respostas também deram importância ao apoio da Eurojust neste domínio, nomeadamente no que respeita à sua capacidade de fornecer assistência na preparação e/ou execução de procedimentos ou instrumentos de MLA e na resolução de conflitos de jurisdição.

Casos Ilustrativos

Uma investigação realizada pelas autoridades aduaneiras Lituanas sobre suborno e falsificação de documentos e posse ilegal de bens sujeitos a impostos especiais de consumo mostrou que cidadãos Lituanos tinham aderido a um GCO em 2011 para introduzir ilegalmente grandes quantidades de cigarros no mercado da UE, evitando o imposto especial e o IVA. O GCO transportava os cigarros de um armazém alfandegário para outro em diferentes Estados-Membros, sem pagar impostos, usando brechas no Controlo dos Produtos Sujeitos a Impostos Especiais de Consumo (EMCS), que foi desenvolvido para monitorizar o transporte de mercadorias sujeitas a imposto especial entre os Estados-Membros. A investigação permitiu concluir que os cigarros se destinavam parcialmente aos mercados Sueco e do Reino Unido. Atividades criminosas ligadas às infrações cometidas na Lituânia foram também descobertas na Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estónia, Alemanha, Grécia e Polónia.

A Eurojust foi solicitada para apoiar a cooperação judicial devido ao grande número de Estados-Membros envolvidos e porque o *modus operandi* usado pelo GCO não tinha sido anteriormente detetado na Lituânia. Em março de 2013, realizou-se uma reunião de coordenação com a Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Suécia e Reino Unido para discutir a cooperação judiciária pró-ativa, para prevenir que mais crimes fossem perpetrados utilizando o mesmo *modus operandi* e desmantelar o grupo criminoso, bem como para considerar a constituição de uma EIC.

Como decorria uma investigação sobre atividades criminosas semelhantes na Suécia, foi assinado um acordo de EIC entre a Suécia e a Lituânia em julho de 2013 pelo período de um ano para identificar e processar os criminosos. A EIC recebeu financiamento da Eurojust, que foi utilizado para a tradução dos documentos necessários nos procedimentos de ambos os Estados-Membros. A EIC foi prorrogada até janeiro de 2015.

Catorze suspeitos Lituanos foram submetidos a julgamento e a Lituânia transferiu para a Suécia os processos contra dois cidadãos Suecos detidos na Lituânia. Para além do trabalho da EIC, a cooperação judicial entre todos os Estados-Membros envolvidos resultou em audições de testemunhas em toda a Europa e a apreensão de milhões de cigarros ilegais.

O promotor Lituano afirmou que *‘o resultado alcançado até 2014 não teria sido possível sem a cooperação judiciária entre os Estados-Membros participantes’*.

2.1.4 GCOIs

O número de casos registados (128) e reuniões de coordenação (13) realizadas na Eurojust em relação aos GCOIs diminuíram significativamente relativamente aos níveis registados em 2013. Essa diminuição está ligada à mudança na metodologia de cálculo aplicada a este tipo de crime a partir de 1 de janeiro de 2014. O efeito da nova metodologia é que este tipo de crime já não inclui (casos relacionados com) participação em associação criminosa ou crime organizado como um delito e limita-se às seguintes infrações: crime organizado contra a propriedade (OPC), incluindo o roubo organizado; crime com veículos motorizados; e tráfico ilícito de bens culturais. As EICs envolvendo este tipo de crime aumentaram significativamente (13) comparativamente com 2013.

Os casos de OPC são predominantemente baseados numa das seguintes infrações nucleares: OPC incluindo o roubo

organizado (58), crime com veículos motorizados (15) ou tráfico ilícito de bens culturais (5). Quando associados a outras condutas criminosas, esses crimes estão tipicamente ligados à participação numa organização criminosa (24) ou homicídio (9).

Os Estados-Membros requerentes em casos de OPC foram, principalmente, a França, a Polónia, a Bélgica e a República Checa, enquanto que os Estados-Membros requeridos foram, principalmente, a França, a Itália, a Dinamarca e a Roménia.

Além dos casos na área dos OPC, a Eurojust centrou a sua atenção na análise das questões processuais e legais em processos dos GCOIs especializados em OPC, como parte de um projeto realizado no âmbito do PAO 2014 para os OPC prioritários da EMPACT (Plataforma Multidisciplinar Europeia Contra as Ameaças Criminais). Para esse efeito, foi preparado em 2014 um relatório tendo como principal objetivo avaliar a perceção dos atores das forças policiais

sobre em que medida as questões legais e processuais são elementos para a proliferação de GCOIs especializados em OPC e como estas questões influenciam as operações policiais contra GCOIs, resultando em raros processos efetivos ou condenações. Espera-se poder concretizar em 2015 um acompanhamento do relatório de 2014, destinado a avaliar as mesmas questões, mas do ponto de vista dos juízes e procuradores.

Prevê-se que este projeto Eurojust possa estar concluído em 2016, data em que será organizado um seminário estratégico com os juízes, procuradores e representantes da EMPACT, com prioridade aos OPC com vista a fornecer uma plataforma para o intercâmbio de opiniões e boas práticas. Então, será emitido um relatório final, fornecendo recomendações aos Estados-Membros.

2.1.5 Tráfico de drogas

O número de casos de tráfico de drogas aumentou significativamente (283), enquanto o número de reuniões de coordenação correspondentes diminuiu ligeiramente

(52). O número de EICs relacionadas com este tipo de crime aumentou (31) em comparação com 2013. O tráfico de drogas é o segundo tipo de crime mais comum nos casos da Eurojust de 2014.

Seguindo um padrão já visto no ano anterior, a grande maioria dos casos de tráfico de drogas registados em 2014 lidou com este tipo de crime como crime isolado (223). A participação em organização criminosa (37), o crime organizado (19) e o branqueamento de capitais (16) foram os crimes mais frequentemente interligados. As substâncias mais frequentemente alvo destes casos foram a cannabis e a cocaína.

Os Estados-Membros que requereram mais casos de tráfico de droga foram a Espanha, a Itália e a Eslovénia. Os Estados-Membros requeridos foram, principalmente, a Espanha, a Holanda e a Itália.

Além do seu trabalho operacional nestes casos, a Eurojust tem sido particularmente ativa a nível estratégico na prioridade deste crime. Interagiu com muitos dos intervenientes chave neste domínio, como o EMCDDA (Centro Europeu de

Casos Ilustrativos

Desde 2013, foram realizadas investigações na Bélgica, França, Itália, Holanda, Roménia e Reino Unido a roubos em joalharias cometidos a partir de 2011. As investigações descobriram um GCO hierárquico e disciplinado, constituído por cidadãos romenos ativos em muitos Estados-Membros. Eles planeavam as suas atividades com cuidado, usando martelos pneumáticos e métodos de distração como cocktails Molotov, ruas lotadas e incêndios de automóveis. Os joalheiros eram selecionados com base nas rotas de fuga. Acredita-se que o lucro dos roubos, no montante de vários milhões de euros, foi transferido para o GCO na Roménia. A troca de informações a nível de polícia (através da INTERPOL, da Europol e bilateralmente) e a análise forense de roupas e outros objetos apreendidos nos locais dos crimes, permitiram ligar os suspeitos a uma série de roubos em vários Estados-Membros.

Vários casos foram registados na Eurojust, e foi convocada uma reunião de coordenação entre o Reino Unido e a Roménia em junho de 2013 que resultou no estabelecimento de uma EIC entre o Reino Unido e a Roménia um mês mais tarde. A Bélgica juntou-se ao EIC, cinco meses mais tarde. A EIC recebeu financiamento da Eurojust. O apoio prestado pela Eurojust assegurou que os membros da EIC poderiam assumir uma abordagem pragmática quanto à manipulação de provas e facilmente aceder a informações disponíveis nas investigações em curso. Como resultado das ligações entre os roubos em toda a Europa, a Itália e o Reino Unido acolheram outra reunião de coordenação, em dezembro de 2013, com a participação da Bélgica, Croácia, França, Hungria, Itália, Holanda, Roménia, Eslovénia, Espanha e Reino Unido. Foi partilhada Informação atualizada sobre as investigações e procedimentos penais. Após a reunião, foram trocadas e avaliadas mais informações sobre novos assaltos cometidos por membros do mesmo GCO. Embora não tenham sido cometidos crimes na Roménia, as informações fornecidas pelas autoridades Romenas aos outros Estados participantes foram essenciais para o êxito da cooperação judiciária.

Foram emitidos MDEs por vários Estados-Membros e foram feitas detenções na Bélgica, França, Itália e Reino Unido. Muitos suspeitos foram apanhados em flagrante e, frequentemente, declararam-se culpados em tribunal. No final de 2014, mais de 20 pessoas tinham sido condenadas nos Estados envolvidos. O caso ainda estava em curso em 2014 e esperam-se mais julgamentos e condenações em 2015.

Casos Ilustrativos

Em 2013, dois camiões com matrículas Holandesas vindos de Espanha e conduzidos por dois cidadãos holandeses, foram submetidos a uma inspeção por agentes da alfândega francesa. No primeiro camião, os investigadores encontraram e apreenderam 901 quilogramas de cannabis. Apesar de não ter sido encontrada cannabis no segundo camião, foi descoberto um esconderijo para drogas.

Os dois cidadãos holandeses foram presos pelas autoridades francesas e abriu-se uma investigação contra eles em França sobre a suposta conspiração para importação de drogas. De acordo com os seus depoimentos, os dois motoristas trabalhavam para a mesma rede criminosa, operando em três Estados-Membros. As drogas foram recolhidas em Espanha, a França foi um destino transitório e a Holanda era o destino final. Um suspeito foi identificado como o chefe da logística desta rede de tráfico de drogas e posteriormente foi descoberto que estavam a decorrer investigações paralelas sobre o mesmo GCO na Holanda por tráfico de drogas e branqueamento de capitais.

O apoio da Eurojust foi solicitado para coordenar estas investigações paralelas e facilitar a execução dos pedidos de MLA, particularmente para evitar enfrentar uma situação de *ne bis in idem*. Uma reunião de coordenação entre França, Holanda e Espanha foi convocada em março de 2014. Nesta reunião, foi acordado em primeiro lugar enviar uma solicitação de MLA da Holanda para a França para obter uma cópia do processo francês e para levar a cabo um interrogatório aos dois suspeitos detidos e, em segundo lugar, que a França enviaria uma solicitação de MLA a Espanha para verificar a confissão de um dos dois suspeitos e para esclarecer o envolvimento preciso da empresa que servia como local de recolha para as drogas. As autoridades espanholas confirmaram a localização de recolha, bem como o seu proprietário, um cidadão holandês residente em Espanha, e identificaram a sua ligação com suspeitos detidos na França. O cidadão holandês foi preso como membro do GCO sob investigação.

Monitorização para Drogas e Adição), o Grupo Pompidou, e a Rede Europeia de Procuradores sobre Drogas Sintéticas e Percursos (ENPSDP).

A este respeito, a Eurojust participou no projeto liderado pelo ENPSDP e pelo Conselho da Europa (o Grupo Pompidou e o HELP) para criar um site dedicado aos magistrados do Ministério Público especializados em drogas sintéticas.

Cooperação com a EMCDDA

O diretor do EMCDDA (Centro Europeu de Monitorização para Drogas e Adição) participou na reunião do Colégio de 15 de julho e trocou pontos de vista sobre a cooperação. No final da reunião, o Presidente da Eurojust e o diretor da EMCDDA assinaram um Memorando de Entendimento (MdE). O MdE abre caminho para uma cooperação reforçada entre os dois organismos sobre questões relacionadas com drogas e será implementado através de atividades conjuntas. Estas atividades serão decididas com base nos programas de trabalho respetivos dos parceiros. Em setembro, a EMCDDA participou na reunião estratégica do narcotráfico, entregando uma apresentação intitulada *A situação de drogas na UE. Sanções e indicadores* e discutindo, durante o workshop relacionado, possíveis soluções para as questões decorrentes das diferenças na legislação sobre novas substâncias psicoativas (NPS) e (pre) precursores.

Reunião estratégica sobre tráfico de drogas

Uma reunião estratégica sobre tráfico de drogas, organizada pela EUROJUST, realizou-se em Haia, em 29 e 30 de setembro. No total, 80 procuradores, autoridades policiais e especialistas na área de tráfico de drogas dos Estados-Membros reuniram-se durante dois dias de intensivos workshops e discussões. Foram também recebidas contribuições dos representantes do Brasil, EUA e Noruega, bem como organismos da UE e organizações internacionais, incluindo a Europol, o EMCDDA, o Conselho da Europa (Grupo Pompidou) e a UNODC.

Esta reunião estratégica, que acompanhou o seminário estratégico da Eurojust sobre tráfico de drogas realizado em Cracóvia, em outubro de 2011, sob a Presidência Polaca da UE, centrou-se no aumento da eficácia da cooperação judiciária internacional em casos de tráfico de drogas. Em particular, as discussões da reunião abordaram as seguintes áreas: entregas

controladas, NPS e (pre)precursores, e a cooperação com Estados terceiros.

O [relatório resultante](#) da reunião, bem como o relatório de execução do [Plano de Ação sobre o Tráfico de Drogas e material de apoio](#), pode ser encontrado no site da Eurojust. *Ver também a Secção 3.2.*

2.1.6 Cibercriminalidade

O número de casos de cibercriminalidade registados na Eurojust (42) aumentou substancialmente; as reuniões de coordenação relacionadas com a cibercriminalidade mostraram um aumento de 50 por cento (15), e estabeleceram-se seis EICs. Embora normalmente associada com os crimes de participação em organização criminosa (11) e burla e fraude (16), os casos registados em 2014 também lidaram com a cibercriminalidade como crime isolado (15).

O Estados-Membros requerentes em matéria de cibercriminalidade foram, principalmente, a Roménia, Reino Unido e Hungria, enquanto os Estados-Membros requeridos foram, principalmente, a França, a Dinamarca e a Holanda.

A Eurojust está associada ao Projeto Comércio Ilegal nos Mercados Online (ITOM), iniciativa liderada pela Holanda e financiada pela União Europeia, para promover uma abordagem integrada contra o comércio ilegal em lojas anónimas na Internet, iniciando intervenções coordenadas em estreita cooperação com as agências policiais (inter) nacionais incluindo o Centro Europeu do Cibercrime (EC3), autoridades judiciais, outras organizações públicas, e o setor privado no seio da União Europeia.

A Eurojust também está associada com a Formação de Formadores e o Projeto Programa de Certificação (TOT) que é um projeto espanhol financiado pela UE visando melhorar significativamente a eficácia, cooperação e compreensão mútua entre as autoridades policiais (LEAs) e os procuradores na luta contra a cibercriminalidade. Os principais objetivos do projeto são a organização de um curso de 'formar o formador' para os procuradores e autoridades policiais e criar um enquadramento para a certificação de investigadores de cibercriminalidade Europeia e procuradores.

Cooperação com a EC3

A Eurojust continuou a apoiar o trabalho do EC3, participando em reuniões da Direção do Programa e, desde julho de 2014, colocando um membro do Colégio a representar a Eurojust no EC3 para facilitar o intercâmbio de informações. Além disso, para reforçar a cooperação

com a EC3, as negociações foram concluídas e foi dada aprovação para o modelo de *Acordo entre a Eurojust e a Europol para a colocação temporária de um representante da Eurojust no Centro Europeu de Cibercriminalidade*.

A finalidade do destacamento temporário de um representante da Eurojust no EC3 é facilitar o intercâmbio de informações, ajudar a garantir a admissibilidade de prova em processos judiciais, a fim de facilitar o envolvimento precoce da Eurojust e otimizar a cobertura da dimensão judiciária dentro do EC3.

A presença de um representante da Eurojust pode aumentar a eficácia dos procedimentos penais e, se for caso disso, o confisco de bens em casos de crimes cibernéticos. Para isso, o representante da Eurojust pode participar nas reuniões operacionais organizadas pelo EC3, promovendo o papel e envolvimento da Eurojust ao constituir uma EIC e auxiliando as autoridades nacionais, particularmente quando é necessária a coordenação simultânea das atividades de investigação e judiciais.

Em dezembro, a Eurojust lançou um convite à manifestação de interesse na contratação de um perito nacional destacado (PND) para o objetivo principal de representar a Eurojust no EC3.

Reunião estratégica sobre cibercriminalidade

Em 19 e 20 de novembro, a Eurojust realizou uma reunião estratégica intitulada [Cibercriminalidade – levantamento para os desafios do século XXI](#), com a participação de especialistas judiciais e policiais dos Estados-Membros, que compartilharam os seus conhecimentos e pontos de vista durante sessões de workshops interativas. A reunião centrou-se em temas relacionados com a cibercriminalidade: admissibilidade das e-provas, acesso transfronteiriço a dados e retenção de dados.

À margem da reunião estratégica da Eurojust sobre a cibercriminalidade, teve lugar em 21 de novembro uma sessão de *brainstorming* para procuradores da UE especializados em cibercriminalidade, que ofereceu uma oportunidade para explorar métodos e ferramentas de reforço da sua cooperação neste campo. *Ver também a Secção 3.3.*

Casos Ilustrativos

O relatório anual de 2013 da Eurojust apresentou o exemplo de um caso relativo a um processo criminal contra um GCO de origem búlgara que se especializou em fraude e falsificação, nomeadamente através da clonagem de cartões de crédito, colocando dispositivos eletrónicos de leitura em caixas Multibanco. O GCO recolhia dados financeiros das ATMs em Espanha e noutros Estados-Membros para criar cartões de crédito e de débito falsos que eram então usados para retirar grandes quantidades de dinheiro, também de caixas Multibanco.

A Eurojust acolheu uma reunião de coordenação em abril de 2013, na qual participaram as autoridades espanholas e búlgaras e a Europol. Foi estabelecida uma EIC entre todas as partes para facilitar a cooperação e a troca de provas. A ação conjunta, em outubro de 2013, no leste da Espanha levou a três buscas domiciliárias, à prisão de seis indivíduos, apreensão de 15 dispositivos usados para copiar os PINs, vários dispositivos para gravar as informações nas faixas magnéticas dos cartões de crédito/débito, vários portáteis e documentos com o mapeamento local de caixas Multibanco.

Encorajada por esta primeira ação bem sucedida, a EIC prosseguiu os seus trabalhos com investigações paralelas realizadas tanto na Bulgária como em Espanha, pretendendo identificar completamente a estrutura do grupo e permitir o seu desmantelamento. A troca de informações e provas através da EIC permitiu às autoridades investigadoras identificar os principais suspeitos na Bulgária e Espanha, localizar as suas residências e recolher provas incriminatórias. O passo seguinte foi a realização de ações simultâneas para prender os suspeitos e recolher provas adicionais através de revistas pessoais e buscas nos locais.

Uma das principais questões a este respeito foi decidir se as detenções teriam como suporte MDEs emitidos por ambas as autoridades nacionais com base nos seus respetivos processos penais, ou se um Estado-Membro assumiria a liderança e emitiria MDEs para a outra parte, conforme necessário. Uma decisão em relação à última opção teria de ser tomada no último minuto tendo em conta os mais recentes desenvolvimentos e provas obtidas no inquérito. Com essa finalidade, foi criado na Eurojust em janeiro de 2014 um centro de coordenação liderado pelas Delegações Espanhola e Búlgara para garantir que as decisões judiciais fossem tomadas de uma maneira atempada e concertada e imediatamente implementadas. Seguindo o Conselho da Delegação Búlgara, os MDEs emitidos pelas autoridades Espanholas foram elaborados e traduzidos com o auxílio da Eurojust antes do centro de coordenação, porque segundo a legislação Búlgara o prazo limite para a emissão de um MDE após a detenção de uma pessoa procurada é de apenas 24 horas. A consciência dessa especificidade legislativa e a abordagem pró-ativa das Delegações Nacionais na Eurojust assegurou a emissão atempada dos MDEs durante o centro de coordenação.

O centro de coordenação atuou em estreita cooperação com o EC3. As ações conjuntas levaram a 16 prisões e a buscas em 14 domicílios e duas empresas. Os itens apreendidos incluíram 19 telemóveis, 21 cartões de débito, vários portáteis e outros dispositivos eletrónicos - incluindo os destinados a cometer delitos de skimming. Especialistas do EC3 e agentes de ligação da Europol foram equipados com um escritório móvel, o que permitiu o cruzamento, análise e intercâmbio de informações em tempo real. Simultaneamente, os representantes da Europol foram deslocados para a Bulgária e Espanha para apoiar a operação no terreno. Um dia de ação adicional em fevereiro resultou em três detenções e quatro buscas domiciliárias. Foram apreendidos em duas fábricas equipamentos utilizados para extorsão, incluindo cartões em branco, câmaras e leitores de cartões.

No seguimento das ações táticas, o papel da Eurojust estendeu-se ao apoio às autoridades nacionais competentes na discussão do procedimento judicial mais adequado. Em 20 de fevereiro realizou-se uma reunião de coordenação com as autoridades de investigação búlgaras e espanholas para discutir as provas existentes, o andamento dos processos de cada um desses países e a aplicabilidade das respetivas legislações penais e processuais. As partes acordaram que as autoridades espanholas estavam em melhor posição para a acusação devido ao estágio avançado da sua investigação, que seria reforçada pelas provas obtidas através do processo búlgaro. Para o efeito, os materiais e provas apreendidos na Bulgária foram então transferidos para Espanha. As partes acordaram que as autoridades espanholas emitiriam um pedido formal aos seus homólogos búlgaros ►

para transferir todos os processos existentes, para que todos os suspeitos fossem julgados apenas em Espanha. Durante a reunião, as formalidades e requisitos legais foram discutidos a fim de entregar os suspeitos sob custódia preventiva na Bulgária através de MDEs.

2.1.7 Imigração ilegal

Os casos referentes a Imigração ilegal registados na Eurojust em 2014 (32) aumentaram. Esta tendência positiva foi confirmada pelo crescimento do número de reuniões de coordenação relacionadas (10) e EICs (9), com as primeiras a dobrarem os valores de 2013. A maioria destes casos disse respeito ao crime de imigração ilegal (22). Alguns deles estavam relacionados ao crime de participação em organização criminosa (5).

A Bélgica, o Reino Unido, a Hungria e a Itália foram os Estados requerentes mais frequentes no âmbito de casos de imigração ilegal, enquanto os Estados-Membros requeridos foram, principalmente, a Itália, a França e o Reino Unido.

A Eurojust nomeou um ponto de contacto para o projeto regional da Organização Internacional para a Migração, *Reforço da luta contra o tráfico de pessoas e contrabando de migrantes nos Balcãs Ocidentais* e participou no primeiro workshop, que teve lugar em Skopje na antiga República Jugoslava da Macedónia, em 17 e 19 de dezembro. O projeto, financiado pelo governo italiano, destina-se a reforçar a capacidade e a cooperação transfronteiriça das partes interessadas dos Balcãs Ocidentais na luta contra as transgressões transfronteiriças, tais como o tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes.

Na sequência da comunicação da Comissão Europeia, em 4 de dezembro de 2013, sobre o trabalho da Taskforce Mediterrâneo, o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (GEAA) lançou um projeto piloto em maio para saber mais sobre o fenómeno de facilitação das pessoas que procuram proteção internacional. A Eurojust juntou-se ao projeto como observador.

2.1.8 Terrorismo

Enquanto o número de casos de terrorismo registado na Eurojust (14) diminuiu ligeiramente em comparação com 2013, o número de reuniões de coordenação (4) e EICs (2) aumentou. Os casos focaram-se principalmente no terrorismo como um delito distinto, embora houvesse instâncias onde o homicídio foi também ligado ao caso (2).

Os Estados-Membros requerentes foram, principalmente, a Espanha, a Holanda, Portugal e o Reino Unido, enquanto que a Alemanha, a França e a Bélgica foram os mais requeridos.

Combatentes Estrangeiros: Visão da Eurojust sobre o Fenómeno e a Resposta da Justiça Criminal - Relatório Atualizado

Em 2014, a Eurojust recolheu e analisou informações relevantes para a atualização do relatório confidencial sobre combatentes estrangeiros que emitiu em 2013. O relatório atualizado identificou desafios decorrentes de investigações

Reunião estratégica anual sobre terrorismo

A reunião estratégica de 4 de junho, em que participaram os Correspondentes Nacionais da Eurojust para o Terrorismo, cobriram o tópico *O papel da Eurojust na luta anti terrorismo – Os resultados da Eurojust na luta anti terrorismo*. Os participantes trocaram informações sobre crimes de terrorismo e estratégias de luta anti terrorismo e refletiram sobre os métodos de partilha eficaz de dados. Foram apresentadas na reunião as últimas edições disponíveis dos relatórios da Eurojust sobre Monitorização de Condenações por Terrorismo (TCM) (ver abaixo) e Monitorização Judicial de Pirataria Marítima (MJPM) (ver a subsecção 2.3.3), o Memorando sobre o Financiamento do Terrorismo, o manual do CBRN-E, assim como o TE-SAT 2014 da Europol.

Reunião tática sobre terrorismo

A reunião tática sobre terrorismo, de 5 de junho abordou o tópico *Tendências correntes no enquadramento da luta anti terrorismo na UE: combatentes estrangeiros na Síria – Cooperação judiciária com Estados terceiros neste campo*. A sessão da manhã foi frequentada por peritos dos Estados-Membros, delegados dos EUA e Noruega e representantes da Europol e do Gabinete do Coordenador Anti Terrorismo da UE. O relatório RESTRITO da Eurojust sobre os combatentes estrangeiros na Síria, as suas conclusões e uma análise dos desenvolvimentos recentes nesta matéria foram apresentados e discutidos pelos participantes. A sessão da tarde focou-se na cooperação judiciária com Estados terceiros para reprimir os combatentes estrangeiros. Os peritos na luta anti terrorismo dos Balcãs Ocidentais e da Turquia juntaram-se a esta sessão e compartilharam as suas experiências relacionadas com as suas investigações e julgamentos.

e procedimentos penais de aspirantes a combatentes estrangeiros e repatriados, recrutadores e facilitadores e destacou algumas práticas nacionais relevantes.

O relatório contém reflexões da Eurojust sobre os métodos possíveis de melhorar alguns mecanismos e instrumentos a fim de reforçar a eficácia da União Europeia e a resposta das políticas criminais nacionais ao fenómeno. O relatório foi adotado pelo Colégio e classificado como RESTRITO da Eurojust UE.

A Eurojust contribuiu para o TE-SAT 2014 fornecendo dados sobre condenações e sanções por infrações terroristas nos Estados-Membros e alterações relevantes na legislação nacional sobre o terrorismo.

Monitorização de Condenações por Terrorismo (TCM)

Desde 2008, a Eurojust tem publicado regularmente o TCM. O TCM é um relatório interno classificado como Eurojust LIMITED, que é baseado em informações de acesso livre e contém dados fornecidos pelas autoridades nacionais sobre a implementação da decisão 2005/671/JHA do Conselho. Fornece uma perspetiva regular de condenações e absolvições relacionadas com o terrorismo em toda a União Europeia, bem como informações analíticas e estatísticas.

O Manual CBRN-E

O Manual do CBRN-E fornece aos profissionais da UE suporte jurídico especializado multissetorial para investigações e processos penais relacionados com crimes transnacionais (CBRN-E) de 'químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e explosivos. Fornece uma visão geral da legislação administrativa e penal básica da Europa e Internacional aplicável às substâncias CBRN-E, incluindo resíduos. O manual do CBRN-E é atualizado anualmente e compartilhado com os intervenientes externos relevantes.

Memorando sobre Financiamento de Terroristas

O Memorando da Eurojust sobre o Financiamento do Terrorismo contém uma visão geral dos instrumentos legais e normas adotadas a nível Internacional e a nível da UE para combater o financiamento do terrorismo, fornecendo um resumo das suas disposições. Também apresenta a situação atual do envolvimento da Eurojust na cooperação judiciária em matéria de luta contra o financiamento do terrorismo. O Memorando foi emitido pela Eurojust pela primeira vez em 2006. A quarta versão atualizada do Memorando foi emitida em 2014, após as atualizações anteriores em 2008 e 2011.

2.1.9 TSH (Tráfico de Seres Humanos)

Os casos da Eurojust referentes a TSH registaram uma diminuição no que se refere ao número de casos registados (71) e reuniões de coordenação (12).

O número de EICs estabelecidas sobre questões relacionadas com o TSH cresceu para 18 considerando as 15 registadas em 2013. A exploração sexual continuou a ser o principal tipo de caso de TSH na Eurojust, tal como em 2013, e ocorreu principalmente como casos de ofensa simples, embora às vezes estivesse associado com a participação em organização criminosa (12).

A Bulgária, o Reino Unido e a Roménia foram os Estados-Membros mais frequentes como requerentes, enquanto a Roménia, Alemanha e Itália foram os mais requeridos.

Em 2012, a Eurojust iniciou um projeto estratégico intitulado *Ação da Eurojust contra o tráfico de seres humanos* (projeto TSH). O Projeto TSH identificou e abordou os motivos subjacentes ao número limitado de processos de TSH na União Europeia e os problemas de cooperação judiciária em casos TSH. Também analisou o valor acrescentado do envolvimento da Eurojust em casos TSH e identificou outras ações que a Eurojust poderia tomar para ajudar os Estados-Membros a submeter com eficácia os traficantes de seres humanos à justiça.

A Eurojust está a monitorizar o progresso alcançado na implementação do plano de ação e preparou um [relatório de avaliação intercalar](#) dos seus resultados. Este relatório será discutido durante uma reunião estratégica sobre TSH a ser organizado pela Eurojust em 2015.

Para comunicar as atividades da Eurojust neste domínio, foi criada em abril uma página na [Web sobre o Projeto TSH](#) que pode ser acedida no site da Eurojust. Esta página Web contém um número de itens de importância para o projeto,

tais como o [relatório e plano de ação do projeto estratégico](#) da Eurojust e o [relatório da reunião estratégica de 2012](#).

Em 17 de outubro, por ocasião do 8º. Dia Anti-Tráfico, a Comissão Europeia publicou um relatório intercalar sobre a *Implementação da Estratégia da UE para a Erradicação do Tráfico de Seres Humanos 2012-2016*. O relatório intercalar contém um Anexo que inclui um Relatório sobre as Ações Conjuntas em matéria de Tráfico de Seres Humanos que as sete agências JHA (CEPOL, EASO, Europol, Eurojust, ADF, Frontex e EIGE) desenvolveram entre outubro de 2012 e outubro de 2014.

No seguimento do relatório da Comissão e tendo em vista complementá-lo, as Agências na área JAI (Justiça e Assuntos Internos) produziram em conjunto um documento que elenca as principais ações desenvolvidas individualmente pelas Agências no campo do TSH nesse período. Um exemplo dessa ação conjunta é o Módulo da CEPOL sobre TSH que foi produzido com o apoio do Frontex, Europol, Eurojust, ADF e EIGE e publicado no site da CEPOL no final de março de 2013.

Casos Ilustrativos

Investigações na Holanda, Bélgica e Hungria mostraram que um grupo de indivíduos de origem húngara estava envolvido em prostituição forçada na Holanda e na Bélgica. A rede prometia falsamente empregos bem pagos às mulheres húngaras de origem romena e organizava as suas viagens para a Holanda e Bélgica. À chegada, as vítimas eram forçadas à prostituição. A maior parte dos seus ganhos eram entregues aos membros da rede e transferidos para a Hungria.

Este caso foi iniciado pela Holanda no âmbito do projeto EMPACT sobre TSH em 2013, que mostrou resultados positivos em 2014. Embora todos os Estados-Membros requeridos -Bélgica, Hungria, Alemanha, Áustria e Reino Unido - tenham participado na primeira das quatro reuniões de coordenação, realizadas em 2013, mais tarde tornou-se claro que apenas as ligações à Bélgica e Hungria tinham consistência suficiente para se abrirem investigações nestes Estados-Membros.

Quatro reuniões de coordenação foram convocadas na Eurojust. Tanto antes, como após as reuniões de coordenação, foram realizadas reuniões de Nível II para informar as Delegações Nacionais envolvidas sobre a investigação Holandesa anterior e futura e para discutir a possibilidade de uma EIC.

Na terceira reunião de coordenação, discutiu-se o projeto de acordo de EIC e considerou-se a disponibilidade das partes envolvidas para assinar o acordo. O Ponto Focal Phoenix da Europol forneceu relatórios de cruzamento de dados aos participantes das reuniões de coordenação. Também foram organizadas reuniões operacionais na Europol para identificar um grupo de alvos de topo em que a investigação se deveria concentrar. Na reunião de coordenação final, em dezembro de 2013, a EIC, foi assinado pela Holanda, Bélgica e Hungria. A EIC recebeu financiamento da Eurojust em 2014.

Em fevereiro de 2014, uma reunião bilateral de Nível II foi convocada entre os holandeses e a delegação do Reino Unido para assegurar a continuidade do inquérito da EIC. Uma potencial vítima de tráfico estava prestes a viajar para o Reino Unido e a ser controlada na fronteira. Ao entrar em contato com a polícia do Reino Unido para obter a garantia de que o controlo na fronteira seria simplesmente um procedimento de rotina, a Delegação do Reino Unido dissipou as preocupações expressas nesta reunião de que esta ação pudesse prejudicar a investigação.

Em 12 e 13 de março, teve lugar uma ação conjunta na Hungria e na Bélgica que resultou em seis buscas domiciliárias a serem executadas simultaneamente. Foram apreendidos uma grande quantia de dinheiro em moeda local, sete carros de luxo, joias, telemóveis, passaportes e outras provas relevantes. Dois suspeitos foram detidos na Hungria e oito na Bélgica. O caso ainda estava em curso em 2014.

2.2 Assistência da Eurojust noutros campos de atividade criminal

2.2.1 Branqueamento de capitais

Apesar de o branqueamento de capitais não ser uma das prioridades criminais da Eurojust para o período 2014-2017, ainda assim contabilizou 220 de todos os casos registados na Eurojust, um claro aumento em comparação com os números registados em 2013 (193), e consolida o crescimento nesta área de trabalho operacional da Eurojust que começou em 2012 (144). Os casos de branqueamento de capitais, na sua maioria, são tratados em conjunto com infrações relacionadas, tais como fraude (84) ou participação em organização criminosa (52). No entanto, também se concentram sobre branqueamento de capitais como um crime isolado (71). Os Estados-Membros requerentes de serviços foram, principalmente, a França, a Espanha, e a Itália. A Espanha foi o Estado mais requerido, seguido pela Alemanha e o Reino Unido.

2.2.2 Crime ambiental

O número de casos que lidaram com crimes ambientais registados na Eurojust (5) caiu em comparação com 2013 (8). Estes casos lidaram com o crime ambiental como crime isolado (3), ou em associação com a fraude (1) e comércio ilegal (1). Em matéria de crime ambiental, os Estados-Membros requerentes foram, principalmente, a Holanda, a Alemanha, a República Checa e a Suécia. Entre os Estados-Membros mais requeridos contam-se a França, a Grécia, a Irlanda, a Letónia, a Holanda e a Polónia.

Em novembro, a Eurojust publicou o Relatório sobre o [Projeto Estratégico em Crime Ambiental](#). Este Relatório sumariza as conclusões do Projeto Estratégico sobre Crime Ambiental que a Eurojust publicou em 2013. Destaca os principais problemas encontrados pelas Autoridades Nacionais em fazer o tratamento penal do crime ambiental e tenta apresentar sugestões para abordar algumas dificuldades, nomeadamente as ligadas à cooperação transfronteiriça, com um enfoque especial no tráfico ilegal de resíduos, tráfico de espécies ameaçadas de extinção e poluição de águas superficiais. O relatório também descreve as diversas estruturas organizacionais nacionais para combater crimes contra o ambiente e o acesso ao conhecimento especializado nos Estados-Membros.

Em abril, a Eurojust contribuiu para a Comunicação da Comissão sobre a Abordagem da UE contra o Tráfico de Animais Selvagens enviando as suas contribuições para a DG do Ambiente.

2.2.3 Pirataria marítima

Na sequência da publicação da primeira edição do relatório da Eurojust sobre Monitorização Judicial de Pirataria Marítima (MJPM) em julho de 2013, o Colégio aprovou a

continuação da MJPM e decidiu abrir um caso para todos os Estados-Membros, concebido especificamente para abordar este tema. Espera-se que a próxima edição do MJPM seja publicada em abril de 2015. Ao manter as metas definidas para a sua primeira edição, o relatório sobre MJPM pretende oferecer um instrumento para auxiliar os profissionais na resolução dos problemas que surgem na investigação e tratamento penal de infrações relacionadas com a pirataria.

A Eurojust interagiu com vários atores importantes como parte dos trabalhos preparatórios para a próxima MJPM, a fim de colaborar e dar seguimento ao trabalho dos organismos regionais e internacionais relevantes na luta anti pirataria marítima. Tais organismos incluíram o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), o Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD), as Nações Unidas, a INTERPOL e o Grupo de Contacto para a Pirataria ao largo da Somália (CGPCS), que foi presidido pela União Europeia em 2014.

2.2.4 Ponto de Contacto da Eurojust para a Proteção das Crianças

Vinte e nove casos foram registados envolvendo vítimas infantis. Esses casos estiveram tipicamente associados com ofensas tais como imagens de abuso infantil (7) e rapto (7). O Reino Unido e a Espanha foram os Estados-Membros que principalmente requereram assistência, enquanto a Alemanha, a Roménia, a França e a Grécia foram os Estados-Membros mais requeridos.

A determinação da Eurojust para combater qualquer forma de abuso infantil é reforçada pelo trabalho do Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças. O Ponto de Contacto é mandatado para representar a Eurojust na proteção da criança e matérias afins junto das autoridades nacionais, organizações policiais e outros organismos nacionais ou internacionais ativos no domínio da proteção das crianças.

Neste enquadramento, o Ponto de Contacto participou na conferência especializada, *Alertas de Crianças na UE: Salvando as vidas de crianças desaparecidas em perigo*, que foi realizada no Parlamento Europeu, e participou da conferência, *Advogados na Europa sobre o Rapto Parental de Crianças (LEPCA)*, que teve lugar em Haia.

A função do Ponto de Contacto inclui aconselhar e apoiar a utilização, pelas Delegações Nacionais da Eurojust, de instrumentos e medidas especificamente concebidas para investigações em processos criminais no que respeita às crianças, tais como a proteção de testemunhas/vítimas e a base de dados da INTERPOL sobre crianças desaparecidas.

Operação BlackShades: Caso do ano

A BlackShades era uma organização que desenvolvia e vendia software malicioso (malware) que permitia aos compradores infectar computadores e, remotamente, dominar e controlar as operações dos computadores infectados e executar ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS), ciber-ataques, entre outras. Uma investigação do FBI revelou ligações a vários Estados-Membros. Um exemplo vindo da Holanda em como o malware podia ser usado para fins criminosos, foi o de um homem de 18 anos que infectou pelo menos 2.000 computadores, controlando as webcams das vítimas para tirar fotos de mulheres e raparigas.

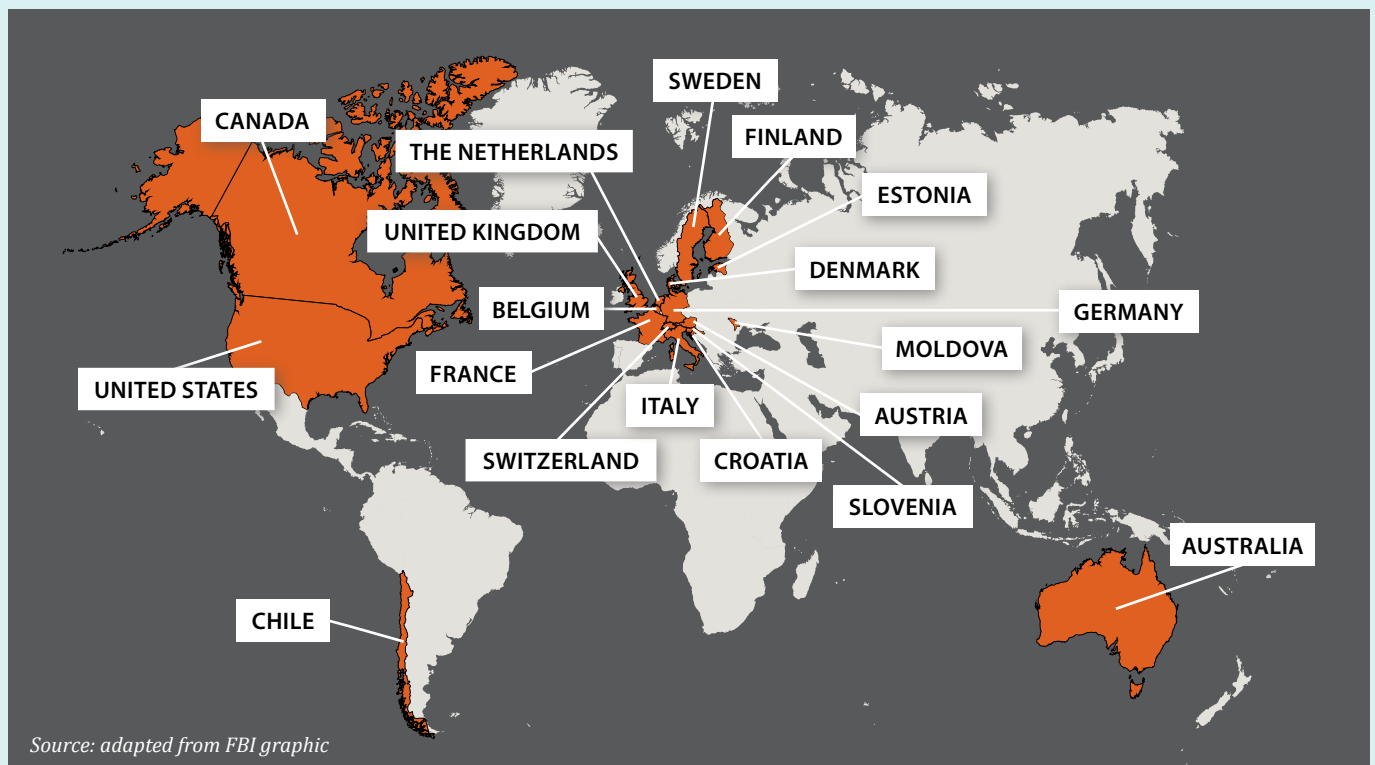
A Eurojust foi abordada pelo procurador holandês que estava em contato com o FBI e o Ministério Público dos EUA em relação a esta investigação. Apesar de as autoridades americanas pretenderem desativar o servidor BlackShades, não tinham a intenção de perseguir indivíduos estrangeiros para julgamento nos EUA. Como os criadores, os vendedores e os utilizadores de malware da BlackShades foram identificados pelas autoridades judiciais e policiais em 16 Estados durante esta investigação mundial, a cooperação judiciária constituiu uma mais-valia. A Holanda abriu um caso em novembro de 2013, tendo sido convocada uma reunião de coordenação no mesmo mês. Foram realizadas três outras reuniões de coordenação, em janeiro, abril e julho de 2014.

O objetivo da reunião de coordenação inicial foi garantir que os Estados-Membros poderiam tomar medidas judiciais contra indivíduos identificados e explorar a possibilidade de uma abordagem judiciária comum entre os Estados envolvidos. Embora organizada com um prazo de convocação relativamente curto, as autoridades da Holanda, dos EUA, da Roménia, da Bélgica, da Alemanha, da França e os representantes do EC3 na Europol estiveram presentes na reunião. Alguns Estados tinham realizado as suas próprias investigações acerca deste malware e reconheceram a necessidade de cooperação judiciária a nível internacional. Tornou-se evidente que outros Estados, para além daqueles que participaram na reunião, tinham sido afetados e nas reuniões subsequentes, esses Estados foram convidados.

As autoridades americanas já estavam num estado avançado das suas investigações e informaram, nesta primeira reunião, da existência do plano de desmantelamento da organização BlackShades seguido do derrube internacional do servidor para parar a venda do software. A reunião de coordenação contribuiu para as investigações dos EUA, através da identificação de 20 clientes da organização BlackShades.

As investigações nos Estados-Membros participantes estavam em diferentes estágios, o que inevitavelmente significava que seria necessário algum tempo para alinhar os esforços das diferentes autoridades nacionais. Vários Estados indicaram

Cooperação internacional no caso BlackShades



que, apesar de alguns suspeitos terem sido identificados, havia necessidade de obter mais informações, ou para poder abrir um caso ou para complementar os dados já disponíveis.

Os participantes da reunião foram informados que não só os suspeitos nos EUA, mas também nos Estados-Membros, eram já conhecidos ou podiam estar ligados a outras infrações de cibercriminalidade. Para um dado Estado-Membro, a posse de uma cópia do software malicioso era já em si importante, enquanto para outro Estado-membro, a mera posse do software não era suficiente, tendo que ser provado que o software tinha sido criado predominantemente para uso ilegal.



A investigação culminou numa ação conjunta, com a duração de dois dias em maio de 2014, coordenada pela Eurojust, através de um centro de coordenação na Eurojust, suportado pelo EC3. Durante os dois dias da ação, foram realizadas 359 buscas domiciliárias em todo o mundo, e 97 pessoas foram detidas. Mais de 1.100 dispositivos de armazenamento de dados suspeitos de serem usados em atividades ilegais foram apreendidos, incluindo computadores, portáteis, telemóveis, routers, discos rígidos externos e cartões de memória USB. Foram apreendidas quantidades substanciais de dinheiro, armas de fogo ilegais e drogas. As autoridades também conseguiram apreender o domínio do site BlackShades. Os países que empreenderam ações foram a Holanda, a Bélgica, a França, a Alemanha, o Reino Unido, a Finlândia, a Áustria, a Estónia, a Dinamarca, a Itália, a Croácia, os EUA, o Canadá, o Chile, a Suíça e a Moldávia.

A Eurojust prestou assistência aos Estados envolvidos fornecendo visões gerais do estado das investigações em cada Estado e fornecendo assistência judiciária. Os representantes da Europol e do FBI estiveram presentes no centro de coordenação estabelecido na Eurojust e o EC3 forneceu suporte analítico em tempo real. O EC3 também esteve empenhado em apoiar o acompanhamento e a identificação das vítimas, bem como na promoção de soluções técnicas para proteger os computadores contra este malware.

O procurador holandês encarregado do caso e o Assistente do Membro Nacional para a Holanda comentaram conjuntamente sobre o sucesso alcançado: *“A Operação BlackShades é um bom exemplo prático de cooperação judicial transfronteiriça. A Internet não é um ambiente seguro para os criminosos. Este caso, envolvendo tantos Estados-Membros*



Lodewijk van Zwieten e Koen Hermans

e Estados terceiros, com o objetivo comum de impedir novos ataques cibernéticos, mostra o potencial das ações conjuntas mundiais e aponta o caminho para os futuros esforços comuns. Estamos muito satisfeitos com o resultado.”

Com base em relatórios das reuniões e na avaliação realizada após a ação conjunta, foram detetados alguns desafios jurídicos e práticos que tiveram um impacto sobre a agenda e os resultados do caso. Neste caso foram identificadas várias questões práticas e jurídicas e boas práticas.

Questões práticas e jurídicas

- ▶ Um desafio ao longo de todo o caso foi o facto de as investigações estarem em diferentes estágios nos diversos Estados participantes: na primeira reunião de coordenação, tornou-se claro que alguns Estados-Membros precisavam de um prazo adicional de até dois meses para receber informações adicionais sobre os alegados atos criminosos.
- ▶ As vantagens de alargar o caso a um grande número de Estados e abranger tantos atos criminosos quanto possível tinham que ser ponderadas relativamente às desvantagens dos atrasos e perda de dinâmica nos Estados em que as investigações estavam numa fase mais avançada.
- ▶ No início do caso Eurojust, alguns Estados precisaram de enriquecer os seus dados através de MLA para obter provas suficientes no sentido de prosseguir com o caso a nível nacional.
- ▶ Alguns Estados foram limitados pelo facto de que só a posse do software em si não era suficiente para iniciar o processo judicial contra o suspeito, e de que havia a necessidade de provar que o malware tinha causado danos e que havia vítimas identificadas. Outros precisavam de provar que o software tinha sido criado para uso predominantemente ilegal.
- ▶ Tendo em vista a retenção de dados, vários Estados indicaram que precisavam de informações mais rapidamente do que outros, variando também as situações consoante se referiam a endereços IP ou também a outros dados.
- ▶ Em alguns Estados, foram abertos vários casos relativos à BlackShades, que acrescentaram mais complexidade à coordenação do caso. Por exemplo na França, onde não existe nenhum procurador nacional com competências informáticas, a coordenação teve que ser assegurada entre as oito jurisdições especializadas inter-regionais, que representam 161 distritos de ação penal.
- ▶ Em alguns casos é necessária a autorização de mais que uma autoridade para publicar um comunicado



A investigação culminou num cento de coordenação com duração de 2 dias, nas instalações da Eurojust em Maio de 2014. Foto ©Eurojust

de imprensa. A consciência dos pontos de contacto precisos e a comunicação antecipada garantiu a publicação oportuna do comunicado de imprensa.

Lições aprendidas

- ▶ Dois dias de ação conjunta pareceram na altura ser o método de assegurar o melhor resultado possível. No entanto, como as notícias na Internet se espalham muito rapidamente, é preferível sincronizar a agenda das buscas, apreensões e detenções em operações futuras, particularmente quando estiverem envolvidas operações em grande escala.
- ▶ Foi realçada a importância da recolha de informações sobre as vítimas e o prejuízo financeiro causado pelo malware, visto que a sentença em casos de crimes cibernéticos, particularmente nos EUA, necessitava ter em conta o prejuízo.
- ▶ Em vez de se concentrar unicamente em medidas repressivas, o Reino Unido comprometeu-se a uma atividade preventiva intensa para dissuadir os pequenos compradores da BlackShades de se envolverem em crimes cibernéticos. Esta atividade envolveu o envio de e-mails de aviso e de cartas para aproximadamente 500 compradores, e visitas de advertência pelo pessoal da Agência Nacional de Crime (NCA) e pela polícia, a cerca de 100 compradores.

Boas práticas

- ▶ Durante a primeira reunião de coordenação, os participantes mencionaram os efeitos positivos de ter uma reunião a nível judicial na fase inicial do processo, dado que na maioria das decisões de Estados-Membros em matéria de buscas, as apreensões e detenções são decididas a nível judicial. A coordenação a nível judicial na fase inicial também tornou possível desenvolver

uma abordagem única entre os Estados-Membros para garantir informações suficientes capazes de conduzir a condenações em vários Estados-Membros.

- ▶ A distribuição de pontos a discutir antes da reunião de coordenação foi vista como muito vantajoso para a produtividade e o resultado concreto da reunião.
- ▶ Para agilizar e simplificar as buscas domiciliárias e os inquéritos sobre o malware em questão, foi feito circular pela Europol, entre as autoridades participantes, através da sua Aplicação de Rede de Intercâmbio Seguro de Informações (SIENA) um guia de Inquérito/Busca do FBI. Devido às complicações envolvidas na obtenção de provas em casos de crimes cibernéticos, este guia foi considerado muito útil.
- ▶ Ter feito um *debriefing* após o centro de coordenação mostrou-se valioso na identificação do valor acrescentado desta ferramenta de coordenação e na extração de lições da cooperação durante os dias de ação conjunta.
- ▶ A avaliação do caso na reunião final mostrou que a análise da Eurojust da situação judicial nos Estados participantes nas fases iniciais era vantajosa para os resultados do caso, dado que esta permitiu às autoridades nacionais virem bem preparadas para as reuniões de coordenação.
- ▶ Uma carta das autoridades holandesas, que foi transmitida através da Eurojust e que confirmou que as informações fornecidas neste caso poderiam ser usadas como prova em processos judiciais, foi vista como um apoio bem-vindo para os processos em curso em vários Estados-Membros participantes.
- ▶ A vontade de compartilhar informações entre os Estados participantes, contribuiu em grande parte para os resultados impressionantes do caso o que foi visto como um fator chave em casos futuros de cibercrime.

2.3 Os parceiros da Eurojust

2.3.1 Parceiro de cooperação : Europol

A Eurojust e a Europol continuaram os seus esforços para fortalecer a cooperação e o intercâmbio de informações, tal como estabelecido no seu [Acordo de 2009](#) e como previsto no Tratado de Lisboa, que estipularam que o papel de coordenação da Eurojust é baseado nas 'informações fornecidas pelos Estados-Membros e pela Europol'.

Cooperação operacional

A Eurojust envolveu a Europol em 44 casos e 98 reuniões de coordenação ocorridas na Eurojust. O aumento significativo do número de reuniões de coordenação da Eurojust frequentadas pela Europol (75 em 2013) indica que os esforços empreendidos pela Eurojust para reforçar os laços operacionais tiveram algum sucesso. Tais esforços também incluíram a troca mútua e regular de listas de reuniões operacionais organizadas na Europol e reuniões de coordenação organizadas na Eurojust.

Além disso, a Eurojust implementou uma política destinada a informar sobre o processamento das solicitações da Europol – disponibilizada via SIENA – para efetuar o cruzamento de dados pessoais relacionados com as investigações em curso com todos os dados no CMS. Esta política foi acolhida positivamente pela JSB.

A Eurojust contribuiu para a Avaliação Provisória do SOCTA 2015, SOCTA e TE-SAT e participou ativamente na preparação e elaboração do ciclo de políticas de 2014-2017 PEP (Plano Estratégico Plurianual) e PAOs. Ver Secção 2.1.

A Eurojust também acompanhou a Operação Arquimedes em setembro e participou nas sessões diárias de *briefing* da Europol. A Operação Arquimedes foi uma operação em larga escala, de forças policiais internacionais conjuntas, que visou a criminalidade grave e organizada na União Europeia, incluindo o TSH, tráfico de drogas e tráfico de armas de fogo.

A Eurojust estabeleceu um novo acordo - com o Ponto Focal sobre armas de fogo - elevando o número total de tais acordos para 21. Estão em andamento procedimentos com vista a novos acordos da Eurojust com os Pontos Focais relacionados com o terrorismo, bem como os novos Pontos Focais sobre *travellers*, Corrupção no Desporto e Recuperação de Ativos.

Cooperação estratégica

Os representantes da Eurojust e da Europol continuaram a manter reuniões regulares a nível profissional e

administrativo, em que temas como o uso do SIENA, o intercâmbio de informações, a cooperação no âmbito do EC3, a cooperação com a Unidade Anti-Terrorismo da Europol (UAT), o financiamento das EICs e a associação com Pontos Focais foram abordados, bem como o projeto de regulamento da Europol. Além disso, os agentes da Europol participaram em seminários estratégicos da Eurojust, e os representantes da Eurojust participaram nas reuniões dos Chefes das Unidades Nacionais da Europol. Em 2014 realizaram-se várias sessões do programa de intercâmbio de funcionários da Europol-Eurojust para informar os participantes sobre a respetiva estrutura e funções e sensibilizar sobre os serviços prestados por ambas as organizações.

O Relatório Anual Conjunto de 2013 (veja Documento 11305/14 do Conselho) sobre a cooperação entre a Eurojust e a Europol foi submetido à apreciação do Conselho e à Comissão em 24 de junho.

2.3.2 Parceiro de cooperação: OLAF

A cooperação entre a Eurojust e o OLAF é regulada pelo [Acordo Prático](#) de 2008. A Eurojust e o OLAF continuaram a cooperar na luta contra a fraude, a corrupção e outros crimes lesivos dos interesses financeiros da União Europeia e trocaram regularmente resumos e listas sobre os casos comuns.

Cooperação operacional

A Eurojust e o OLAF trabalharam conjuntamente em quatro casos e a Eurojust registou três casos adicionais relacionados com casos já abertos pelo OLAF em anos anteriores. O OLAF participou de três reuniões de coordenação, que lidaram com casos de burla, fraude fiscal, fraude aduaneira e corrupção. O ligeiro aumento no número de casos e reuniões de coordenação, em comparação com 2013 (2 e 1, respetivamente) indica que a cooperação das duas agências beneficia do intercâmbio regular de informações operacionais (resumos e lista de casos comuns).

Cooperação estratégica

No início de 2014, realizou-se uma reunião bilateral entre o Presidente da Eurojust e o Director do OLAF. Este encontro proporcionou uma oportunidade para discutir casos práticos de interesse comum e chegar a um acordo geral sobre o intercâmbio de abstracts sobre os casos, conforme previsto no Ponto 5 do Acordo Prático.

Continuaram a decorrer reuniões regulares das equipas de ligação em 2014. Estas reuniões servem como plataforma para estabelecer e formalizar os detalhes do intercâmbio de

abstracts. Tais reuniões destinam-se ainda à organização de sessões adicionais de formação para investigadores do OLAF, com base no feedback positivo recebido após a primeira sessão de formação realizada em dezembro de 2013.

2.3.3 Cooperação de Agências na área JAI (Justiça e Assuntos Internos)

Foram publicados dois contributos conjuntos pelas nove agências JAI (CEPOL, EASO, EIGE, EMCDDA, Eurojust, Europol, ADF, [Frontex](#) e eu-LISA): o novo Programa Plurianual JAI, *Considerações Gerais Comuns pelas Agências de JAI*, que identificou as questões transversais de interesse comum e como a cooperação inter-agências pode auxiliar a implementação eficaz das novas orientações: foi publicado em fevereiro (ver Documento 7313/14 do Conselho). Uma segunda declaração conjunta, [Das orientações estratégicas às ações: a contribuição das Agências na área JAI \(Justiça](#)

[e Assuntos Internos\)](#) para o desenvolvimento prático do espaço de liberdade, segurança e justiça na UE, foi publicada em novembro e está disponível no site da Eurojust. Esta segunda declaração descreve o papel da Eurojust e o suporte na implementação das prioridades da UE e objetivos na Área da Liberdade, Segurança e Justiça na União Europeia. Estes documentos foram submetidos à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia.

A Eurojust e as outras Agências na área de JAI também contribuíram para uma consulta pública no que se refere à renovada *Estratégia de Segurança Interna* para 2015-2020. O relatório final sobre as atividades das agências na área de JAI em 2014 e o relatório da sua avaliação (ver Documento 16286/14 do Conselho) foram apresentados ao COSI em dezembro. A Eurojust continuou a sua prática de intercâmbio do seu programa de trabalho com as outras agências de JAI.

A Eurojust e formação

As Orientações Estratégicas do Conselho, adotadas em junho, sublinharam a necessidade de reforçar a formação para os profissionais e realçaram a importância da formação de, entre outros, juízes, procuradores, profissionais do direito e polícia como uma componente crucial do estabelecimento de confiança mútua.

A Eurojust contribuiu para a formação através dos seus MdEs com a CEPOL (2010) e a REFJ (2008). Além disso, a Eurojust organizou seminários temáticos, durante os quais os profissionais compartilharam experiências e boas práticas.

A cooperação entre a Eurojust e a REFJ no campo da formação judiciária continuou. Onze juízes/procuradores da Bulgária (2), República Checa, Alemanha, Estónia, Espanha, Hungria, Áustria, Polónia e Eslovénia (2) participaram do programa de estágio a longo prazo na Eurojust e estiveram envolvidos no trabalho diário das Delegações Nacionais dos seus países de origem. Em julho, o juiz Postulski, Secretário-Geral da REFJ, visitou a Eurojust. A Eurojust e o REFJ concordaram quanto à valiosa experiência prática adquirida durante o programa de intercâmbio de três meses. A Eurojust e a REFJ também acordaram formalmente num entendimento comum sobre visitas de estudo de curta duração (uma semana) e a sua reintrodução em 2015.

Além disso, os membros das Delegações Nacionais participaram ativamente em seis seminários REFJ no enquadramento do Projeto Justiça Criminal I, *Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal na Prática: Simulações de MDE e MLA*. Estes bem-sucedidos seminários, que tiveram lugar na Alemanha, Bulgária, Chipre, França, Itália e Eslováquia basearam-se no princípio de ‘aprender fazendo’. Exemplos de casos práticos são fornecidos para se atingir um alto grau de confiabilidade mútua e confiança entre os juízes e procuradores Europeus e um reforço da cultura judiciária comum, levando a uma administração mais eficiente da justiça em processos transfronteiriços da UE.

O trabalho foi concluído com a CEPOL no âmbito do Currículo Comum sobre a Eurojust. O objetivo deste módulo de formação é o de uma melhor compreensão do valor acrescentado do envolvimento da Eurojust em investigações e operações transfronteiriças e, por conseguinte, mais estreita cooperação entre as autoridades judiciárias e as autoridades policiais no combate eficaz às formas graves de criminalidade transfronteiriça. Tal como em anos anteriores, a cooperação com a CEPOL também levou à organização de vários seminários on-line (webinars). A Eurojust, entre outros, contribuiu para, a concretização de cursos sobre imigração ilegal, proteção das crianças, OPC móvel, tráfico de drogas, fraude do IVA e EICs.

Em 3 de novembro, a Eurojust assinou um Memorando de Entendimento com a ADF à margem da reunião anual de Chefes de Agências de Justiça e Assuntos Internos em Malta. Foi também assinado um MdE com o EMCDDA (Centro Europeu de Monitorização para Drogas e Adição) em 15 de julho (ver subsecção 2.2.5).

2.3.4 Estados Terceiros e organizações fora da União Europeia

Acordos de cooperação

Em julho, a Eurojust assinou um acordo de [cooperação com a República da Moldávia](#), que entrará em vigor quando as partes concordarem mutuamente por escrito que todos os procedimentos internos se encontram concluídos. A conclusão de um acordo de cooperação com a Ucrânia foi confirmada como uma prioridade. A Eurojust informou o Conselho do seu plano de estabelecer negociações para concluir um acordo de cooperação com o Montenegro.

Foram continuados os contactos com vista a avaliar a implementação da legislação sobre proteção de dados e explorar a possibilidade de iniciar negociações sobre acordos de cooperação com a Albânia, Bósnia e Herzegovina, Israel, Sérvia e Turquia.

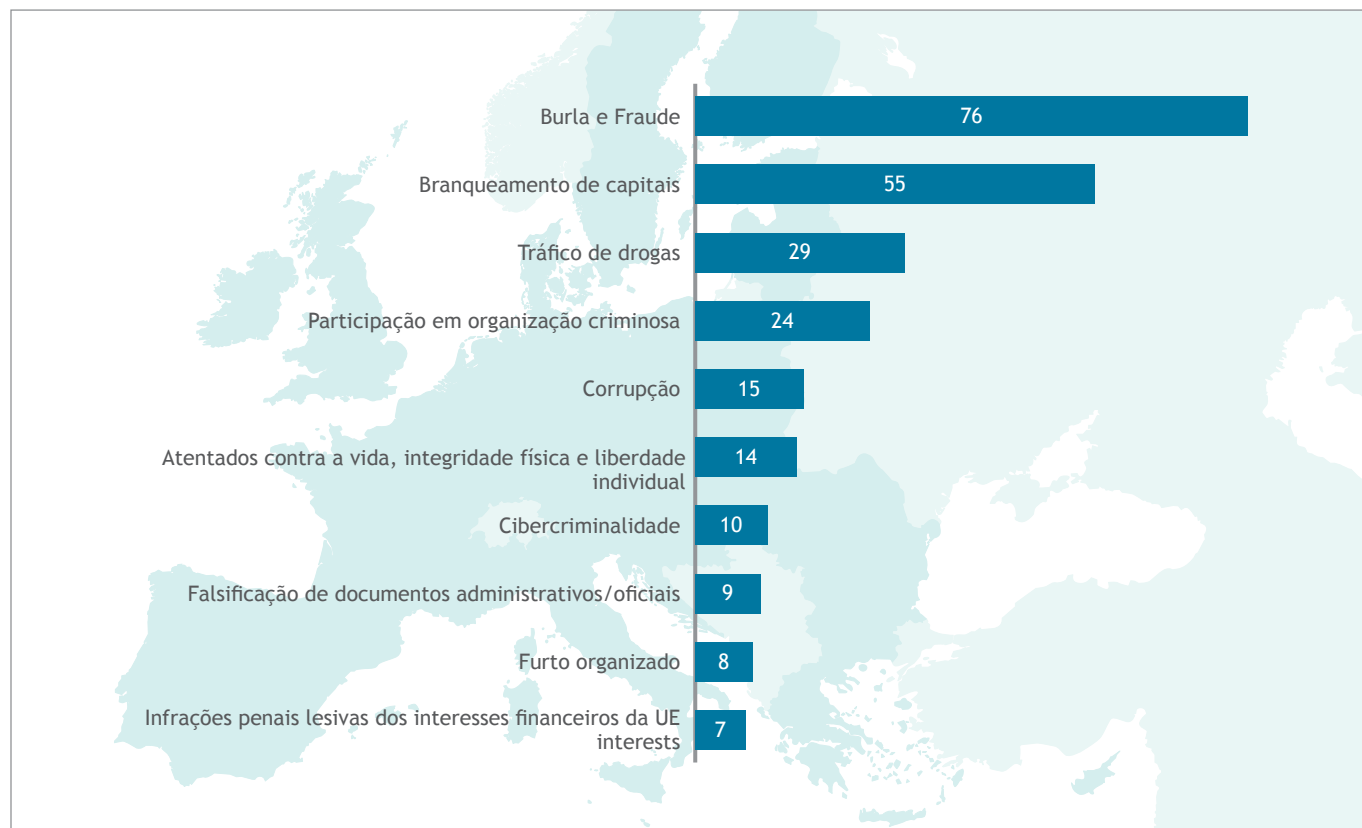
Casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros

A Eurojust prestou assistência em 208 casos em que estiveram envolvidos Estados terceiros. Os tipos principais de crime nestes casos foram: burla e fraude, branqueamento de capitais, envolvimento em grupos de crime organizado e tráfico de drogas. Os Estados terceiros mais frequentemente envolvidos foram os EUA, a Noruega e a Suíça. Houve 41 reuniões de coordenação organizadas pela Eurojust em que estiveram representados Estados terceiros. Os Estados terceiros mais frequentemente envolvidos nas reuniões de coordenação da Eurojust foram os EUA (14), seguidos pela Suíça (10), Noruega (9) e Ucrânia (6).

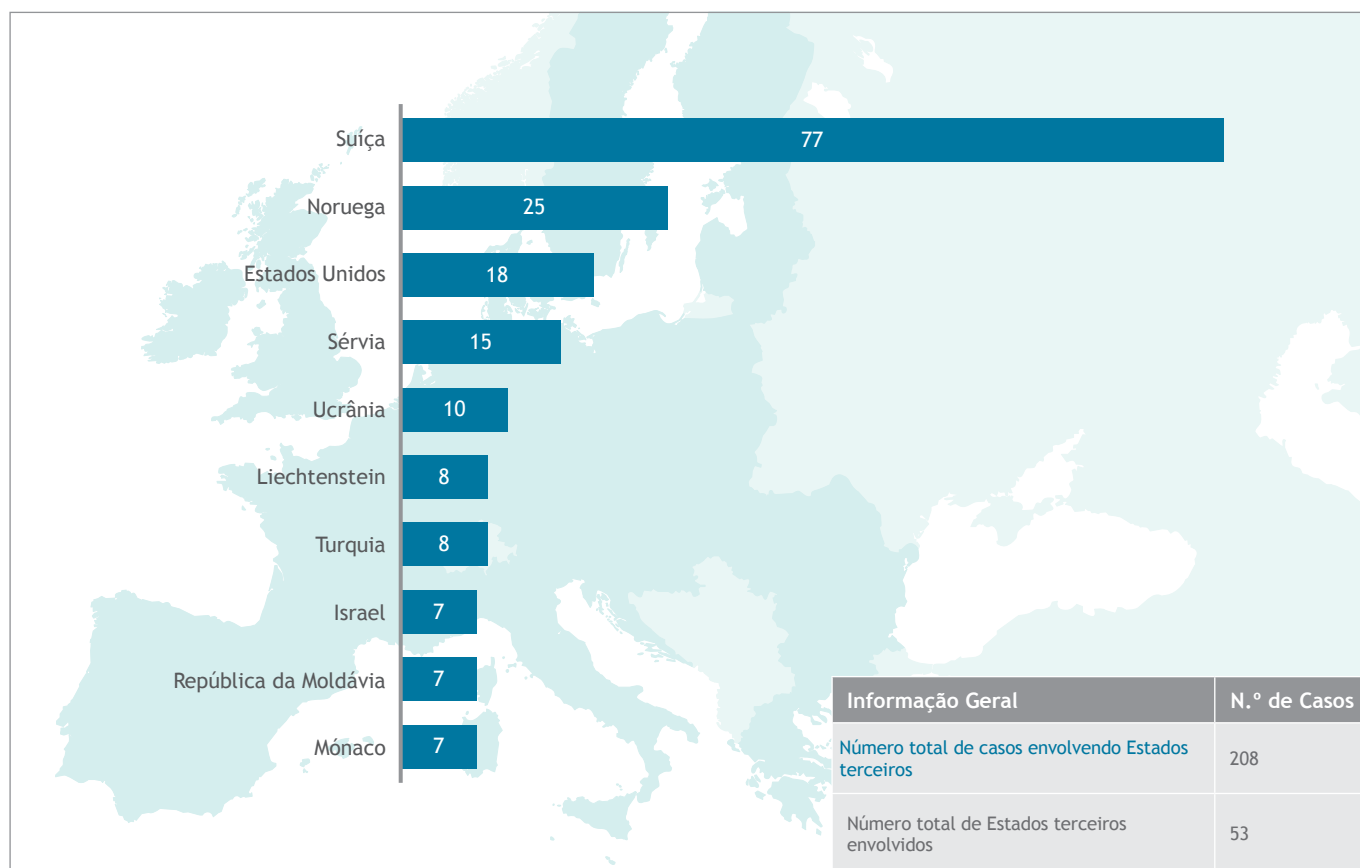
Magistrados de Ligação na Eurojust

A presença de Magistrados de Ligação da Noruega e dos EUA na Eurojust foi considerada benéfica, dado que facilitaram a cooperação judiciária entre as autoridades competentes dos Estados-Membros e dos Estados terceiros em causa. Em 2014, a Eurojust e a Suíça concordaram no destacamento de um Magistrado de Ligação à Eurojust, que irá assumir funções em março de 2015. O Magistrado de Ligação para a Noruega registou 52 casos, essencialmente relacionados com o tráfico de drogas, fraude fiscal e homicídio, organizou uma reunião de coordenação e participou em nove reuniões de coordenação. O Magistrado de Ligação para os Estados Unidos participou em outras 14 reuniões de coordenação.

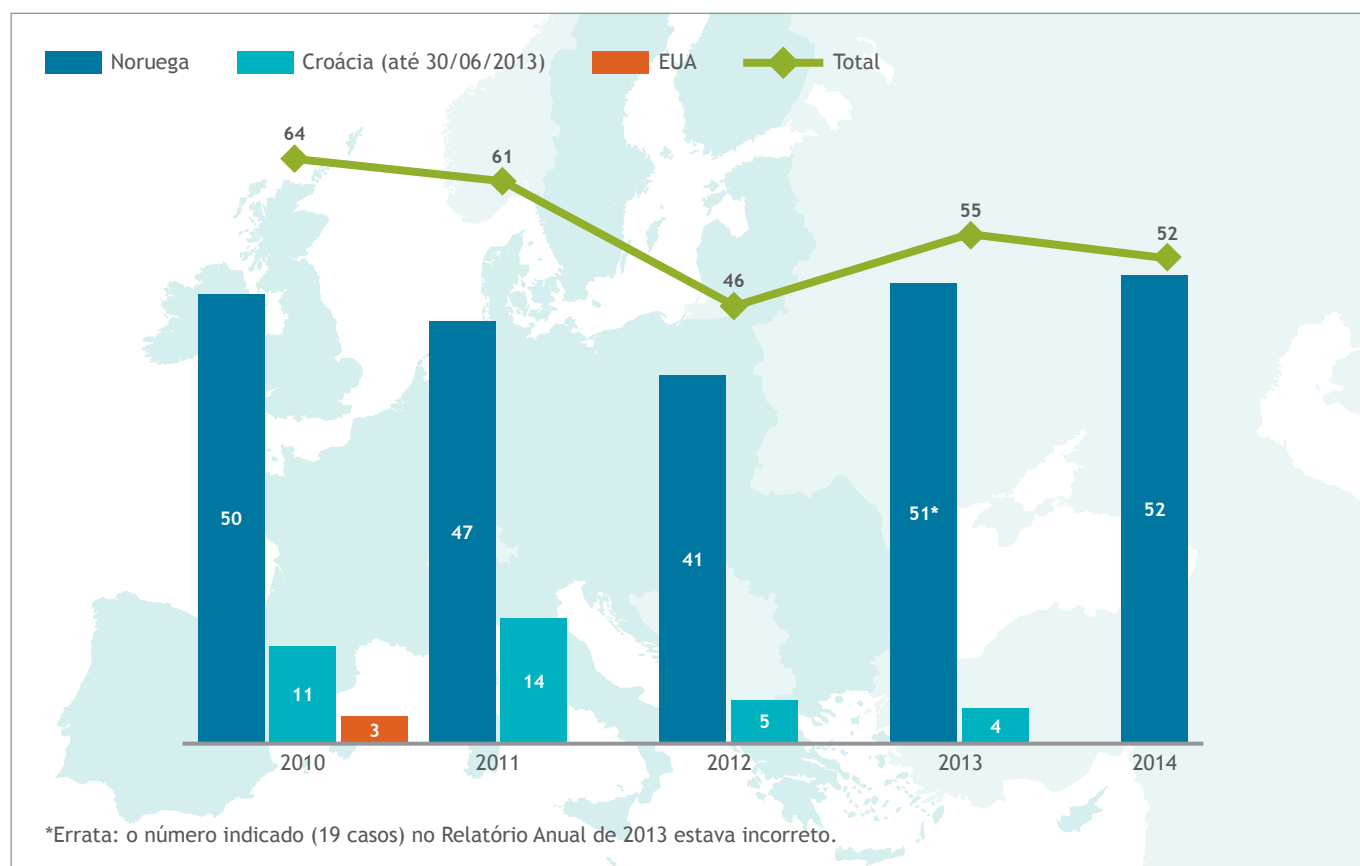
Principais tipos de criminalidade envolvendo Estados terceiros



Os dez Estados terceiros mais visados em casos da Eurojust



Casos por Magistrados de Ligação 2010 a 2014



Pontos de Contacto da Eurojust em Estados terceiros

A nomeação de pontos de contacto da Eurojust em Estados terceiros é um instrumento comumente usado para melhorar a cooperação entre os Estados-Membros e os Estados terceiros através da Eurojust. Os pontos de contacto são nomeados normalmente pelos Estados terceiros entre magistrados que exerçam funções no seio das Procuradorias-Gerais ou em Procuradorias locais, tribunais nacionais ou funcionários do Ministério da Justiça, assumindo alguns deles cargos diplomáticos fora do seu país. Neste momento, 32 Estados terceiros nomearam pontos de contacto na Eurojust. Em 2014, a Bolívia e o Peru foram adicionados a esta rede.

Suporte a projetos externos

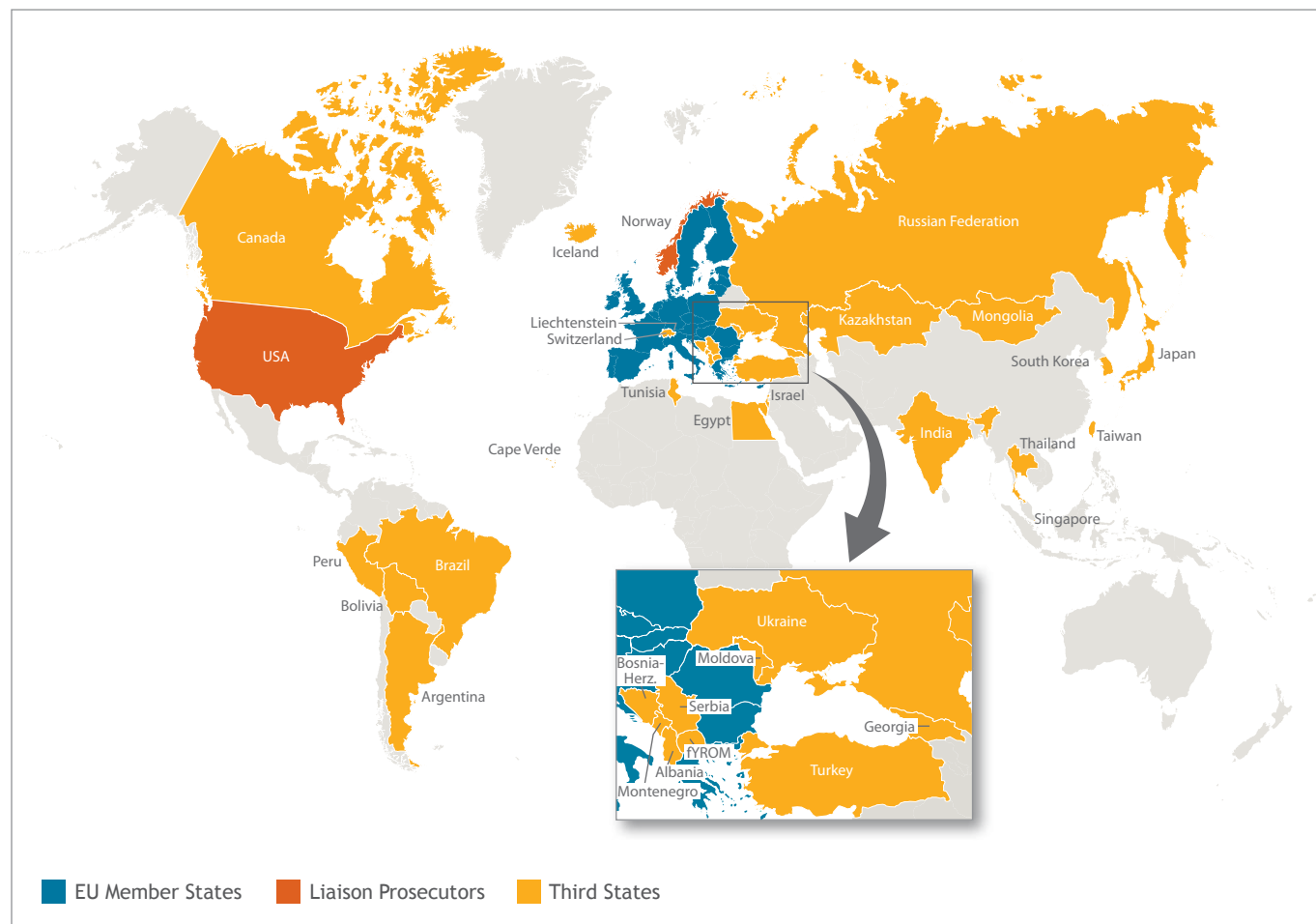
A Eurojust continuou a apoiar as iniciativas nos Balcãs Ocidentais, incluindo o projeto da Associação Internacional de Polícia (IPA) de 2010, financiado pela UE, *Luta contra o Crime Organizado e a Corrupção: Reforço da Rede de Magistrados*, até à conclusão do projeto em abril de 2014. Sob a égide deste projeto, foi organizada em 20 de janeiro

Reunião com os pontos de contacto da Eurojust e os Magistrados de Ligação nomeados pelos Estados-Membros

Em 16 e 17 de outubro, a Eurojust fez uma reunião com os Pontos de Contacto da Eurojust e os Magistrados de Ligação nomeados pelos Estados-Membros. O objetivo desta reunião foi discutir a complementaridade, sinergias e cooperação através da troca de pontos de vista sobre casos paradigmáticos, a sensibilização do papel da Eurojust em casos relacionados com Estados terceiros, incluindo a troca de informações com esses Estados terceiros e a identificação de possíveis procedimentos para melhorar as metodologias de trabalho.

O encontro juntou 17 pontos de contacto da Eurojust e 20 Magistrados de Ligação designados pelos Estados-Membros. Estiveram representados dezoito Estados terceiros. Está a ser preparado um relatório sobre os resultados da reunião.

Pontos de contacto da Eurojust



uma reunião entre a Eurojust e os pontos de contacto da Eurojust dos Balcãs Ocidentais, e a formação para estes recém-nomeados pontos de contacto na Eurojust foi feita em 3 de abril. Além disso, a Eurojust participou de vários seminários de formação em proteção de dados nos Balcãs Ocidentais.

A Eurojust também esteve envolvida no projeto da luta anti TSH nos Balcãs Ocidentais, destacando a utilização

de EICs a nível local e o projeto regional da Organização Internacional para as Migrações, *Reforço da luta contra o tráfico de pessoas e contrabando de migrantes nos Balcãs Ocidentais*. Ver a subsecção 2.2.9.

A Eurojust contribuiu para o trabalho do SEAE, fornecendo informações sobre a cooperação da Eurojust a nível institucional e operacional com os Estados parceiros da Política Europeia de Vizinhança (PEV).

Casos Ilustrativos

Na primavera de 2013, as autoridades Checa e dos Estados Unidos contactaram a polícia Sueca sobre suspeitas de que material sobre abuso de crianças (CAM) produzido na República Checa tinha sido disseminado para os EUA e outros Estados através de um intermediário na Suécia. Foram abertas investigações preliminares na Suécia sobre pornografia infantil agravada e participação na exploração sexual agravada de crianças para fins pornográficos. A investigação sueca pôs a descoberto suspeitos na Suécia e em Espanha. Na República Checa, as acusações criminais focaram-se no TSH. No que se refere ao “*modus operandi*”, tornou-se evidente que os clientes do material pornográfico requisitavam conjuntos de fotografias e vídeos feitos por encomenda. Os pagamentos eram feitos pelo cliente ao mediador na Suécia, que em seguida transferia o dinheiro para os fotógrafos. O CAM (Material sobre Abuso de Crianças) era trocado em seguida em formato encriptado usando serviços de *cloud*. Os métodos de comunicação encriptada e a consciência dos suspeitos da necessidade de segurança significou que a cooperação judicial estreita entre as autoridades nacionais é fundamental na identificação de possíveis erros e fragilidades dos suspeitos no planeamento das suas atividades criminosas.

Juntamente com uma reunião operacional organizada na Europol para troca de informações de polícia, foi convocada na Eurojust uma reunião de coordenação que resultou numa EIC constituída entre a Suécia e a República Checa, financiada pela Eurojust. As investigações conjuntas permitiram concluir que o CAM tinha sido espalhado de forma mais alargada, incluindo a Espanha. A cooperação judiciária com a Espanha foi iniciada mediante a emissão de solicitações de MLA sobre um suspeito devidamente identificado. A Espanha juntou-se posteriormente à EIC, o que facilitou a cooperação com os outros membros da EIC.

Depois de alguma vigilância inicial e medidas especiais de investigação, incluindo a análise de transações financeiras entre os suspeitos, foi realizado um dia de ação conjunta nos Estados da EIC, bem como nos EUA e na França, em que foram identificados suspeitos adicionais. Foram detidas oito pessoas e uma quantidade substancial de dados foi apreendida e guardada em segurança. Ao dia da ação conjunta seguiu-se um longo período de investigações nos Estados participantes, que foram dificultadas pela existência de discos encriptados e a relutância dos suspeitos em cooperar. Foi emitido um número de solicitações de MLA a Estados terceiros para obter informações sobre o uso de determinados serviços digitais por parte dos suspeitos.

Foram organizadas várias reuniões de coordenação adicionais para facilitar a cooperação em ações levadas a cabo nos Estados-Membros e manter discussões sobre quais os Estados em melhor posição para processar os suspeitos. Durante essas reuniões, as autoridades de investigação também discutiram como recolher as provas no sentido de apoiar da melhor maneira possível os próximos julgamentos a decorrer nos vários Estados.

Uma análise mais aprofundada efetuada pelas autoridades nacionais durante as investigações levou a detenções adicionais no Reino Unido, EUA, Canadá e Rússia e à identificação de um grande número de vítimas infantis exploradas pelos vários fotógrafos. Todos os magistrados do Ministério Público envolvidos e juízes de instrução concordaram que a estreita cooperação com a Eurojust e a Europol foi a chave para o sucesso do trabalho e os resultados alcançados na fase inicial do caso. Este continua em andamento e esperam-se os julgamentos em 2015, o que possibilitará uma análise mais detalhada dos seus resultados.



Desafios e boas práticas



3.1 Introdução

Tal como nos anos anteriores, a Eurojust tem continuado a contribuir através do seu trabalho operacional nos casos e iniciativas estratégicas para a identificação de desafios e boas práticas transversais a um amplo espectro de aspetos relativos à cooperação judiciária em matéria penal.

Esses aspetos podem estar ligados à execução de solicitações de MLA, MDEs, ordens de congelamento de bens ou outros instrumentos de cooperação. Eles são essenciais para pôr em prática o princípio do reconhecimento mútuo para a identificação de um tipo de crime específico, para o reconhecimento de técnicas de investigação especial, e para o desenvolvimento da relação de cooperação com Estados terceiros. O objetivo é melhorar a coordenação e cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros no contexto da investigação e ação penal em que a Eurojust tenha competência para prestar assistência.

Este capítulo lida com os desafios e as boas práticas identificadas em relação às entregas controladas, NPS

(novas substâncias psicoativas) e (pre)precursores e a recolha e admissibilidade de prova em casos de cibercriminalidade.

3.2 Tráfico de drogas

Em 2014, os aspetos judiciais da cooperação transfronteiriça nas entregas controladas e a cooperação em casos envolvendo NPS e (pre) precursores constituíram dois dos temas do projeto estratégico, [*O Realce do Trabalho da Eurojust em Casos de Tráfico de Drogas*](#). Por meio de questionários dirigidos às autoridades competentes de todos os Estados-Membros foram coligidas informações sobre as boas práticas e os obstáculos na cooperação judiciária nestas áreas. As respostas aos questionários foram analisadas e discutidas com os profissionais durante

Casos Ilustrativos

Em 2013, o apoio da Eurojust foi solicitado num caso de TSH envolvendo o Reino Unido e Suécia. Foi criada uma EIC em março de 2013, por um período de um ano e em abril de 2013, foi realizada uma reunião de coordenação. Em de agosto de 2014, os processos judiciais no Reino Unido estavam apenas a começar, enquanto o julgamento na Suécia já tinha sido concluído. Nesta fase do processo, realizou-se outra reunião de coordenação na Eurojust para avaliar a cooperação dentro da EIC e para troca de informações. De particular interesse foi a utilização da interceção de chamadas telefónicas na Suécia e as possibilidades de utilizar os resultados como prova no Reino Unido.

A discussão destacou as diferenças existentes nas regras do processo penal. A Interceção de chamadas telefónicas é permitida na Suécia por decisão do tribunal, a pedido do Ministério Público. As chamadas do telefone intercetado são transcritas e relatadas ao tribunal e são subsequentemente lidas em voz alta ou reproduzidas durante os processos em tribunal. De importância adicional neste caso foi o período de retenção de dados. Na conclusão de um caso, o material que não foi utilizado no inquérito preliminar deve ser destruído. Em geral, assim que uma investigação é fechada, as autoridades suecas devem revelar à defesa, por escrito, os números de telefone e período de tempo em que foram intercetados.

No Reino Unido, o uso da interceção de telefones como prova é pouco usual. As autoridades britânicas queriam saber se as informações obtidas pelas autoridades suecas por meio da interceção de telefones podiam ser usadas como prova num Tribunal do Reino Unido. As reuniões de coordenação na Eurojust facilitaram a discussão sobre esta questão, e foi sugerida uma possível solução: um polícia sueco ou representante legal poderia depor perante o Tribunal do Reino Unido. O testemunho diria respeito ao fato de que, por um lado, a interceção tinha sido legalmente solicitada e legalmente implementada tecnicamente e por outro, que os materiais gravados tinham sido o resultado de uma medida devidamente autorizada. As autoridades suecas consideraram esta proposta uma solução viável. Enquanto nenhuma decisão concreta foi tomada, também se refletiu sobre a possibilidade e os benefícios das autoridades britânicas viajarem para a Suécia para consultarem todo o material obtido através das escutas telefónicas. No final de 2014, a necessidade de rever os materiais ainda estava para ser discutida.

a reunião estratégica da Eurojust sobre tráfico de drogas realizada nos dias 29 e 30 de setembro. Para permitir a sua ampla divulgação aos profissionais em todos os Estados-Membros, os resultados foram reunidos num [relatório](#).

Entregas controladas

A análise e as discussões destacaram diferenças significativas entre os sistemas jurídicos dos Estados-Membros em relação à autorização e execução de entregas controladas. Essas diferenças constituem muitas vezes obstáculos na cooperação judiciária, particularmente em relação a: (i) autorização de entregas controladas quando a rota ou a agenda da remessa de droga são desconhecidas; (ii) obtenção de permissão para a colocação de dispositivos GPS em veículos suspeitos de transportar drogas; (iii) identificação das autoridades competentes de outros Estados-Membros ou obtenção da sua autorização; (iv) substituição das drogas ilegais por substâncias inofensivas; (v) adiamento das apreensões de droga; (vi) cooperação transfronteiriça em relação a agentes dissimulados; (vii) admissibilidade das provas recolhidas no contexto das entregas controladas; (viii) envolvimento dos informadores; (ix) intervenção de agentes policiais armados noutros Estados-Membros; e (x) partilha de informações não confidenciais recolhidas no contexto das entregas controladas. A cooperação com Estados terceiros em entregas controladas pode ser frequentemente problemática, e a experiência no uso das entregas controladas dentro das EICs é limitada.

As soluções para resolver estes problemas incluíram uma mais alargada comunicação e confiança mútua entre as autoridades competentes dos Estados-Membros; harmonização da legislação sobre entregas controladas; mapeamento das autoridades competentes e clarificação dos requisitos legais sobre entregas controladas em todos os Estados-Membros; recolha de reflexões sobre um conjunto unificado de requisitos para entregas controladas; maior envolvimento da Eurojust e da Europol em operações transfronteiriças, particularmente na organização de reuniões operacionais e reuniões de coordenação; identificação dos pontos de contacto para as entregas controladas nos Estados-Membros; análise de informações; e apoio técnico, legal e tático.

A *questão em foco 1* do relatório irá incluir informações sobre se uma solicitação de MLA é uma condição prévia para a autorização de entregas controladas nos Estados-Membros e irá conter uma lista das autoridades competentes e, quando apropriado, a indicação dos pontos de contacto centrais para autorizarem entregas controladas nos Estados-Membros.

As NPS e os (pre)precursores

A análise dos casos de tráfico de drogas que foram referidos à Eurojust levou à identificação de desafios sérios no

processo penal em casos de drogas sintéticas envolvendo as NPS e (pre) precursores, isto, particularmente, quando estas substâncias não são regulamentadas a nível da UE/internacional. Nestes casos, a legislação e as abordagens muitas vezes diferem entre os Estados-Membros, levando a recorrentes problemas de cooperação judiciária.

Outras dificuldades específicas encontradas pelos profissionais que responderam ao questionário da Eurojust referem-se à identificação de novas substâncias, à falta de conhecimento sobre as mesmas e de capacidade técnica para com elas lidar.

As autoridades dos países que responderam ao questionário identificaram abordagens possíveis para uma situação em que uma determinada substância não está prevista pela legislação como sendo um precursor de drogas, mas há uma indicação de que a substância está a ser produzida ou importada para preparar drogas (sintéticas). Em tal situação, a acusação é ainda possível em vários Estados-Membros, ou com base na chamada 'abordagem por analogia' ou considerando a produção destas substâncias como um 'ato preparatório' à prossecução de crimes de produção de drogas.

No que se refere às NPS, em alguns Estados-Membros a acusação baseia-se em leis médicas. Foram exploradas possibilidades adicionais de processo criminal durante um workshop que decorreu durante a reunião estratégica, incluindo o uso de leis administrativas (por exemplo, retirada de licenças de lojas), legislação do consumidor e legislação de segurança alimentar. Também foram mencionados exemplos de boas práticas, como a inclusão das NPS numa lista temporária por um mês e listagem oficial após este período de teste. Vários participantes destacaram a importância da partilha de conhecimentos especializados entre os Estados (por exemplo, através de relatórios forenses e julgamentos).

A *questão em foco 2* do relatório incluirá informações sobre julgamentos recentes e uma visão geral das disposições nacionais e abordagens às NPS e aos (pre)precursores nos Estados-Membros.

Além disso, as dificuldades encontradas pelas autoridades nacionais em casos de ação criminal envolvendo precursores de drogas não regulamentados foram destacadas durante a 8ª Reunião do Fórum Consultivo. Um membro do Fórum trouxe à discussão a ameaça colocada pela difusão na Europa de um determinado precursor de droga não regulamentado que se descobriu ser usado em larga escala para o fabrico de meta-anfetaminas num Estado-Membro. Ao mesmo tempo, foi dirigido um pedido a todos os membros do Fórum Consultivo para apoiar a iniciativa de listar este precursor de drogas na categoria de substâncias inventariadas estipuladas pelo enquadramento jurídico relevante da UE sobre precursores de drogas.

3.3 Cibercriminalidade

Recolha e admissibilidade da prova em casos de cibercriminalidade

Sobre a admissibilidade das provas reunidas pelo setor privado ou por medidas especiais de investigação não permitidas num determinado Estado-membro, a necessidade de distinguir entre informação especializada e provas *stricto sensu* precisa de ser tomada em consideração: a informação especializada pode ser usada para iniciar as investigações, mas não necessariamente como prova em tribunal.

O acesso transfronteiriço de dados pode colocar dificuldades na investigação e repressão de casos de cibercriminalidade, particularmente porque a prática nos Estados-Membros tem grandes variações (mesmo em relação à implementação não-uniforme da Convenção do Conselho da Europa sobre Cibercriminalidade ETS n.º 185, Convenção de Cibercriminalidade). Alguns requerem uma ordem judicial, e outros exigem um pedido de MLA, visto que a informação seria armazenada num servidor noutro Estado. Foi também identificada a questão da jurisdição competente quando a informação é armazenada ‘na nuvem’.

Para superar essas dificuldades, poderá contribuir uma interpretação extensiva da legislação disponível, no sentido de que a jurisdição possa ser exercida em função da localização física do dispositivo a partir do qual está facilitado o acesso aos dados relevantes. Podem também ser observadas diferentes abordagens nos Estados-Membros sobre os instrumentos judiciais utilizados para reunir provas armazenadas num computador, porque nalguns Estados-Membros essa recolha seria incluída numa busca domiciliária o que, nalguns casos, exige uma ordem do tribunal.

Também em relação à forma como os promotores recolheriam informações contidas numa “conversa” se podem observar divisões: mais uma vez, diferentes abordagens são seguidas nos Estados-Membros, dado que alguns considerariam referir-se à lei que regula as telecomunicações e seria necessário nesse caso recorrer a uma ordem do Tribunal, enquanto que outros exigiriam apenas a intervenção do Ministério Público (e não necessariamente um juiz). Em geral, a prática do contacto direto e o intercâmbio espontâneo

de informações entre as autoridades competentes em particular (conforme previsto no Artigo 26.º da Convenção de Cibercriminalidade), pode ser muito útil no endereçamento e clarificação dessas dificuldades.

Podem também surgir desafios quando as empresas privadas estão na posse de dados de conteúdo relevante, particularmente porque as sedes das empresas se situam muitas vezes num Estado terceiro. Isto normalmente requer procedimentos morosos para a recolha de informações relevantes, o que por sua vez, dificulta a investigação e ação penal dos casos de cibercriminalidade, particularmente em conexão com a volatilidade desses dados. Nestas circunstâncias, ter um único ponto de contato para a comunicação com estas empresas num Estado-membro pode facilitar a cooperação. Além disso, pode ser muito útil se a sede de uma empresa num Estado terceiro autoriza oficialmente as suas filiais em Estados-Membros a responder diretamente às solicitações emitidas pelo Ministério Público. Por causa da sua natureza - e do papel crucial desempenhado pelas empresas privadas - as autoridades devem sempre considerar a colocação de uma abordagem multidisciplinar para a investigação e ação penal dos casos de cibercriminalidade.

A utilidade das EICs, quando constituídas desde a fase inicial da investigação e aliadas ao envolvimento dos procuradores desde o início de cada caso, tem-se revelado fundamental, especialmente se estiverem em jogo apreensões e se se quiser facilitar a admissibilidade das provas em tribunal. De forma semelhante, a Eurojust pode apoiar as autoridades nacionais, particularmente quando envolvida na fase inicial da investigação. Por exemplo, quando as investigações em Estados-Membros e Estados terceiros estão para ser iniciadas e for necessário apoiar as autoridades nacionais dos Estados-Membros na coordenação de investigações paralelas.

A recolha e a admissibilidade da prova em casos de cibercriminalidade esteve também entre os temas discutidos com os profissionais dos Estados-Membros durante o seminário da Eurojust, [Cibercriminalidade: levantamento para os desafios do século XXI](#), em 19 e 20 de novembro. Ver também a subsecção 2.2.6.



Assunto do ano na Eurojust: o Mandado de Detenção Europeu

O facto do assunto em foco da Eurojust ter sido o MDE não é uma mera coincidência. Em 2014, a Eurojust continuou a contribuir, tanto a nível operacional como estratégico, para uma mais rápida aplicação deste instrumento, que dá eco ao princípio do reconhecimento mútuo. O funcionamento do MDE foi também objeto de reflexão a nível da UE, em 2014. A Eurojust procurou marcar os aproximadamente 10 anos da sua implementação e contribuiu para o debate, promovendo um seminário estratégico, em colaboração com a Presidência Grega da UE, intitulado *O Mandado de Detenção Europeu: qual o caminho a seguir?*

Em 2014, 266 casos relacionados com a melhoria da execução dos MDEs foram registados na Eurojust, totalizando 14,5 por cento de todos os casos. A Delegação Britânica fez o maior número de pedidos, seguida pelas delegações Polaca e Búlgara. A delegação do Reino Unido também recebeu o maior número de pedidos, seguida pelas delegações Italiana e Espanhola.

O Colégio lidou com duas questões gerais relacionadas com a aplicação do MDE. A primeira questão estava ligada à aplicação do Artigo 3(2) da Decisão-Quadro do Conselho 2002/584/JHA relativa ao Mandado de Detenção Europeu (DQ sobre o MDE) (fundamentos para a obrigatoriedade de não-execução do MDE). A questão em causa refere-se à recolha de informações jurídicas e práticas sobre as consequências da não-remoção de um mandado dos bancos de dados do sistema de Informação de Schengen (SIS) II e da INTERPOL num caso em que uma pessoa sujeita a uma solicitação de MDE ou extradição acabou por ser submetida a processo penal, tendo por base a mesma base factual, existente noutro Estado-Membro.

A segunda questão geral teve que ver com a recolha de informações práticas e jurídicas sobre a aplicação nos Estados-Membros, do artigo 24 FD sobre o MDE (entrega condicional ou adiada), ou seja se esta disposição foi totalmente implementada e, em caso afirmativo, quais as condições que foram exigidas pelas autoridades judiciais dos Estados-Membros, para permitir que tal 'entrega temporária' ocorresse.

A Eurojust continuou a desempenhar um papel fundamental na melhoria da cooperação em matéria penal entre os Estados-Membros (artigo 3(1)(b) da Decisão Eurojust), particularmente por via de: i) facilitar a execução de MDEs e o intercâmbio de informações entre as autoridades nacionais; ii) estabelecer as vias de comunicação entre as autoridades nacionais, com vista a clarificar aplicações divergentes a nível nacional das disposições da DQ sobre o MDE; iii) esclarecer os requisitos legais das autoridades requerentes e requeridas; iv) aconselhar sobre a elaboração de MDEs antes da sua emissão e por altura da sua reformulação; e v) coordenar a emissão e a execução de MDEs e contribuir para a prevenção de possíveis conflitos de jurisdição.

Algumas das questões jurídicas e práticas encontradas pela Eurojust nos seus casos de MDE em 2014 tiveram a ver com:

- i) dificuldades ligadas a interpretações divergentes e aplicação prática da regra da especialidade (artigo 27º, parágrafos 2, 3(g) e 4 da DQ sobre o MDE) nos casos em que, na sequência de uma entrega, um terceiro Estado-Membro requer ao Estado-Membro requerente ouvir a pessoa que foi entregue, e essa solicitação é recusada com base em que o consentimento para a realização desse 'interrogatório do suspeito' deve partir do Estado-Membro requerido, enquanto que para o terceiro Estado-Membro o 'interrogatório' a um suspeito não configura que contra ele exista já uma 'ação penal', e assim, não se considera que seja exigido esse consentimento;
- ii) questões adicionais associadas com a regra da especialidade (artigo 27º (4) da DQ sobre o MDE) nos casos em que, na sequência de uma entrega, o Estado-membro requerente solicita o consentimento do Estado-membro requerido no âmbito do artigo 27º(4) da DQ sobre o MDE. Isto, para permitir com urgência ao Estado requerente (devido à aproximação dos prazos limite) uma acusação contra a pessoa entregue, referente a um delito separado e não relacionado, e poder assim levar essa pessoa a julgamento com base numa acusação separada; sendo recusado o consentimento, coloca-se a questão de verificar os meios à disposição do Estado-Membro requerente, para permitir que pelo menos a contagem de tempo para a ação penal seja suspensa;
- iii) questões ligadas à exigência, nos termos da legislação de alguns Estados-Membros, de ter que ser ouvida a pessoa procurada antes de se poder emitir um MDE e as dificuldades que surgem quando a localização da pessoa é conhecida quer pelo Estado-Membro que conduz a investigação quer pelo Estado-Membro em que a pessoa está localizada, mas ainda não pode ser detida;
- iv) diferentes interpretações quanto à garantia prevista no nº3 do Artigo 5 da DQ sobre o MDE (retorno da pessoa ao Estado-Membro executante [requerido] para cumprir a sentença imposta no Estado-Membro requerente) requerida pelo Estado-Membro executante, e uma discussão relacionada com qual o Estado-Membro (o requerente ou o requerido) que deve posteriormente arcar com o custo do retorno após julgamento (diferentes pontos de vista sobre a possível base jurídica aplicável: DQ sobre o MDE, Decisão-Quadro do Conselho 2008/909/JHA relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo de decisões judiciais em matéria penal que impõem penas de custódia ou medidas privativas de liberdade para efeitos da sua aplicação na União Europeia);

- v) questões ligadas à retirada de um MDE quando as razões para a retirada não são claras para o Estado-Membro executante (requerido) e já foram postos em execução recursos e esforços substanciais no MDE;
- vi) questão da proporcionalidade decorrente de um MDE emitido para novo julgamento sobre um delito menor; e
- vii) questões ligadas à proteção dos direitos fundamentais, nomeadamente, se as condições das prisões são apropriadas para uma pessoa que sofra de doença mental, e a possibilidade do Estado-Membro requerente, para fornecer informações adicionais sobre garantias relativas às condições das prisões.

A Eurojust também continuou a desenvolver a sua assistência aos Estados-Membros em relação a MDEs concorrentes (Artigo 16(2) da DQ sobre o MDE). Ao abrigo desta disposição, a Eurojust poderá ser solicitada pelas autoridades judiciais do Estado executante para fornecer aconselhamento sobre o lugar da entrega de uma pessoa que é objeto de MDEs emitidos por dois ou mais Estados-Membros. Em 2014, a Eurojust foi formalmente solicitada para fornecer tal tipo de aconselhamento em quatro casos. A Eurojust disponibilizou aconselhamento e conhecimentos especializados numa fase inicial, ou através da negociação ou por contacto direto com as autoridades em questão nas reuniões de coordenação da Eurojust. As reuniões de coordenação oferecem um local privilegiado já que permitem a discussão do estado atual e dos problemas existentes num caso e o acordo sobre as estratégias, tais como a prioridade dos MDEs e, no caso de investigações paralelas e processos judiciais para a mesma conduta, acordos alcançados para evitar situações de *ne bis in idem* e conflitos de jurisdição.

No que diz respeito a violações de prazos limite na execução de MDEs, o Artigo 17 (7) da DQ sobre o MDE prevê que, em circunstâncias excecionais, se um Estado-Membro não pode cumprir os prazos previstos no Artigo 17º, então informará a Eurojust e fornecerá as razões para o atraso. Em 2014, foram registadas 123 violações de prazos na Eurojust. Seis desses casos requereram ações adicionais. Pelo quinto ano consecutivo, a Irlanda foi quem reportou o maior número de incumprimento de prazos. Outros casos foram referidos pela República Checa, Espanha, Letónia, Bulgária, Croácia e o Reino Unido.

A Eurojust produziu um *Relatório sobre Casos da Eurojust no domínio do MDE*, cobrindo o período de 2007-2013. O relatório foi dirigido ao Conselho da União Europeia e à Comissão Europeia e abordou o papel da Eurojust no domínio do MDE, tanto a nível estratégico e operacional, como ao nível dos problemas práticos e jurídicos identificados pela Eurojust na aplicação do MDE, nomeadamente os relativos ao âmbito e conteúdo do MDE, as bases para o não-reconhecimento e garantias, procedimento de extradição, e efeitos da extradição (ver Documento 10269/14 do Conselho).

Seminário estratégico sobre o MDE

Em 10 de junho, a Eurojust organizou, em colaboração com a Presidência grega da UE, um seminário estratégico intitulado *O Mandado de Detenção Europeu: qual o caminho a seguir?*, conjuntamente com a 7ª reunião do Fórum Consultivo que teve lugar em 10 e 11 de junho e foi levado a cabo pelo Ministério Público Grego com o apoio da Eurojust. O objetivo do seminário foi incentivar os profissionais da justiça a trocar opiniões sobre problemas e boas práticas associadas à operação de MDE, tendo em conta o papel da Eurojust na facilitação da rápida implementação e na operação tranquila do MDE. Os participantes de todos os Estados-Membros, as instituições da UE e a Eurojust participaram neste evento conjunto.

As conclusões dos quatro workshops realizadas durante o seminário sobre o MDE: i) âmbito e teor do MDE; ii) fundamentos para o não-reconhecimento e garantias; iii) procedimento de extradição; e iv) efeitos da extradição, foram apresentados durante a reunião do Fórum Consultivo em 11 de junho e serviram de base a uma discussão mais alargada levada a cabo pelos membros do Fórum Consultivo. As conclusões gerais dos membros do Fórum Consultivo sobre o MDE foram que i) o MDE é um instrumento modelo para a área da justiça criminal da UE, que muito contribui para o estabelecimento de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e deveria servir de exemplo para outros instrumentos de reconhecimento mútuo; e ii)

A Eurojust também produziu uma *Nota sobre as Notificações à Eurojust de violação dos prazos limite na execução de MDEs* (artigo 17º (7) (primeira frase) da DQ sobre o MDE). A Nota foi endereçada ao Conselho da União Europeia e à Comissão Europeia (ver Documento 10270/14 do Conselho). Com base na experiência das Delegações Nacionais da Eurojust em relação à comunicação de tais violações por autoridades nacionais, a Nota aborda os serviços que a Eurojust pode fornecer a nível operacional e estratégico para incentivar o cumprimento pelos Estados-Membros da sua obrigação de informar a Eurojust de tais violações e das razões conexas, e aborda as principais questões identificadas referentes a essas notificações.

apesar de uma avaliação globalmente positiva do MDE, o seu funcionamento pode ainda ser melhorado, e os problemas que foram elencados nos workshops poderão ser melhor resolvidos por via de instrumentos de “*soft law*” e pelo desenvolvimento de ferramentas práticas, em vez de por meio de alterações legislativas.

No que concerne ao papel da Eurojust, os membros do Fórum Consultivo concluíram que a Eurojust tem desempenhado e deve continuar a desempenhar um papel fundamental na aplicação do MDE, i) melhorando a compreensão mútua dos sistemas jurídicos dos Estados-Membros e estimulando e facilitando a consulta entre Estados-Membros; ii) coordenando e fornecendo às autoridades nacionais informações legais relevantes; e iii) prestando assistência na tradução dos MDEs. Outra conclusão foi a de que o papel da Eurojust, enquanto centro de conhecimento especializado legal e prático no campo do MDE deve ser reforçado.

A Eurojust também desenvolveu instrumentos úteis que podem ajudar os profissionais em casos de MDE complexos, *por exemplo*, o documento da Eurojust *Diretrizes para a Decisão sobre MDEs Concorrentes* (publicado com o [relatório anual da Eurojust em 2004](#)), e continuará a fornecer informações atualizadas sobre jurisprudência Europeia, questões constitucionais e problemas práticos recorrentes relacionados com a aplicação do MDE.

O [relatório do seminário e as conclusões da 7ª reunião do Fórum Consultivo](#) foram publicados no site da Eurojust bem como no Documento 13581/14 do Conselho.

Casos Ilustrativos

A Itália emitiu um MDE contra um cidadão Tunisino que já tinha sido condenado anteriormente num processo relativo a tráfico de drogas em 2009 e 2010. O indivíduo foi capturado e detido num aeroporto na Bélgica, em março de 2014. Após a detenção, a Bélgica recebeu outro MDE, emitido pelo Luxemburgo. Este MDE foi emitido no âmbito de uma investigação sobre tráfico de drogas, incluindo heroína, cocaína e cannabis, em 2013 e 2014. A Delegação Belga na Eurojust foi requerida para providenciar assistência quanto à questão de saber a qual dos dois MDEs concorrentes deveria ser dada prioridade nesta situação, e tendo sido aberto um caso entre a Itália e o Luxemburgo. A questão teria de ser respondida tendo em consideração que o sujeito do MDE italiano tinha sido condenado na Itália e a decisão tinha-se tornado final, e que as autoridades luxemburguesas tinham razões para crer que este indivíduo encabeçava uma organização criminosa criada para comercializar drogas. Acreditava-se que não extraditar este suspeito para o Luxemburgo teria o potencial risco de prejudicar a investigação uma vez que era importante a determinação dos papéis de todas as pessoas envolvidas nesta organização.

A questão teria de ser respondida tendo em consideração que o sujeito do MDE italiano tinha sido condenado na Itália e a decisão tinha-se tornado final, e que as autoridades luxemburguesas tinham razões para crer que este indivíduo encabeçava uma organização criminosa criada para comercializar drogas. Acreditava-se que não extraditar este suspeito para o Luxemburgo teria o potencial risco de prejudicar a investigação uma vez que era importante a determinação dos papéis de todas as pessoas envolvidas nesta organização.

Foi enviado um pedido formal das autoridades do ministério público belga à Eurojust com base no Artigo nº16 (2) da DQ sobre o MDE. Foi realizada uma reunião de Nível II entre as Delegações Nacionais da Bélgica, Itália e Luxemburgo e foi solicitado à Eurojust que aconselhasse sobre a prioridade a ser dada a um dos MDEs. A assistência jurídica era de carácter urgente, porque a decisão do tribunal Belga sobre o MDE italiano prescrevia poucos dias após a receção do pedido, e a Eurojust emitiu prontamente um parecer sobre MDEs simultâneos. Com base nos factos deste caso, a Eurojust recomendou que a pessoa procurada fosse primeiro entregue ao Luxemburgo. Posteriormente, a pessoa procurada poderia ser extraditada do Luxemburgo para a Itália para a execução da sentença de prisão, com base no Artigo 28 da DQ sobre o MDE.

O Tribunal de Primeira Instância de Bruxelas, bem como o Tribunal de Segunda Instância, deram prioridade ao MDE emitido pelas autoridades de Luxemburgo. A Eurojust forneceu apoio adicional no caso, facilitando o MDE Italiano que foi enviado às autoridades Luxemburguesas para garantir que a pessoa procurada poderia ser extraditada do Luxemburgo para a Itália.



EAW Strategic Seminar, 10 June 2014





Freezing & Confiscation Strategic Seminar, 11 December 2014





Administração da Eurojust



Apoio ao trabalho operacional e estratégico

A Administração da Eurojust apoia o trabalho do Colégio e a Direção da Eurojust. Em 2014, foram realizadas 28 reuniões operacionais do Colégio e 10 reuniões do Conselho de Administração. No final do ano, a administração era constituída por cerca de 260 elementos.

Às Delegações Nacionais foi prestado apoio no desenvolvimento dos casos e na preparação e execução de reuniões de coordenação e centros de coordenação, incluindo-se nesse apoio o fornecimento de notas preliminares sobre os casos, e relatórios de análise, documentos do centro de coordenação, análise de decisões judiciais, bem como informações legais, pareceres e conselhos sobre a aplicação dos instrumentos de cooperação judiciária. Em 2014, foi também prestado apoio na elaboração dos primeiros capítulos do Manual de Operações e das Orientações em ficheiros manuais, que foram adotados pelo Colégio com vista a reforçar e harmonizar o exercício interno da Eurojust na área de trabalho operacional.

Além disso, a Administração forneceu apoio direto na execução de projetos estratégicos da Eurojust, tais como os que reforçam os seus trabalhos em casos de tráfico de drogas ou no projeto estratégico do TSH. A Administração apoiou o Colégio no planeamento, conceção e execução de seminários estratégicos da Eurojust, reuniões e encontros táticos, bem como nas reuniões semestrais do Fórum Consultivo. O apoio foi também disponibilizado fornecendo aconselhamento especializado às partes interessadas da UE e instituições, inclusive no que respeita aos Ciclos Políticos da UE.

Além disso, a Administração tem apoiado o Colégio em atividades de reforço da cooperação do Eurojust com parceiros JAI, Estados terceiros e organizações internacionais. Também foi fornecido apoio em relação à evolução futura da Eurojust: em 2014, a Administração prestou assistência ao Colégio com o acompanhamento e análise de negociações em curso sobre o projeto de Regulamentos da Eurojust, Europol e EPPO (Gabinete da Procuradoria Europeia) e com a elaboração de pareceres relacionados da Eurojust e respetivas contribuições.

Orçamento e pessoal

O orçamento da Eurojust para 2014 foi de 33.6 milhões de euros. O desempenho financeiro tem-se construído sobre uma tendência de constante melhoria com uma execução orçamental média de 98,0% nos últimos quatro anos. Em 2014, a Eurojust atingiu uma taxa de execução orçamental de 99,8%. Em conformidade com a exigência da autoridade orçamental para reduzir postos em 5 por cento, a Eurojust identificou quatro lugares vagos que foram designados para esse efeito em 2014, em consonância com a estratégia da organização de não rescindir os contratos de trabalho atuais para conseguir tais reduções.



Klaus Rackwitz, Administrative Director



Alfredo García Miravete, Operational Support



Mike Moulder, Budget, Finance & Procurement



Alinde Verhaag, Case Analysis



Jacques Vos, Corporate Services



Nikolaos Panagiotopoulos, Human Resources



Jon Broughton, Information Management



Catherine Deboyser, Legal Service



Diana Alonso Blas, Data Protection



Ulf Bergström, Press & PR



Carla Garcia Bello, College Secretariat



Ola Löfgren, EJP Secretariat



Matevž Pezdirc, Genocide Network Secretariat



Vincent Jamin, JITS Network Secretariat



Colégio e Conselho de Administração

O Colégio realizou uma avaliação interna da implementação das medidas adotadas em 2013 para melhorar a eficiência e a eficácia do seu trabalho. A avaliação foi positiva: o número de reuniões plenárias foi reduzido e o tempo dedicado a assuntos do Conselho de Administração diminuiu substancialmente; o planeamento das atividades do Colégio, o uso de procedimentos de consultadoria preparatória para permitir expressar pareceres escritos e o uso de procedimentos escritos de tomada de decisão foram melhorados.

Novas instalações da Eurojust

Os trabalhos nas novas instalações da Eurojust progrediram em 2014, com a celebração do contrato 'Construir e Manter', válido por 15 anos (mais uma extensão de cinco anos). O quarto trimestre viu ser realizado o primeiro trabalho no terreno e o projeto de design de interiores ser lançado internamente com o envolvimento de todos os titulares da Eurojust.

Relatório Consolidado da Atividade Anual

O Relatório Consolidado da Atividade Anual de 2014 da Direção Administrativa, que estava em preparação ao

momento da publicação deste relatório anual, contém informações detalhadas adicionais sobre as realizações da Administração através da implementação do [Programa Anual de Trabalho da Eurojust \(PAT\) 2014](#) (disponível no web site da Eurojust), sistemas de gestão e de controlo interno, com foco nos resultados alcançados com a implementação dos objetivos e atividades planeadas no PAT, bem como sobre a utilização dos recursos humanos e financeiros alocados aos mesmos.

Comunicação externa

A Eurojust introduziu uma nova abordagem às comunicações para melhor promover as suas atividades, que se centrou em seis áreas: (i) comunicações corporativas e identidade, p.e., imagem de marca, marketing e posicionamento; (ii) relações da União Europeia e externas; (iii) alargamento do impacto dos media e cobertura em toda a Europa; (iv) fortalecimento da comunicação digital da Eurojust; (v) publicações, p.e., estudos, relatórios e brochuras; e (vi) comunicações internas. Esta nova abordagem incluiu a colocação de duas novas secções on-line, *Em Foco* e *Histórias de Sucesso*, para promover casos chave durante períodos de tempo mais longos. A Eurojust publica regularmente comunicados de imprensa sobre a sua ação operacional, e publica novos itens noticiosos sobre as suas atividades em

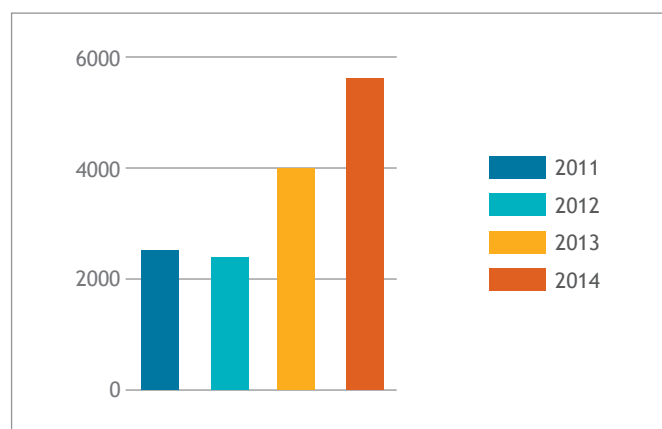
curso não-operacionais. Para aumentar o conhecimento dessas atividades, o número de itens noticiosos aumentou substancialmente em 2014.

Além disso, a Eurojust lançou seminários de marketing e roadshows nos Estados-Membros. Os seminários de marketing são de natureza mais prática do que os roadshows dado que lidam em maior profundidade com os casos da Eurojust e como a Eurojust pode ajudar os profissionais, enquanto os roadshows fornecem uma visão mais geral dos trabalhos da Eurojust. Os seminários de marketing e os roadshows fazem parte da iniciativa em curso da Eurojust para destacar o seu trabalho e sensibilizar os profissionais dos Estados-Membros para o valor e a eficiência que a Eurojust traz a casos transfronteiriços.

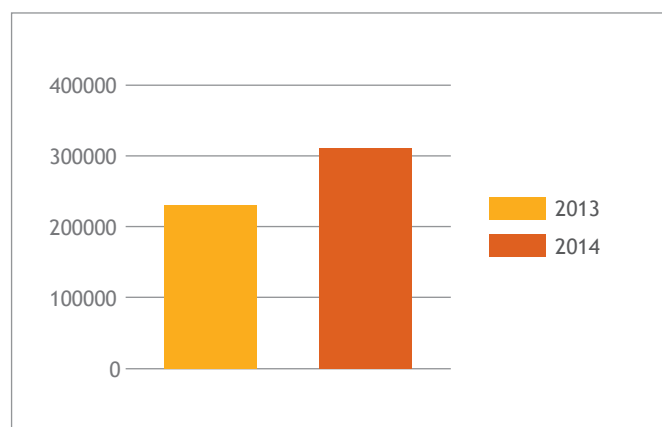
Um perfil forte aumenta a confiança, a credibilidade e o reconhecimento e é um pré-requisito para as relações com as partes interessadas, incluindo os profissionais. Em 2014, foram publicados 5.619 artigos nos media mencionando a Eurojust, em comparação com 3.982 artigos no ano anterior.

Ao longo de 2014, a Eurojust produziu relatórios estratégicos, [Notícias da Eurojust](#) e brochuras corporativas. As publicações da Eurojust são disponibilizadas no website.

Cobertura internacional dos media



Visitas ao web site



Uma amostra das publicações da Eurojust





A Eurojust e as redes de profissionais



A Eurojust acolhe os Secretariados do RJE, Rede de EICs e Rede Genocídio, e facilita a interação entre as Delegações Nacionais e as Redes nas suas atividades comuns. Os Secretariados dependem dos recursos administrativos da Eurojust destinados ao serviço das Redes. A Eurojust também apoia as atividades do Fórum Consultivo.

6.1 RJE

A **RJE** é uma rede de Pontos de Contacto que se destina a facilitar a cooperação judiciária em matéria penal e foi criada em 1998. O Secretariado foi criado em 2003 na Eurojust.

Reuniões Ocorreram duas reuniões plenárias em 2014, em junho em Atenas sobre o MDE e em novembro, em Roma, sobre a cooperação com Estados terceiros. Pela primeira vez, as reuniões plenárias foram organizadas diretamente pelo Secretariado da RJE, em colaboração com as Presidências da UE e com o apoio da Eurojust. Além disso, foram realizadas reuniões regionais na Áustria, Finlândia, Hungria e Eslovénia, e realizaram-se reuniões nacionais na Bélgica, Alemanha e Roménia, para discutir e melhorar a cooperação judiciária internacional em matéria de questões de carácter regional ou nacional. Os representantes das Delegações Nacionais envolvidos participaram nestes encontros.

Documento conjunto RJE/Eurojust A RJE e a Eurojust aprovaram o **documento conjunto**, *Assistência na Cooperação Internacional em Matéria Penal para Profissionais*, delineando para os profissionais judiciais dos Estados-Membros os serviços e assistência que podem ser fornecidos pela RJE e pela Eurojust. Um dos objetivos deste documento conjunto é assegurar que a RJE e a Eurojust lidam com casos abrangidos no âmbito das respetivas competências. O documento estará disponível em todas as línguas oficiais da UE.

Trio Presidencial da RJE O Estado-Membro que atualmente detém a Presidência da UE, assistido pelas duas próximas Presidências da UE (O Trio Presidencial da RJE), trabalham em estreita cooperação com o Secretariado da RJE. Para fortalecer as relações privilegiadas entre a RJE e a Eurojust, o Trio Presidencial da RJE e o Secretariado da RJE reuniram-se em dezembro com a Presidência da Eurojust e o Diretor Administrativo para trocar pontos de vista e discutir áreas de interesse comum.

O website da RJE O Atlas Judiciário está a ser desenvolvido para incluir as autoridades competentes para todos os instrumentos de reconhecimento mútuo em matéria de cooperação judiciária em matéria penal, bem como para as tradicionais solicitações de MLA.

Formação O Secretariado da RJE organizou a 5ª sessão de formação de língua Inglesa para os pontos de contato da

RJE expandirem o conhecimento dos diferentes sistemas jurídicos, para construir competências de linguagem comuns, para estabelecer e manter relações mais estreitas e reforçar a confiança mútua.

O Portal e-Justiça O website da RJE será integrado no Portal e-Justiça, a futura interface eletrónica na Área da Liberdade, Segurança e Justiça.

6.2 Rede de EICs

A **rede de EICs** é uma rede de pontos de contacto nacionais estabelecida para promover o intercâmbio de informações e boas práticas sobre EICs entre os Estados-Membros. Celebrou o seu décimo aniversário em 2014. O Secretariado foi criado em 2011 na Eurojust.

Reunião anual O 10º encontro anual dos Especialistas Nacionais das EICs teve lugar em 25 e 26 de junho. O objetivo desta reunião centrou-se no estabelecimento de EICs com Estados terceiros.

Projetos Vários projetos foram iniciados para reforçar o apoio aos profissionais das EICs, tais como as *Fiches Espagnoles*, destinadas a recolher e disponibilizar aos profissionais resumos da legislação nacional dos Estados-Membros que são relevantes para a criação e operação das EICs. Para garantir a homogeneidade do conteúdo das *Fiches*, foi desenvolvido um modelo padrão e os quatro primeiros resumos nacionais, abrangendo a legislação Espanhola, Búlgara, Belga e Sueca, foram publicados em dezembro através da área restrita da Rede das EICs no site da Eurojust. Na 9ª reunião anual, o projeto do formulário de avaliação das EICs foi adotado para apoiar os profissionais na avaliação do desempenho das EICs. Uma versão interativa do formulário foi disponibilizada em abril. As primeiras avaliações concluídas foram recebidas e estão a ser analisadas. Os objetivos do projeto – que será apoiado pela criação de um banco de dados – são o vir a fornecer uma melhor panorâmica sobre as práticas nas EICs a nível da UE e contribuir para a avaliação global desse instrumento.

Formação A Rede de EICs desempenha um papel significativo na promoção das EICs e na identificação das novas tendências na cooperação em EICs. A participação em formações organizadas dentro e fora da União Europeia baseia-se, em particular, nas parcerias de sucesso estabelecidas com a CEPOL e a REFJ.

A área restrita da Rede das EICs A área restrita da Rede das EICs é uma plataforma web, atuando como repositório único para informações relacionadas à EIC, particularmente na legislação da EIC e na sua avaliação. Em 2014, foi renovada para aumentar a sua facilidade de utilização e melhorar a acessibilidade das informações.

Financiamento das EICs Um novo procedimento para o [financiamento das EICs](#) foi implementado no sentido de melhorar a eficiência dos subsídios aos profissionais (por exemplo, através da simplificação dos formulários, maior flexibilidade na aplicação das concessões e na cobertura dos custos incorridos pelos Estados terceiros). A preparação de um novo formulário de candidatura, que inclui cálculos automáticos e controle de limites monetários, foi concluída no final de 2014. O financiamento das atividades das EICs tem sido coberto pelo orçamento da Eurojust desde setembro de 2013. O Secretariado da Rede de EICs recebeu e processou 146 novas candidaturas, confirmando o nível considerável de interesse dos profissionais e a utilidade deste programa de financiamento.

6.3 A Rede Genocídio

A [Rede Genocídio](#) foi criada em 2002 para assegurar uma estreita cooperação entre as autoridades nacionais de investigação e a repressão desses crimes. O Secretariado da Rede Genocídio foi criado em julho de 2011 na Eurojust.

Reuniões anuais Reuniões anuais A Eurojust acolheu as 16ª e 17ª reuniões da Rede Genocídio. As reuniões constituem um fórum privilegiado para os profissionais trocarem informações, boas práticas e experiências e assim cooperarem e ajudarem-se uns aos outros na investigação e processos penais de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Os principais temas das reuniões incluíram crimes sexuais e crimes baseados na diferença de género, investigações financeiras e recuperação de ativos em crimes de atrocidades, bem como as implicações do conflito em curso na Síria.

Documento estratégico Para reforçar a investigação e processo penal de crimes internacionais, a Rede Genocídio publicou a [Estratégia da Rede Genocídio da UE no combate à impunidade no crime de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra dentro da União Europeia e seus Estados-Membros](#), que está disponível no website da Eurojust. A Estratégia descreve a ligação desses crimes com o território da UE e menciona os desafios enfrentados pelos investigadores e pelos procuradores devido ao contexto específico, natureza e enquadramento jurídico dos crimes internacionais. Além disso, o documento fornece um conjunto abrangente de medidas que as instituições da UE e os Estados-Membros devem tomar para apoiar as autoridades nacionais na luta contra a impunidade, levando os autores a expiar os seus crimes fazendo chegar justiça às vítimas.

Formação O Secretariado da Rede Genocídio, em cooperação com a sociedade civil, realizou um segundo seminário em outubro sobre os direitos das vítimas de crimes internacionais graves nos Estados-Membros. O objetivo do seminário foi partilhar boas práticas e conhecimentos periciais com as autoridades nacionais sobre diversos aspetos dos direitos das vítimas, incluindo o direito de participação, proteção, apoio e ressarcimento. Os representantes das Delegações Nacionais da Eurojust participaram no seminário.

6.4 Fórum Consultivo

Em 2010, o Fórum Consultivo de Procuradores Gerais e dirigentes do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia (o Fórum Consultivo) foi criado para reforçar a cooperação judiciária internacional e confiança mútua, para compartilhar a experiência e para fornecer informações especializadas às instituições da UE para o desenvolvimento da Área de Liberdade, Segurança e Justiça. A Eurojust continuou a prestar apoio jurídico, administrativo e financeiro às atividades do Fórum Consultivo.

O [Fórum Consultivo](#) realizou a sua 7ª e 8ª reuniões, apoiadas pela Eurojust, em 2014. A reunião em junho sob a Presidência Grega da UE foi realizada em combinação com o seminário estratégico da Eurojust, o *Mandado de Detenção Europeu: Qual o caminho para o futuro?* O Fórum Consultivo chegou a conclusões sobre soluções jurídicas e práticas, levando a melhorias na implementação do MDE e na luta contra a corrupção. O [resultado da reunião](#) e as [conclusões do Fórum Consultivo](#) estão disponíveis no website da Eurojust e foram transmitidos às instituições relevantes da UE para contribuir para o debate ao nível da UE (*ver* Documento 13581/14 do Conselho).

Durante a reunião, em dezembro, sob a Presidência italiana, o Fórum Consultivo discutiu a apreensão e confisco de produtos do crime e como melhorar o reconhecimento mútuo. Os desafios e boas práticas na investigação e processo penal de casos de TSH e o contrabando ilegal de imigrantes envolvendo a migração por mar foram também discutidos. Este encontro foi organizado em combinação com o seminário estratégico da Eurojust, [No Sentido de uma maior Cooperação na Apreensão e Confisco de Produtos do Crime: uma Abordagem por Profissionais](#). O [resultado e as conclusões alcançadas pelo Fórum Consultivo](#) serão submetidas às instituições da UE relevantes no início de 2015.



Meetings of the Consultative Forum



Avaliação e perspectivas futuras

Tema

Sexta Ronda de Avaliações Mútuas

As visitas de avaliação (iniciadas em maio de 2012) aos Estados-Membros, efetuadas no enquadramento da [Sexta Ronda de avaliações mútuas](#) sobre a aplicação prática e operação da Decisão do Conselho de 2002/187/JHA de 28 de fevereiro de 2002 criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade e da Decisão do Conselho 2008/976/JHA sobre a Rede Judiciária Europeia em matéria penal (a Sexta Ronda) foram concluídas em maio. Os restantes relatórios sobre os Estados-Membros foram aprovados pelo Grupo de Trabalho sobre Assuntos Gerais incluindo Avaliações (GENVAL) em novembro e o [relatório final da Sexta Ronda](#) foi adotado pelo Conselho da União Europeia em 17 de dezembro. Tendo em vista a implementação das recomendações dirigidas à Eurojust, o Colégio teve um papel ativo e adotou um Plano de Ação e um prazo para sua conclusão com base nas prioridades pré-definidos. Várias ações foram avançadas antes do relatório final, bem como a preparação para a 2ª reunião dos Correspondentes Nacionais da Eurojust (CNE).

Avaliação externa da implementação da Decisão Eurojust

O Artigo 41a da Decisão Eurojust prevê que o Colégio solicite uma avaliação externa independente à implementação da Decisão Eurojust, bem como às atividades realizadas pela Eurojust antes de 4 de junho de 2014 e daí em diante em cada cinco anos. Também prevê que cada avaliação medirá o impacto da Decisão Eurojust, o desempenho da Eurojust em termos de consecução dos objetivos referidos na Decisão Eurojust, bem como a eficácia e eficiência da Eurojust. Em 18 de fevereiro de 2014, o Colégio apurou termos específicos de referência em matéria de consultoria com a Comissão.

Um comitê rotativo foi estabelecido pela decisão do Colégio de janeiro de 2014. Este comitê rotativo deve fornecer ao avaliador comentários atempados sobre o relatório de

Eurojust Extranet

A Extranet da Eurojust foi lançada por ocasião da reunião dos CNE. Esta é uma área restrita no site da Eurojust para Correspondentes Nacionais que inclui vários documentos de relevância para o trabalho dos profissionais, tais como as diretrizes nacionais sobre a distribuição de casos entre a Eurojust e a RJE, as diretrizes nacionais relativas à implementação do Artigo 13º da Decisão Eurojust e as *Fiches Suédoises*.

avaliação e informar o Colégio, numa base regular, sobre o andamento da avaliação. O comitê rotativo, mantendo a independência do avaliador, deve contribuir para a avaliação da qualidade do relatório final de avaliação, com base em critérios pré-estabelecidos, apresentar o relatório de avaliação ao Colégio para discussão e elaborar um plano de divulgação para o relatório de avaliação final.

Em 22 de setembro de 2014, a Eurojust assinou um contrato com a Ernst and Young Accountants LLP como consultor externo. O projeto de avaliação consiste em três fases: Conceção, Recolha de Dados, e Análise & Relatórios. A primeira etapa do processo de avaliação foi concluída em dezembro de 2014 pela adoção do Relatório de Conceção final.

O próximo passo é a fase de Recolha de Dados, que terá início em janeiro de 2015. A fase final está prevista para ser concluída em junho de 2015. O relatório final de avaliação será transmitido ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão, em julho de 2015 e será tornado público.

Plano Estratégico Plurianual da Eurojust

A Eurojust publicou o seu [Plano Estratégico Plurianual](#) (PEPA) 2012-2014 para definir a direção que deve tomar para enfrentar os desafios que se avizinham. O PEPA identificou metas estratégicas a serem alcançadas através da implementação de objetivos estratégicos plurianuais. Estes objetivos estratégicos foram ligados a atividades operacionais da Eurojust nos seus Programas de Trabalho Anuais, que por sua vez fornecem a base para o orçamento e a programação de recursos. O PEPA abrange o período de 2012 a 2014, e o Colégio decidiu prolongá-lo até 2015. O documento está disponível no website da Eurojust.

Em 13 de maio, o Colégio adotou a nova [Estratégia Plurianual](#) (EPA) 2016-2018. A Eurojust enfrenta uma fase crucial no seu desenvolvimento: a adoção de um

2º. Encontro dos CNE

A reunião dos CNE teve lugar no dia 27 de novembro na Eurojust. Os participantes compartilharam as suas experiências e boas práticas em matéria de diretrizes nacionais sobre a distribuição de casos entre a Eurojust e a RJE (*ver também* a Secção 6.1), discutiram as *Fiches Suédoises* e a utilização do formulário 'inteligente' do Artigo 13º da Eurojust e expressaram os seus pontos de vista no que se refere ao feedback a ser fornecido pela Eurojust em conformidade com o Artigo 13º (*ver* Secção 1.3).

Regulamento relativo à Eurojust e a criação de uma Procuradoria Europeia. A EPA 2016-2018 da Eurojust define a direção que a Eurojust tomará à luz destes desafios e concilia a necessidade de continuar a reforçar as suas capacidades operacionais ao mesmo tempo que se adapta a um ambiente em mudança. O texto está disponível no website da Eurojust e encontra-se sumariado abaixo.

Regulamentação da Eurojust

Conforme previsto no Artigo 85 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), em julho de 2013, a Comissão apresentou uma Proposta sobre um novo Regulamento da Eurojust cujos objetivos são fortalecer a Eurojust e aumentar a sua eficácia. O Regulamento da Eurojust proposto está sujeito ao processo legislativo ordinário.

Em abril de 2014, o Colégio apresentou um contributo escrito sobre esta Proposta ao Grupo de Trabalho do Conselho sobre a Cooperação em Matéria Penal (COPEN), fornecendo respostas às perguntas da Presidência e pontos de vista da Eurojust e observações sobre aspetos significativos da Proposta.

Os tópicos abordados são, *inter alia*, as tarefas e competências, a função operacional, o estatuto e poderes dos Membros Nacionais, a estrutura e governação, OCC, SNCE, troca de informações, EICs, proteção de dados e as futuras relações com a EPPO (a Procuradoria Europeia) (ver Documento 8488/14 do Conselho). Em junho de 2014, a Eurojust forneceu informações adicionais sobre o regime de proteção de dados (ver Documento 10622/14 do Conselho).

Em dezembro de 2014, o Conselho adotou uma ‘abordagem geral parcial’, cobrindo todo o texto do projeto de Regulamento, com exceção das disposições relacionadas com o EPPO (Procuradoria Europeia), proteção de dados e regras de confidencialidade e segurança nas informações sensíveis classificadas e não-classificadas.

As consequências do Artigo 86º do TFUE, que afirma que uma futura EPPO possa ser estabelecida ‘a partir da Eurojust’, permanecem em discussão. A reforma foi proposta pela Comissão como um ‘pacote’: por um lado o Regulamento sobre a ‘Lisbonização’ da Eurojust e por outro o estabelecimento da EPPO.

A nossa visão – até onde quer ir a Eurojust?

A visão da Eurojust, dentro da Área de Liberdade, Segurança e Justiça, é desenvolver e reforçar a cooperação judiciária, a coordenação e a confiança mútua na União Europeia na luta contra a criminalidade grave transfronteiriça e o terrorismo e garantir o respeito pelo estado de direito.

Durante o período de 2016-2018, a Eurojust terá três objetivos estratégicos principais:

Objetivo 1 - Trabalho operacional

A Eurojust funcionará como o centro de apoio operacional judicial na União Europeia, promovendo proativamente e facilitando a cooperação e a coordenação das autoridades competentes dos Estados-Membros em casos graves de criminalidade transfronteiriça, oferecendo serviços de alta qualidade e aconselhamento responsivo às necessidades das partes interessadas e alcançando excelentes resultados operacionais.

Objetivo 2 – Trabalho estratégico

A Eurojust vai continuar a desenvolver e ser reconhecida como centro de competências judiciais e legais na União Europeia, prestando aconselhamento às partes interessadas com base na experiência operacional na cooperação judiciária em matéria penal.

Objetivo 3 - Desenvolvimento organizacional

A Eurojust vai continuar a desenvolver e a ser reconhecida como uma organização eficaz, eficiente, altamente profissional, orientada para o cliente e flexível.

Acompanhamento das Conclusões do Conselho

Em 2 de junho, o Conselho JAI aprovou as Conclusões sobre o 12º Relatório Anual da Eurojust. Como nos anos anteriores, a Eurojust emite os relatórios sobre a implementação destas conclusões. Abaixo encontra-se uma tabela com indicações onde podem ser encontradas

mais informações nas áreas em que o Conselho fez recomendações. Além disso é também apresentada abaixo uma segunda tabela com os assuntos destacados nas Conclusões e atividades da Eurojust relacionadas.

Recomendações do Conselho	Acompanhamento
Informar o Conselho sobre os resultados pretendidos pelo destacamento de Magistrados de Ligação para trabalho operacional na Eurojust e se há planos concretos para esse efeito.	Continuaram as discussões sobre o destacamento de Magistrados de Ligação para Estados terceiros, incluindo as questões orçamentais, e irão prosseguir os preparativos para o estabelecimento de um enquadramento.
Continuar a melhorar a eficiência do CMS (Sistema de Gestão de Casos) e completar os requisitos técnicos necessários com os Estados-Membros relevantes.	<i>Ver a secção 1.3.</i> No final de 2014, foram estabelecidas e operacionalizadas onze conexões seguras.
Cumprir com as obrigações decorrentes do Artigo 13º e Artigo 13ºa e continuar a trabalhar em formas simplificadas para permitir uma transmissão estruturada de informação dos Estados-Membros à Eurojust.	<i>Ver a secção 1.3.</i> A Eurojust emitiu um procedimento para simplificar o formulário no final de 2014.
Informar o Conselho sobre o resultado da avaliação da CP (Coordenação Permanente).	A CP é uma ferramenta a ser utilizada apenas em emergências ou em circunstâncias excecionais. Fora do horário normal de expediente, a maioria das Delegações Nacionais podem ser contactadas diretamente nos seus telemóveis sem usar o CP. O resultado da Sexta Ronda de Avaliações Mútuas confirma a avaliação da Eurojust de que esta ferramenta precisa de ser mais flexibilizada. A Eurojust trouxe isso à atenção do legislador da UE (<i>ver Documento 8488/14 do Conselho</i> , pp. 23-25). Está em curso a avaliação externa da Eurojust, nos termos do Artigo 41a da Decisão Eurojust, que compreende a CP.
Continuar a desenvolver estágios judiciais de longo prazo em cooperação com a REFJ e considerar o alargamento do seu âmbito.	<i>Ver a secção 2.2, caixa sobre a 'Eurojust e formação'.</i> O programa de intercâmbio de longo prazo foi avaliado positivamente, considerou-se estender o programa por mais um mês e vão ser reintroduzidas visitas de estudo a curto prazo em 2015.
O Fórum Consultivo: Estabelecer objetivos persistentes na tramitação dos pedidos de Mandado de Detenção Europeu ou de Auxílio Judiciário Mútuo.	<i>Ver Capítulo 4, Foco do ano.</i> As reuniões do Fórum Consultivo que tiveram lugar em 11 de junho e 12 de dezembro focaram-se no MDE e no MLA

Pontos a ter em atenção	Acompanhamento
Sexta Ronda de Avaliações Mútuas sobre a implementação prática e funcionamento das decisões da Eurojust e da RJE.	<i>Ver Tema: Avaliação e perspectivas futuras.</i> Todos os relatórios resultantes foram disponibilizados ao avaliador externo (Art. 41a da Decisão Eurojust).
A área restrita da Rede de EICs e o Projeto sobre avaliação das EICs.	<i>Ver a Secção 1.4.</i>
Cooperação com a Europol e o OLAF.	<i>Ver a Secção 2.4.</i>
Envolvimento da Eurojust no EMPACT.	<i>Ver a Secção 2.1.</i>
Projeto Estratégico em crime ambiental.	<i>Ver a Secção 2.3.2.</i>

Acesso público a documentos

O número de pedidos de acesso público aos documentos da Eurojust manteve-se estável em 2014, atingindo um total de vinte e cinco solicitações iniciais, vinte e quatro das quais foram recebidas diretamente pela Eurojust. A Eurojust foi consultada como terceira parte num outro caso, após um pedido recebido por outra instituição Europeia. Não foram recebidos pedidos confirmativos em 2014.

Vinte e dois de vinte e cinco pedidos foram para documentos não relacionados com casos. Em dezassete das vinte e duas solicitações não relacionadas com casos, o acesso foi totalmente concedido. Num caso, o acesso ao documento solicitado foi recusado porque a sua disponibilização poderia prejudicar a proteção do interesse público (artigo 4(1)(a) da Decisão do Colégio da Eurojust para Adotar Regras sobre Acesso Público à Documentos da Eurojust de 2004, daqui em diante designado 'Regras de Acesso a Documentos da Eurojust').

Noutro caso, o acesso ao documento solicitado foi recusado porque os critérios estabelecidos no artigo 2(1) das Regras

de Acesso a Documentos da Eurojust não foram cumpridos. Nos restantes três casos, os documentos solicitados não estavam na posse da Eurojust (duas solicitações) ou foram necessários mais esclarecimentos para identificar o documento (uma solicitação). Neste último caso, um pedido de esclarecimento foi enviado pela Eurojust (nos termos do Artigo 6 (2) das Regras de Acesso a Documentos da Eurojust), mas o requerente não deu seguimento à sua consulta.

A Eurojust também estabeleceu um novo [Registo Público de documentos](#), acessível através do site da Eurojust. No final de dezembro, o Registo Público continha mais de 650 documentos detidos pela Eurojust. O Registo Público será regularmente atualizado à medida que novos documentos se tornem disponíveis. O Registo Público está concebido para tornar o acesso aos documentos detidos pela Eurojust mais fácil para os cidadãos e aumentar a transparência e a disponibilidade de informações sobre as atividades da Eurojust.

Thank you and farewell

We thank **Mariana Ilieva Lilova**, former National Member for *Bulgaria*, **Annette Böringer**, former National Member for *Germany*, **Sylvie Petit-Leclair**, former National Member for *France*, **Robert Sheehan**, former National Member for *Ireland*, **Francesco Lo Voi**, former National Member for *Italy*, and **João Manuel Da Silva Miguel**, former National Member for *Portugal*, for their work and valuable contribution to Eurojust.



© Eurojust, 2015

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou utilizada, independentemente da forma ou dos meios, sejam eles gráficos, eletrônicos ou mecânicos, incluindo a cópia, o registo, a gravação ou sistemas de armazenamento de informações ou de recuperação, sem o consentimento da Eurojust.

Obrigado a todas as unidades pelo seu contributo.

Conceção/DTP: Michèle Wilks-Speer

Fotos: Jakov Minic (Eurojust); Shutterstock.



EUROJUST

Maanweg 174, 2516 AB The Hague, Netherlands

Phone: +31 70 412 5000 - E-mail: info@eurojust.europa.eu - Website: www.eurojust.europa.eu